



Olhares amazônicos

Revista Científica do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia - NUPEPA/UFRR
Volumes 8 e 9 | Números 01 e 02 | Ano 2021



- 🕒 **A dor do mundo em tempos de pandemia:**
Tragédia e morte por covid-19 na Amazônia brasileira
- 🕒 **Judeus na Amazônia:**
Análise sobre a presença da comunidade sefaradista marroquina na região
- 🕒 **Participação política e envelhecimento populacional:**
Estudo sobre presença de mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau; e de envelhecimento da população em bairros urbanos de Quito (Equador)
- 🕒 **Agricultura na Amazônia e cinema na educação escolar indígena**



olharesamazônicos

Revista Científica do Núcleo de Pesquisas
Eleitorais e Políticas da Amazônia

EXPEDIENTE

olhares amazônicos / *Amazonian Perspectives*

A Revista Olhares Amazônicos é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa).

Editor Responsável

Roberto Ramos Santos

Conselho Editorial

Alejandro Mendible

Universidad Central de Venezuela

Carlos Alberto Marinho Cirino

Universidade Federal de Roraima

Carlos Arana Courrejolles

Org. do Tratado de Coop. Amazônica

Carlos Zárate Botía

Universidad Nacional de Colombia

Durbens Martins Nascimento

Universidade Federal do Pará

Hernado Bernal Zamudio

Universid del País Vasco/Espanha

Jack Menke

Anton de Kom Universiteit Van Suriname

Jorge Bonito

Universidade de Évora/Portugal

Max Gonzales

Universidad Nacional de Loja/Ecuador

Melissa Ifill

University of Guyana

Rosalía Arteaga Serrano

Fundación Fidal/Ecuador

Comissão Editorial

Andrea Idelga Fernand Jubithana

Anton de Kom Universiteit Van Suriname

José Rincon Ferreira

IBICT

Cleber Batalha Franklin

Nupepa/UFRR



O Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa) é uma unidade científica da Universidade Federal de Roraima, especializada em estudos e projetos sobre a Pan-amazônia, nas áreas de Ciência Política, História e Relações Internacionais.

Membros

Prof. Dr. Cleber Batalha Franklin

Prof. Dr^a. Geyza Alves Pimentel

Coordenadora científica

Prof. Dr. Linoberg Almeida

Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos

Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira

Prof. Dr. Roberto Ramos Santos

Prof. Dr. Ryan Samuel Lloyd

Prof. Dr. Sebastião Monteiro Oliveira

Contato

Universidade Federal de Roraima

Prédio do Nupepa - Campus do Paricarana, Av. Cap. Ene Garcez, 2413,

Aeroporto - CEP.: 69.310-000. Boa Vista/RR - Brasil

Email: nupepa@ufr.br | Site: www.ufr/nupepa | Fone: (95) 3623.1699

SUMÁRIO

IPUNEN MARCOS.....	1672
A DOR DO MUNDO NA AMAZÔNIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: TRAGÉDIA E MORTE NO CORAÇÃO DO AMAZONAS.....	1674
<i>MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS</i>	
AGRICULTURA NA AMAZÔNIA PÓS-COVID-19: O QUE FAZER?.....	1692
<i>ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA</i>	
DO DESERTO MONTANHOSO À FLORESTA TROPICAL: A JORNADA DA COMUNIDADE JUDAICA SEFARADITA MARROQUINA AO AMAZONAS.....	1712
<i>ANNE GIMOL BENZECRY BENCHIMOL</i>	
O USO DO CINEMA NA EDUCAÇÃO TICUNA DE BENJAMIN CONSTANT/AM.....	1728
<i>CAIO DE SOUZA</i>	
<i>JOSENILDO SANTOS DE SOUZA</i>	
<i>MARIA FRANCISCA NUNES DE SOUZA</i>	
<i>MICHEL JUSTAMAND</i>	
MULHERES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ESFERAS DE TOMADA DE DECISÃO NA GUINÉ-BISSAU.....	1746
<i>RUI JORGE SEMEDO</i>	
ENVEJECIMIENTO EN EL DISTRITO METROPOLITANO DE QUITO: UN ANÁLISIS ESPACIAL DE LOS BARRIOS URBANOS.....	1762
<i>CAROLINA POSSO</i>	
<i>David Echeverría Villafuerte</i>	
<i>Nicole Guerrero</i>	
<i>Gabriel Molina</i>	
<i>Santiago Quinde</i>	
<i>Eliecer Romo</i>	

IN MEMORIAN

*Este número é dedicado a
Marcos Braga
Professor e pesquisador do Instituto
Insikiran de Educação Superior Indígena*

Ipunen Marcos

Esses tempos de pandemia nos tiraram do convívio pessoas queridas e especiais!

Muitas perdas, que são sentidas em casa, no trabalho e nas amizades...

Nós, das Universidades brasileiras, também perdemos muitos valerosos pesquisadores, extensionistas, professores.

Quantos deixaram planos e projetos incompletos? Vivenciamos dores que nunca imaginávamos que se repetissem na história.

Assim, hoje me coube destacar apenas um desses personagens que se foram e deixou sua contribuição na Universidade Federal de Roraima, o professor doutor Marcos Antônio Braga de Freitas.

A Amazônia foi palco do processo acadêmico desse humanista das Ciências Sociais. Nordestino, migrante, escolheu as causas indígenas para se aperfeiçoar, fazendo da educação superior indígena seu objeto de estudo, dedicando seu trabalho doutoral ao tema *Insikiran: da política indígena à institucionalização da educação superior*.

Em 2016, realizou o exame de qualificação do doutorado com o trabalho intitulado *Os filhos de Insikiran: da maloca à universidade*, descrevendo a trajetória dos indígenas na Universidade, sob a orientação da Dra. Iraíldes Caldas Torres/Ufam-PPGSCA.

A trajetória do pesquisador na Amazônia esteve sempre voltada à temática indígena, como no artigo de 2004 *Política indigenista do Amazonas: perspectivas e tendências no século XXI*, publicado na Revista Hileia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e o artigo *O papel do movimento indígena no processo de escolarização do ensino superior na Amazônia*, na Revista Científica Olhares Amazônicos do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa)/UFRR de 2016.

No Ebook *Vivências interdisciplinares e diálogos interculturais na formação de professor indígena*, escreveu o artigo *Política de assistência estudantil para indígenas urbanos na cidade de Boa Vista: entraves sociojurídicos*, publicado pela Editora da UFRR em 2019.

Como coordenador de Projetos de Pesquisa, estava registrado na PRPPG com dois projetos; destaque para o *Educação Escolar Indígena: impactos socio-culturais, ambientais, econômicos e políticos nas escolas e comunidades indígenas de Roraima*, como contribuição acadêmica às comunidades indígenas de Roraima. O Doutorado também lhe possibilitou o registro no Diretório do CNPQ/UFRR do Grupo de Pesquisa “Estudos Interdisciplinares no Contexto dos Povos Indígenas: educação, saúde e território”.

Como extensionista, o Professor Marcos Braga coordenou o Projeto Educação, Direitos Humanos e Diversidade Cultural em Roraima, com financiamento da Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), em parceria com os

movimentos sociais e populares e organizações indígenas de Roraima, realizando oficinas, reuniões e seminários, e constituindo o Fórum de Debates em Direitos Humanos no estado de Roraima e cursos de educação continuada para os quinze municípios do estado por meio da Universidade Virtual de Roraima (Univirr) na modalidade Educação à Distância (EaD).

Foi também na extensão universitária que o professor contribuiu no fortalecimento da rede de proteção e combate à violência contra crianças e adolescentes na condição de conselheiro representando a UFRR, realizando pesquisa na fronteira para a OIT, também implementando o Programa de Ações Integradas e Referenciais (Pair) de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no território brasileiro do governo federal nos municípios de Pacaraima, Bonfim, Caracará e Boa Vista; além de ações com essa temática em Rorainópolis.

O resultado desse trabalho está publicado na Revista de Extensão e Livros. Pode-se citar a última publicação, em 2014, pela Editora da UFRR em parceria com a professora Geyza Pimentel no livro *Escola que Protege: enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes, com o artigo Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: uma experiência de extensão universitária da UFRR*.

Sendo uma pessoa altamente comprometida com seu trabalho e de um senso de justiça muito forte e determinado, o professor Marcos Braga “devolveu para a sociedade” os anos de estudo no doutorado, participando ativamente em 11 Bancas de Mestrado, 8 Bancas de Doutorado, 4 orientações de trabalho de Mestrado. Estavam em andamento uma coorientação de trabalho de Doutorado e 2 orientações de trabalho de Mestrado. Foram 22 participações em eventos no período de 2015 a 2020, 34 trabalhos apresentados em eventos, 24 publicações em revistas/livros/ebook, fazendo de sua vivência acadêmica e de pesquisador, um exemplo para seus alunos, colegas e amigos.

Batizado na língua macuxi de *I' Punen*, que significa que *conhece, tem sabedoria, homem inteligente*, segundo as professoras indígenas do povo Macuxi Lavina Pereira da Silva, Mariléia Teixeira e Ariadna Costa Tebir, egressas da primeira turma (2008.2) do Curso de Licenciatura Intercultural que deram esse nome étnico, Marcos Braga honrou os adjetivos que lhe foram conferidos!

Verdadeiramente, o Marcos Braga que nós conhecemos e admiramos, apesar de crítico, foi sempre fiel ao seu papel de servidor público, de pesquisador, de professor e, acima de tudo, de incentivador de seus alunos, vivenciando a Universidade e respeitando a democracia!

Reconhecer seu trabalho é mostrar à sociedade brasileira que a ciência humana e a social têm um papel importantíssimo neste mundo polarizado, onde as injustiças clamam por vozes que as defendam, onde nomes como o do professor Marcos Braga fazem e farão muita falta...

Boa Vista, 11 de junho de 2021
(4 meses da ausência do **professor Marcos Braga**).

Geyza Alves Pimentel
Coordenadora do Nupepa.

A dor do mundo na Amazônia em tempos de pandemia: tragédia e morte no coração do Amazonas

The world's pain in the Amazon in times of pandemic: tragedy and death in the heart of the Amazon

Marilene Corrêa da Silva Freitas*

RESUMO

Dois marcos temporais são identificados neste artigo nos anos 2020-2021. O primeiro é a contemporaneidade do Brasil na pandemia que abala estruturalmente a sociedade brasileira, a política nacional e o descontrole do Estado. O segundo é a narrativa da apreensão de um momento extremo em que a dramática crise sanitária causada pela Covid-19 atinge o Amazonas, e Manaus constitui a representação heurística da crise política, sanitária, econômica e ideológica do Brasil.

Palavras Chave: Amazonas. Amazônia. Covid-19. Pandemia. Política brasileira.

ABSTRACT

Two time frames are identified in this article in the years 2020-2021. The first is the contemporaneity of Brazil in the pandemic that structurally shakes Brazilian society, national politics and the lack of control of the State. The second is the narrative of the apprehension of an extreme moment in which the dramatic sanitary crisis caused by Covid-19 reached Amazonas and Manaus, which constitutes the heuristic representation of the political, sanitary, economic and ideological crisis in Brazil.

Keywords: Amazonas. Amazônia. Covid-19. Pandemic. Brazilian politics.

Em memória dos 500 mil brasileiros vítimas da Covid-19: nota introdutória

Meio milhão de brasileiros mortos pela Covid-19. O dado sinistro alcançado em junho de 2021 encontra o Brasil, que chora seus mortos, em frangalhos. O anti-Brasil sem empatia aposta no toque do gado que pensa sobreviver com a “morte

dos inimigos políticos”, representação coletiva que inclui toda a comunidade científica, universidades, OAB, ABI, partidos políticos “de esquerda”, a opinião pública dita esclarecida, celebridades, movimentos sociais, igrejas, líderes, indignados;

*Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Doutora em Ciências Sociais (Unicamp), Pós-Doutora em Sociologia e Cooperação Internacional (Caen/Unesco), Pesquisadora, Professora e Orientadora de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Coordenadora do Laboratório de Interdisciplinaridade das Ciências Sociais do PPGSCA | marilene.correa@uol.com.br | (+55) 92-991251313

enfim, a sociedade civil reguladora da relação Estado e Sociedade. Sim, essa regulação existe no mundo civilizado, assim como existe a liberdade de livre manifestação que expressa na voz das ruas o tom, a forma do desejo de mudança. A regulação da sociedade civil não é nenhuma decisão legal; é uma dinâmica que alavanca vontades e produz transformação. Fato e processo, a sociedade expressa-se pelo movimento. A produção da opinião desfaz, em passos largos e rápidos, a cegueira ideológica que hipnotizou muitos espíritos inocentes em torno do “mito”. Acelera-se a emissão de um contradiscurso nas ruas e na mídia. Esta última com a mesma intensidade que permitiu a difusão do engodo e gerou a atual situação política que constringe os brasileiros e o mundo.

A imagem do Papa Francisco em caminhada solitária comoveu o mundo. Em prece pelos mortos e pelos vivos o papa representa o peso da dor do mundo e o sentimento pelos milhões de mortos sem nenhuma perspectiva de intervenção humana. A espécie dos homens e seu impacto antrópico sobre a Terra tem recebido profunda reflexão da autoridade religiosa. É a vida que está em causa e o que os homens fizeram com ela desde a sua presença no planeta; a imposição dominante dos impérios sobre os recursos da natureza e seu poder político sobre povos, culturas e territórios é incapaz de conter o vírus. Todas as estruturas de poder econômico, político e religioso sucumbiram à letalidade e mortalidade da pandemia e tiveram de render-se a estratégias de colaboração cientí-

fica para criar possibilidades de sobrevivência. Nenhum povo, império e estrutura pode produzir em isolamento o enfrentamento científico contra a Covid-19. Antecedida nos registros sagrados, as situações limites do adoecimento saem do imaginário religioso e artístico para a realidade da pobreza, da desigualdade e da subalternidade. Nesse contexto a solidariedade de coletividades faz a diferença.

Na esfera da necessidade não atendida, a pandemia torna-se mais cruel porque inviabiliza articulações produtivas em prol daqueles que só dispõem da própria força física para viver. Dependentes de empregos, grandes contingentes humanos vivem na expectativa da solidariedade e do acolhimento tanto quanto dependem dos esforços da ciência e de sistemas públicos de intervenção e tratamento de saúde que significam vida. Sem esse mínimo de organização social, nenhuma sociedade sobrevive à Covid-19.

Os EUA de Donald Trump e os EUA de Joe Biden expõem marcas de diferença da intervenção governamental sobre a Covid-19 no país, em 2020 e 2021, com impacto no mundo do trabalho, da ciência, da cooperação internacional. O primeiro apostou na estratégia da morte, no sacrifício de muitas vidas para aquisição de imunidade de rebanho que matou milhões de americanos, velhos, jovens e pobres especialmente, sem políticas públicas de saúde e expostos ao contágio. Ao fim do governo e felizmente com a eleição de Joe Biden, o destino do povo americano mudou no quadro da

pandemia. Alicerçado na ciência, o presidente eleito promete combater e controlar a pandemia assegurando proteção social, vacinação em massa, e compromisso nacional com a saúde do povo. Um plano “construído com compaixão, empatia e preocupação”, diz o presidente americano. Prometido e cumprido, Joe Biden escolheu a vida como estratégia política de acerto dos EUA com os desafios democráticos de sua história. O perfil político do Papa Francisco e o de Joe Biden, vistos em diferentes perspectivas, têm aproximações de sentido e significado para o mundo religioso e político. Essas personalidades honraram seus compromissos com suas nações de pertencimento. Nessa esfera o Brasil e o anti-Brasil têm muito a aprender.

O anti-Brasil aposta na morte, na desagregação institucional, na desinformação associada à crença dos mais simples de que “autoridades não mentem”. Os inocentes ignoram que as elites têm outros meios de perpetuação, os sujeitos da desgraça pós-modernos e pragmáticos que lhes servem, arautos da mentira, produtores de *fake news*, répteis peçonhentos dos gabinetes de ódio, deslegitimadores de todo o ordenamento construído pelo país. As elites do poder não precisam de pobres para ali se manterem ou circularem desenvoltas entre ruínas e cadáveres; ou seja, o anti-Brasil trai a confiança daqueles que o apoiaram com o voto e os joga na vala comum dos enterros coletivos, reais, sem metáfora. O anti-Brasil assume-se como horda que delira, o vírus não existe, não os atinge, ou é manejá-

vel com vermífugos e antimaláricos. Amaldiçoa recomendações científicas, agrega incompetências, impõe a milícia política nos gabinetes paralelos e, de fato, em sabotagem do próprio Executivo. Age como casta ou como uma inquisição destruidora sobre o pensamento brasileiro que desvendou o anti-Brasil sombrio.

Sobre a comunidade de conhecimento, recai a maior força da ira antibrasileira. Sobre a sociedade civil, recai o ônus do recuo dos direitos inclusivos, da conquista da liberdade de fala e de posições identitárias e de classe. Sobre a sociedade política, recai o castigo do fim do debate de ideias, e o único pacto admitido é o das trevas no sentido mais amplo. A usurpação da exclusividade de fazer o mal não se contenta como poder do exercício da violência legítima do Estado. O coro da racionalidade cívica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos, da Academia Brasileira de Ciência, da Academia Brasileira de Imprensa e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência não contém a indignação:

Manifestações de autoridades promovendo o uso de medicação sem eficácia, o descrédito propagado em torno da ciência, a omissão em relação às vacinas, a multiplicação de *fake news*, a desorientação sanitária e a falta de coordenação nacional no controle da pandemia cooperaram para que o número de doentes e mortes alcançasse níveis exorbitantes. [...] o negacionismo mata. (AZEVEDO et al., 2021).

No mesmo espírito crítico da formação científica, os dois candidatos à presidência da SBPC nas eleições de 2021, Carlos Alexandre Netto e Renato Janine Ribeiro, respectivamente, manifestavam-se em ponto comum contra “o governo antieducação e anti-ciência” em todos os âmbitos: “no orçamento, no discurso e nas decisões executivas”. Renato Janine Ribeiro sublinha esforços a serem feitos diante do atraso que a pandemia causou ao Brasil e a ênfase da ciência e das suas instituições sobre a pós-tragédia, o pós-horror da Covid-19, e a necessidade de investir no letramento político das populações e não apenas nas ciências da natureza, investimento que nos levarão coletivamente a um discernimento maior sobre a realidade brasileira (cf. FOLHA DE S. PAULO, 21 jun. 2021).

O Brasil vive a barbárie jamais imaginada. Políticos, democratas, construtores do Estado de Direito e as forças sociais da enfraquecida sociedade civil estão desafiados em seus princípios, atingidos no cerne de sua manifestação pelas liberdades democráticas e defesa da cidadania. A sociedade brasileira expressa a defesa da vida nas forças de mudança que aglutinam frentes de resistência a lutar pela sobrevivência de gerações; ganham as ruas do país e das capitais brasileiras a clamar por justiça, pelos mortos, pelos órfãos, pelos desassistidos, pelos jovens, pela vida, pela vacina. A institucionalidade do Congresso aprova

a CPI e sucedem-se depoimentos e debates, a expor incompetência, cinismo, despreparo e a falta total de projeto político do governo que não seja o retrocesso da ignorância; em suma, a completa ausência de um projeto nacional.

Até 21 de junho de 2021,¹são 18 milhões de casos de Covid que acometeram os brasileiros. Desses, 15 milhões e oitocentos se recuperaram, mas a morte de 500 mil não disfarça o descaso com que a pandemia foi tratada pelas autoridades de plantão. Cresce no país a convicção de que o governo foi irresponsável além de não ter cumprido as obrigações de proteção ao cidadão; amparado em falsos argumentos, pressupostos irracionais, indicações terapêuticas contrárias à ciência médica e crenças medievais; o governo pregou, propagou e praticou a necropolítica. Mortos e vivos são vítimas da Covid-19 e do desgoverno no Brasil.

A dor do mundo no coração da floresta

No meio desse tumulto, a Amazônia sangra. Só no estado do Amazonas, são 13.226 mortos pela Covid-19, número que expressa 2,6% dos brasileiros mortos. São 398 mil casos confirmados de amazonenses adoecidos pelo vírus, com o registro de 399 mil recuperados. As maiores taxas de morbidade e de mortalidade no país, lideradas pelo Amazonas, perduraram em 2020 e esten-

¹Cf. Observatório da Imprensa. Acesso em: 21 jun. 2021.

deram-se por 2021. A pandemia não deu trégua ao Amazonas em 2021, e aliada à incompetência e à corrupção dos sistemas federal, estadual e municipal, assassinou centenas de amazonenses por asfixia!

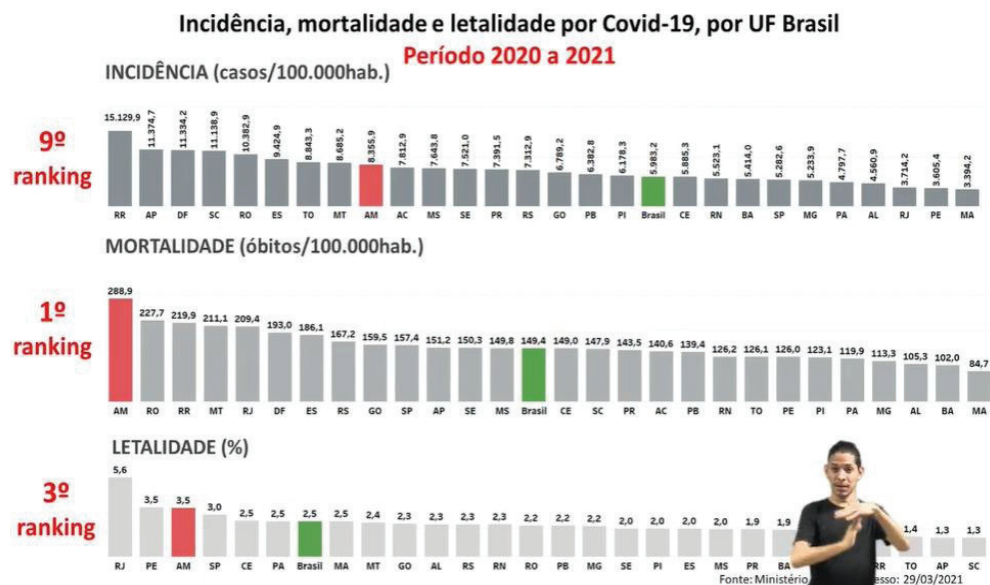
Em matéria principal de 1.º de abril de 2021, o Amazonas Atual estampa a manchete: **“Amazonas é o estado com a maior taxa de mortalidade desde o início da pandemia.”** Título assustador e conteúdo mais contundente e fundamentado em dados do controle sanitário anunciados por Iolanda Ventura (2021):

O Amazonas é o estado com a maior taxa de mortalidade por Covid-19 desde março de 2020. Esse índice mede a quantidade

de mortes a cada 100 mil habitantes, é aferido pelo Ministério da Saúde e foi apresentado pelo diretor-presidente da FVS-AM (Fundação de Vigilância em Saúde), Cristiano Fernandes, na tarde de quarta-feira, 31. A taxa de mortalidade no estado nesse período é de 288,9 mortes/100 mil habitantes. O Maranhão está em último, com 84,7. A média nacional é de 149,4.

O Amazonas também está entre os três estados com maior taxa de letalidade, que compara a quantidade de pessoas que contraíram uma doença com o número das que morreram pela enfermidade. A taxa do estado é de 3,5% (VENTURA, 2021).

Figura 1 – Reprodução da imagem da Fundação de Vigilância Sanitária do Amazonas pelo Jornal Amazonas Atual



Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/amazonas-e-o-estado-com-a-maior-taxa-de-mortalidade-desde-o-inicio-da-pandemia/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

Durante um ano, o funesto ranqueamento pôs o Amazonas na tragédia mundial da Covid-19, imagens da floresta, de cemitérios abertos em clareiras, covas coletivas e de túmulos novos cruzaram o mundo, expondo a morte, no contraste entre a natureza pujante e os enterros sem família e ritos de perdas, as cruces a indicar sepulturas separadas por contaminação. Imagens da morte que correram o mundo; aqui as lágrimas de perdas se uniram ao solo e aos rios. Sem a comoção ou a solidariedade oficial do Brasil, a Amazônia segue seu destino, um pertencimento duvidoso na Federação brasileira.

O Amazonas é o modelo mais representativo do desastre da política nacional de saúde como disse um deputado na recente CPI, um laboratório macabro de como potencializar a letalidade da doença em menor tempo e como manter a aceleração da circulação vírus entre as pessoas, indivíduos, comunidades e grupos. Todo o exercício do descaso, da indiferença, do distanciamento e compromisso com o estado foi praticado pelo governo federal no Amazonas. Populações urbanas, rurais indígenas e tradicionais deixaram sua cota de sacrifício no quadro da pandemia. Em memória a esses mortos, a sociedade clama por justiça.

A natureza sofre ataques mais violentos das forças de destruição predatória, sucumbem gentes, culturas, municipalidades. A violência lenta que acompanha os territórios e povos desde a colonização torna-se escancarada, barulhenta, sem trégua. O sopro da morte pela Covid-19 completa o cenário de de-

solução dos inocentes da floresta. O ambiente natural é esvaziado da abundância, o acesso às políticas públicas torna-se mais difícil, rompe-se por completo a simbiose homem-natureza. A sobrevivência é penosa quando há consciência do abandono e da orfandade.

A impotência mata tanto quanto a fome. A ilusão de proteção às populações tradicionais e a inviolabilidade das terras indígenas desfizeram-se no ar acompanhadas pela imagem da covardia, em rajadas de metralhadoras sobre índios, desarmados no seu habitat. Profana-se a terra ancestral, de índios, quilombolas, populações tradicionais, antes amparadas na proteção natural de florestas e rios. Assim como não se respeita a condição de territórios demarcados, rasga-se a Constituição brasileira, avança-se sobre as áreas naturais protegidas. Profana-se a confiança na institucionalidade democrática conquistada. Nada resiste à barbárie da ganância incentivada pelas autoridades oficiais, aliás, para algumas delas, agora é a hora de eliminar os obstáculos legais à ampliação dos estoques de terra e de outros recursos da natureza, pela desregulamentação da proteção ambiental. Combina-se a morte pela Covid-19 com a morte dos ambientes e ecossistemas pela desregulamentação de importante e reconhecida legislação ambiental, marcos regulatórios democraticamente conquistados, cujos princípios defendem o direito ao meio ambiente e à sustentabilidade, de e para gerações futuras. Cada vez mais alinhado com as forças de destruição do anti-Brasil, o governo bra-

sileiro corrói a dimensão racional e organizadora do Estado e inviabiliza qualquer possibilidade de diálogo com a sociedade. Caos, trevas e morte no coração da Amazônia.

A perda de vidas pela Covid-19 não é suficiente para as estratégias de destruição. Uma combinação de corrupção, desmoralização pública, irracionalismo decisório avança pela gestão de políticas públicas de saúde com ênfase nos sistemas estaduais, municipais e federal. Ventiladores, hospitais de campanha, medicamentos ineficazes, o horror chega ao paroxismo com a asfixia dos pacientes hospitalizados.

A desgraça se supera a cada momento assim como a brutalidade da personalidade presidencial. Fenômeno médico ou político, o Brasil caiu na armadilha mais banal do anti-herói da direita populista e ignara.

Notícia da tragédia, imagens do caos

São 17 horas e 32 minutos em Manaus do dia 16 de maio de 2020. Recebo de nosso Presidente do IGHA a demanda de texto para nossa revista centenária. Desafio e obrigação de associado aceito, alinho minha atenção ao noticiário, vinte e quatro horas tomado pela informação de dados, apresentação de cenários da pandemia no estado do Amazonas e na região Norte. O boletim nacional informa que o Brasil já atingiu a soma de 15.663 mortes pela Covid-19, o sinistro e macabro percentual de 666% de crescimen-

to de novos casos correspondentes aos 816 casos confirmados por dia no país, desde o registro oficial do primeiro caso no Brasil até este dia.

O Brasil da pandemia expõe suas mazelas em uma crise sanitária sem precedentes, anunciada como tendência em várias dimensões estruturantes de nossa desorganização social.

Tomado pela Covid-19, o Brasil da pandemia expõe também uma crise política que se arrasta desde 2016, em sucessivos escândalos e acusações de corrupção no governo, na classe política, em poderosas empresas e nas instâncias de poder da vida nacional. Vários processos causais articulam a Operação Lava Jato com o golpe institucional e o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Lula e seu impedimento de disputar a eleição pelos processos a que responde, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 que assume a Presidência do Brasil em 2019. Em menos de um mês, o Brasil trocou de Ministro da Saúde duas vezes; o estado do Amazonas mudou seu secretário de Saúde, também duas vezes, assim como o governador Wilson Lima tem processo de *impeachment* submetido à Assembleia Legislativa e negado. Simultaneamente entrecruzadas, e tornando mais aguda a anomia social, a situação sanitária e a situação política anunciam que a catástrofe anunciada na Amazônia chegou.

O terremoto da pandemia atingiu Manaus em 13 de março de 2020. Informações massivas da internet, jornais, televisão, rádio, em

época das redes sociais, noticiavam, desde janeiro, o itinerário mórbido do adoecimento e sua causa em outros continentes e no Brasil. Desta vez, a morte viaja pelo transporte aéreo no intensíssimo deslocamento de passageiros movimentado pela economia, pelo turismo, pelas viagens internacionais, com vários motivos. Sucessivamente, foram anunciados os locais e os epicentros da doença; Wuhan, Coreia, e países da Europa como Itália, França, e estados do Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza e Manaus. Letalidade e mortalidade, assim como o crescimento exponencial do vírus foram amplamente anunciados.

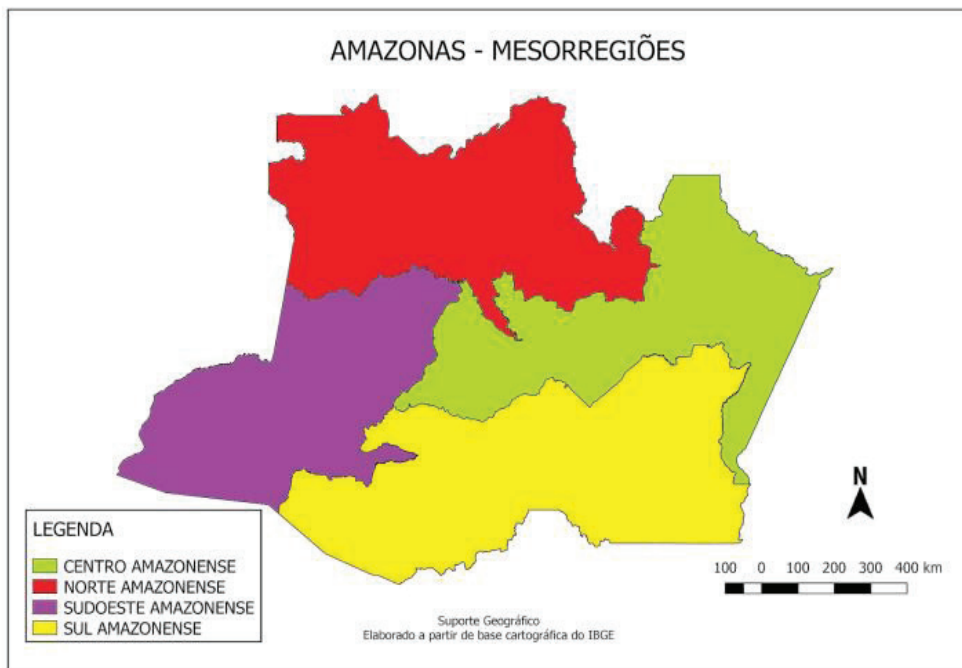
A propagação da epidemia no Amazonas é diariamente medida pelos órgãos oficiais nacionais e locais e analisada pelo *Boletim ODS Atlas Amazonas Especial Covid-19*, de responsabilidade da UFAM/PPGS-CA. Em dois de maio, o boletim registra:

[...] a quantidade total de casos, notificados diariamente, no Amazonas, apresentou um grande incremento após 21 de abril, 40 dias após o primeiro paciente registrado, ultrapassando a barreira de 200 novos casos. A partir desse ponto observa-se uma tendência acelerada. Isto pode representar tanto um comportamento real da pandemia como também o efeito de possível ampliação na intensidade de testes em pacientes, Por isso, também

foram averiguados os dados de óbitos estimados pelo número de sepultamentos nos cemitérios públicos e de registros em cartórios de Manaus. Essas outras séries de dados permitem análises que não teriam essas interferências que ocorrem nos dados de casos detectados. (BOLETIM ODS, n. 3, 2 maio 2020).

A geografia do Trópico Úmido como uma barreira sonhada frustra as ilusões do paraíso. A floresta em sua exuberância e diversidade, que durante séculos foi impedimento à penetração do gigantesco território, é alcançada em todos os lugares, os mais remotos, pela navegação fluvial de grande e pequeno porte, na maioria dos rios navegáveis, de modo intermitente, e pelo transporte aéreo. O estado do Amazonas, com 4,1 milhões de habitantes, divididos meio a meio na capital e no interior, e com seus 1.559 quilômetros quadrados, divididos em oito mesorregiões e treze microrregiões – Figuras 2 e 3 (IBGE, 1990), é também um grande problema para a gestão de políticas públicas. Pode-se dizer que a esfera pública de realização dos direitos de cidadania consagrados na Constituição de 1988, 32 anos depois, ainda está longe de ser assegurada pelos governantes, pelos entes federativos, governo federal, estados e municípios.

Figura 2 – Amazonas-mesorregiões



Fonte: IBGE (1990).

Figura 3 – Microrregiões do estado do Amazonas



Fonte: IBGE (1990).

Em toda a extensão geográfica, pessoas e mercadorias constituem o grande fluxo de gente e produtos pelas principais calhas dos rios, lagos, paranás e igarapés que integram populações da floresta e das cidades, territórios indígenas, municipalidades, povoados rurais, localidades ribeirinhas, centrais, de terras firmes e várzeas, cujas bases materiais da morfologia social organizam-se em 6.280 comunidades, entre as quais, sublinhe-se, incluem-se aldeias e povoados dos territórios indígenas.

Pandemia entre os índios

As áreas indígenas reconhecidas no Amazonas, os territórios indígenas (TI) são, segundo a Funai, 132 demarcados, legalizados, e 16 em processo de estudos antropológicos, fundiários, cartográficos e ambiental com finalidade de demarcação. A situação de saúde nos TI é a mais pura expressão de tragédia anunciada; catástrofe mundial realizada localmente (FREITAS; FREITAS, 2020). Divergindo dos dados oficiais da Funai, o Conselho Indigenista Missionário Região Norte 1 afirma que, das 355 terras indígenas de conhecimento do Conselho, 191 não iniciaram, ainda, nenhuma fase de demarcação no Estado. A luta histórica pela terra acentua a dimensão épica da presença dos indígenas brasileiros na Amazônia e em todo o território nacional.

O drama dos povos indígenas e de suas populações fica mais acentuado no Amazonas em tempo de pandemia. Segundo entidades e líderes indígenas, 80 indivíduos índios já morreram de Covid-19; os

números oficiais reconhecem 12 mortos. Entre vidas e projetos indígenas perdidos, diferentes líderes desses povos foram sacrificados pela precariedade dos distritos sanitários indígenas, conquistados com muita luta e não implementados, a exemplo das políticas de educação. Na linha do perigo, morrem agentes de saúde, professores, médicos, enfermeiros, artistas, nomes desconhecidos, rostos e representantes políticos de cultura dos povos. Com eles, morrem parte importante dos saberes, da memória coletiva, da adaptabilidade, da história de resistência. Morrem também, por dissolução, os laços de solidariedade construídos na intervenção de cada um em sua comunidade, e na relação de alianças dentro e fora das relações interétnicas.

A carência das atenções de saúde dos povos é potencializada pela implantação precária ou o desmonte dos processos de implantação dos Distritos Sanitários Indígenas, estratégia que se contrapõe à perversidade da centralização dos recursos de saúde na capital, o que dificulta e até impede o acesso aos serviços de saúde das populações indígenas. Polos estratégicos descentralizados, atendimento especializado, variáveis socioculturais e socioeconômicas consideradas, correção de planejamento: esse repertório de ações possíveis de serem realizadas e reconhecidas como não feitas poderia ter alterado a dura realidade da Covid-19 entre os índios.

No Alto Solimões, tem 100 casos confirmados e dez mortes. Desde o dia 26 de abril de 2020, data de divulgação dos dois primeiros ca-

sos de Covid-19 em São Gabriel da Cachoeira (AM), o número de infectados aumentou 4.850% a média de seis novos casos por dia (AMAZÔNIA REAL, 2020). De acordo com o boletim da Prefeitura, na segunda-feira, 11 de maio, registraram-se no acumulado 97 notificações da doença e 10 mortes. Outras 297 pessoas estão sendo monitoradas com suspeita da doença. No entanto, no Boletim Epidemiológico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), só constam três casos confirmados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Alto Rio Negro, e duas mortes de indígenas “aldeados”. A Sesai não registra os indígenas acometidos pela doença que moram na cidade (ALBUQUERQUE, 2020).

Universidades brasileiras publicaram em 22 de abril de 2020 o estudo *Análise de vulnerabilidade demográfica e infraestrutural das terras indígenas à Covid-19: caderno de insumos*, com o objetivo de dar subsídios e instrumentos para as ações das comunidades e organizações indígenas em relação ao atendimento à saúde indígena em período de pandemia (AZEVEDO *et al.*, 2020). Prefeitos, vereadores, por sua vez, tornaram públicas suas preocupações pela ausência de infraestrutura adequada para enfrentar a pandemia e suprir necessidades das populações interioranas, indígenas e não indígenas. Falta de condições, logística, distância, recursos e a intensíssima circulação e dependência das localidades e comunidades isoladas das sedes dos municípios são citados.

O fechamento de fronteiras compromete o abastecimento recí-

proco de combustível e de mercadoria e gêneros alimentícios da agricultura familiar e de relações comerciais transfronteiriças. A dependência de transporte fluvial entre 5 e 15 dias de barco em sistema de balsas que abastecem as sedes de municípios evidencia as dificuldades logísticas acentuadas com a pandemia. O Peru, por Santa Rosa, logo fechou suas fronteiras no Alto Solimões, eliminando o fornecimento de produtos como batata e cebola aos brasileiros de Benjamim Constant; a Colômbia, por Letícia, cidade conturbada à de Tabatinga, o toque de recolher já limitou o acesso às trocas de legumes e verduras por produtos brasileiros como o óleo, açúcar e frango (AZEVEDO *et al.*, 2020). No rio Negro as trocas de combustível mais barato com a Venezuela e a Colômbia, e as aquisições em compra de cimento, produtos alimentares e de higiene no comércio de São Gabriel sofrem as mesmas restrições. O cenário pós-pandemia no interior do Amazonas prenuncia-se sombrio. Os cenários, as prospecções pré e pós-pandemia reforçam este prenúncio trágico.

Dispersão e impactos da Covid-19 no Amazonas

A dispersão no território do Amazonas caminha com o ir e vir de nossas gentes. Quem conhece as sedes dos municípios interioranos, a movimentação dos portos, feiras e mercados de Manaus e do interior, comércios de ambulantes, camelôs e lojas de atividades não essenciais, os espaços de convivialidade de festas, bares e celebrações, bem compre-

ende o porquê de o distanciamento social e o isolamento serem letra morta para a maioria da população urbana e interiorana do estado do Amazonas. Quanto a isso, fica evidente, também, uma recusa irracional no comportamento da população no litoral brasileiro, assim como nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Tem sido difícil romper a rotina e impor a disciplina dos protocolos da pandemia, seja porque são invasivos às liberdades, seja porque tornam mais difícil a vida de quem depende do trabalho na rua para suprir suas necessidades.

Em causa, está a falta de proteção social dessa população “insubordinada” para quem viver é um perigo diário. São as vítimas da brutalização das relações sociais com os excluídos e sem perspectiva, para quem as medidas de restrição de ficar em casa não são apreendidas como proteção à saúde e à sociedade. Outra variação desse comportamento não racional é o juízo ideológico de descrença diante da fala de autoridades da saúde e de governantes, médicos e cientistas, que orientam as condutas para proteção coletiva e individual da saúde no contexto da pandemia, fenômeno também registrado na época da cólera no século XIX (KODAMA, 2011). Essa “soma de comportamentos individuais” (BOLETIM ODS, n. 5, maio 2020) aludida ao comportamento de grupos, parece estar associada à escolha política de não votar por não acreditar no processo e no resultado das eleições, e não há correspondência entre sua forma de vida e resultado eleitoral. A negação da existência do vírus é um fato associado à recusa do distanciamento e isolamento social.

A negação das recomendações de proteção parece estar associada ao descrédito das informações científicas e da orientação médico-sanitária, sobre a qual nem mesmo as evidências do número crescente de mortos e do colapso do sistema de saúde são capazes de abalar as crenças que a fundamentam, inclusive as de origem religiosa. Acentuação dessa atitude diante das informações massivamente disseminadas tem estudo ainda não concluído no *Boletim ODS Atlas Amazonas Especial Covid-19* da UFAM/PPGSCA.

O vírus se propaga na velocidade do fluxo de gente e de mercadorias, nos transportes e nas aglomerações. Acentua esse fluxo, denso e intermitente, por via aérea, fluvial e terrestre, as populações de povoados e cidades fronteiriças do Brasil com o Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Guiana e Equador nas ligações fluviais, terrestres e aéreas entre Manaus e esses países; Manaus e as municipalidades do Amazonas por meio dos principais afluentes da margem direita e esquerda de sua bacia hídrica. Sublinhe-se que, pelas mesmas vias, o Amazonas tem conexões diárias com todos os estados da região Norte. Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Santarém e Belém são os pontos de interação mais importantes por via aérea e fluvial especialmente. O centro-oeste, o sudeste e o sul ligam-se a Manaus por meio de transporte aéreo com maior frequência de voos diários para Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. A avaliação do padrão de circulação de pessoas e mercadorias é mais impactante quando se somam as 22.600 comunidades em toda a Amazônia Brasileira.

O Amazonas, atingido pela cólera no século XIX, pôde identificar no transporte fluvial um navio, o Marajó, os três passageiros embarcados em Belém e de onde vieram, lá chegados pelo navio *Defensor*, rumo a Manaus, os portadores da doença e de como entraram na vila de São José da Barra, passando por Vila Bela. Hoje, o rastreamento dos aeroportos é a maior preocupação, pela rapidez e volume do fluxo dos viajantes. Considera-se, no caso de Manaus, que um dos fatores relacionados à origem e perfil de viajantes diários ligados à gestão de empresas multinacionais, asiáticas, chinesas, coreanas com sede e sucursais em Manaus, foi subestimado na avaliação dos riscos de entrada e dispersão da Covid-19.

Manaus vive um inferno que se alastra por todas as localidades do Amazonas e da região Norte. Em um único dia de abril, registraram-se 140 sepultamentos. Mostra de enterros noturnos, corpos em urnas trocadas, sepultamentos em valas públicas e cremações expõem o colapso do sistema funerário e a ausência de planejamento para enfrentar situação tão grave. Em 17 de maio, o número de sepultamentos estava em queda; no dia 18, eram 86, e hoje, dia 22 com 59 enterros, o que confirma outra

tendência configurada em estudo da UFAM/PPGSCA/Atlas Amazonas/ Covid/19, coordenado pelo Dr. Henrique Pereira do PPGSCA/UFAM.

Em 53 dias, apenas 2 dos 62 municípios do Amazonas, Envira e Ipixuna, não foram atingidos pela Covid-19. Por ora, Manaus lidera o estado e a região Norte com a maioria absoluta dos casos confirmados e mortes. A letalidade dos casos confirmados e hospitalizados foi acima de 8% durante uma semana! Estima-se, no entanto, que, em oito dias, a partir de 16 de maio, a curva ascendente que representa a contaminação da capital vai ser ultrapassada pelo interior. Acelera-se o encontro da curva de crescimento da disseminação do vírus nos espaços referidos.

Nem foi preciso esperar! Previsto no Modelo do Atlas Amazonas (ODS/UFAM), o *Boletim Especial Covid-19* de 17 de maio indica que, dos 19.667 casos confirmados no Amazonas, 10.297 são de Manaus (52,33%) e 9.380 (47,67%) são do interior do estado. Mais cedo do que foi previsto, a curva ascendente da Covid-19 no interior ultrapassou a de Manaus. Bloqueio total da circulação de pessoas é anunciado em quatro cidades; o Ministério Público² pleiteia pela segunda vez a adoção dessa medi-

²“A pandemia causada pelo novo coronavírus, tem deixado o Estado do Amazonas, e em especial a cidade de Manaus, em gravíssima situação de calamidade pública. O flagelo sanitário tem se agravado pela ausência de medidas suficientes e efetivas dos poderes Públicos estadual e Municipal [...] No recurso que pleiteia pela segunda vez a medida de bloqueio, o Ministério Público indica ao fechamento de estabelecimentos não essenciais (Decreto n. 42.247 de 30.04.2020), procedimentos de higiene e limite de pessoas nos estabelecimentos a permanecerem abertos, avisos sonoros, disponibilização de materiais de higiene e máscaras, medidas contra aglomerações em eventos de quaisquer natureza, em serviços públicos e particulares, transportes coletivos, entre outras indicações.” Cf. G1 AM. globo.com. Acesso em: 17 maio 2020.

da também em Manaus, recusada pelo Tribunal de Justiça. Em números proporcionais, o município de Manacapuru, a 100 quilômetros da capital, tem a maior taxa de letalidade e mortalidade.³ Expressão escandalosa da situação dos serviços públicos de saúde é o fato de que apenas Manaus possui unidades de terapia intensiva.

O argumento da natureza democrática da Covid-19 deve ser posto em perspectiva; pelo menos até agora, sem taxa de letalidade oficialmente declarada por falta de mais estudos sobre a genética e evolução do vírus. No que se refere à taxa de letalidade sobre os casos de pessoas acometidas pelo adoecimento e ao acesso aos meios adequados para serem assistidos e sobreviverem, o argumento pode ser falacioso. Estudos realizados e tornados públicos sobre a taxa de mortalidade sugerem relação entre cor e chance de morte por Covid; marcadores sociais raciais e econômicos, portanto, que devem ser examinados com mais profundidade quantitativa e qualitativa.

Na população branca, essa taxa é de 9,67%; na população parda, a taxa sobe para 11,88% e, na população preta, a taxa alcança escandalosos 15,64%; ou seja, a chance de uma pessoa preta morrer em consequência da Covid-19, na cidade de São Paulo,

é 62% maior do que a de uma pessoa branca morrer por essa mesma razão.⁴

Tragédia de muitos números, rostos, histórias, dramas coletivos e individuais vão rapidamente envolvendo a coletividade no luto societário da espécie humana. Manaus chora seus mortos na dor do mundo no coração da Amazônia.

O incerto e o provisório na mundialização da tragédia: conclusão

O amanhã já está em disputa, assim como a esperança de “que tudo volte à normalidade”, “que tudo isso acabe logo”. São os bordões da perplexidade gerados pela pandemia. Esperança e medo estão, aparentemente, em diferentes chaves de interpretação do fenômeno. Retomar a vida, a rotina, os amores, os aborrecimentos, a vida vivida. Contudo, a incerteza nunca esteve tão heurísticamente configurada. Constatações realistas pontuam obstáculos a ser superados. Indaga-se como será o novo normal.

Manifestações otimistas desenharam focos e itinerários das correntes de opinião e os pontos de interação nas relações de grupos, indivíduos, países. Fenômenos da reflexividade e as estratégias de disputa da memória coletiva da tragédia estão em

³A taxa de mortalidade (TM) se refere à quantidade de pessoas que morreram por uma doença em relação à população total de um lugar - seja uma cidade, estado, país, ou até mesmo o mundo inteiro. Já a taxa de letalidade (TL) se refere à quantidade de pessoas que morreram por uma doença em relação à quantidade de infectados por ela. Ambas são coeficientes que se expressam por percentuais e fazem a proporção entre o número de mortes por uma doença e o número total de doentes que sofrem dessa doença, ao longo de um determinado período de tempo.

⁴Registro em argumentação que anuncia debate do impacto da Covid-19 sobre a população negra promovido pelo Observatório da Crise do Coronavírus na Fundação Perseu Abramo em 12 de maio de 2020.

curso. Processos estruturantes de coesão, solidariedade e integração são reexaminados em novas preocupações.

Exprimindo-se do mesmo modo, a opinião especializada ganha corpo em busca de compreender os diferentes nexos de causa e efeito da pandemia na região. Em contraponto ao incerto, sublinham-se nesta ocasião três características importantes:

(1) A de que o centro da pandemia poderia ter sido aqui, na região amazônica, dadas as circunstâncias do desmatamento agressivo, extensivo, e dos impactos do uso da terra sobre os biomas, ecossistemas e formas de adaptabilidade humana tradicional. “[...] ‘Um caldeirão de circunstâncias’ combinadas repõem as dinâmicas do risco de que a problemática ambiental crie condições de eclosão de uma pandemia.” Discute-se nesse ambiente claras relações, a relação entre endemias e pandemias com a desorganização ambiental e a cadeia alimentar mundial.

A Amazônia tem maior quantidade de microorganismos do mundo. E estamos perturbando o sistema o tempo todo, com populações urbanas se aproximando, desmatamento e comércio de animais silvestres’. [...] Ele se lembrou do caso da leishmaniose, endemia típica da Amazônia que tem como causador um protozoário e o vetor é o mosquito palha. A doença se espalhou pelo mundo, devido à aproximação dos homens dos am-

bientes silvestres, mas agora está controlada, tendo cura e remédio. O problema agora é outro por lá. ‘Agora, Manaus está entrando em colapso com o coronavírus, e a doença está chegando às aldeias. Temos que lembrar que os indígenas têm menos resistência imunológica a essas contaminações.’ [...] Então, talvez tenha sido sorte que a pandemia não tenha começado no Brasil. (NOBRE apud BERTOLOTTO, 2020).

2) A de que o pós-pandemia adiciona uma dificuldade a mais para explicar o porquê e obter o convencimento das gerações mais jovens de que os interesses da acumulação da riqueza continuam a se sobrepor sobre o direitos humanos e sobre o valor planetário mais cultuado, que é a vida; explicar por que os direitos constitucionais defendidos na Constituição brasileira não foram implantados em todo o País e nem mesmo atingiram todos os cidadãos das diferentes regiões é uma urgência; esclarecer que as evidências de desobediência aos protocolos e “a tosca recusa” em reconhecer os riscos da Covid-19, assim como desconhecer os compromissos coletivos da responsabilidade com o outro e com a proteção coletiva são demonstrações de falha nos sistemas de educação e informação; “urge radicalizar e defender de modo intransigente a circulação da opinião científica” (CANDOTTI, 2020).⁵ Urge intensificar o acesso aos instrumentos de compreensão dos desafios contemporâneos.

⁵A Diretor do Museu da Amazônia e Presidente de Honra da SBPC. Depoimento gravado em 21 abr. 2020, para a Marcha pela Ciência e Pacto pela Vida da SBPC realizada em 7 de maio de 2020.

3) A pandemia trouxe à discussão a centralidade da ciência para a sobrevivência em sociedade, sobre o processo de recuperação da autoridade científica e a autoridade das universidades na produção de conhecimentos essenciais à vida, sobre o lugar e a importância da formação e da criação de estruturas de acesso à ciência nas políticas públicas de saúde, educação, gestão, comunicação e de serviços, e imediatos; demonstrou, ainda, que a ignorância e o despreparo em relação aos fenômenos sociológicos, médicos e biológicos mais simples são produto do despreparo para a vida social e da exclusão de populações aos direitos de atenção social básica e de informação. “A ciência é resultado da ação de pesquisa sistemática e não do opinativo, do palpite.” (ALMEIDA, 2020).

Círculos de especialistas⁶ divergem acerca dos usos de abordagens acumuladas pela reflexão científica, exigências da relação ciência e filosofia se organizam em tarefas contra o obscurantismo, a ignorância e ódio ao pensamento. Desmistificar qualquer suposta inocência ao negacionismo, desmascarar a arrogância e a crueldade da ignorância, combater a combinação parasitária e obscurantista entre religião e capitalismo. “Parasita a capacidade cognitiva do sujeito e promove, pelo filtro da crença, a recepção acrítica e imediata de conteúdos obscurantistas.” (CARVALHO, 2020).

e o coronavírus, e por caminhos definidos pelos padrões de produção e consumo capitalistas, tende igualmente a esconder as relações sociais de sua gênese biocida [...] o capital [...] por meios de dispositivos de manipulação ideológica... envenena a consciência coletiva com a crença de que tudo é natural. (OLIVEIRA, 2020).

As desigualdades sociais mudaram para um regime de desigualdade múltipla em que cada um vive a desigualdade como experiência singular e como uma forma de desprezo, situações que ficam mais agudas em tempo da pandemia em todo o mundo. Autoritarismo político sempre à espreita; precarização da vida e aumento exponencial da desigualdade social e outras formas múltiplas e combinadas; fundamentalismos religiosos que se renovam e reaparecem com novas formas de reencantamento da realidade; ressurgimento de um conservadorismo cultural que julgávamos superado; segregação e poder a partir do medo, a violência das disputas políticas. Cenários e expressões do mundo doente exposto em sua fragilidade com a pandemia.

Além da defesa da vida, pelo valor que tende a orientar o comportamento coletivo racionalmente organizado, o ato instintivo de proteção à espécie parece evidente. Nem sempre, porém, há correspondência entre o esperado e aparentemente

⁶A Cf. Reflexão de sociólogos da crise mundial da sociedade diante da pandemia (SIMPÓSIO 2, 2020). Simpósio Mundo Social e Pandemia. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2020/05/14/simpósio-2mundo-social-pandemia/>.

sensato, e os sentidos orientadores da ação coletiva e os resultados esperados. Expectativa da experiência e da comunicação científica são indicadores a sinalizar necessidades, impasses e processos de afirmação da pesquisa sistemática sobre as correntes de opinião. É o que se espera da racionalidade neste momento de incerteza, a dimensão mais esclarecida de que poderemos eleger a melhor opção para preservar a vida.

São 12 horas e 33 minutos em Manaus. É a nona semana de convívio com o vírus na cidade. O Amazonas registra, até este momento, 20.328 casos confirmados; 10.400 só em Manaus; destes, 6.670 contaminados em isolamento social, 582 internados e 1.413 mortos. Estima-se que o número real seja de 200 mil pessoas atingidas pela Covid-19 e a taxa de mortalidade é de 6,95%.

A dor do mundo no Amazonas é escancarada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bernardino. Entrevista. **Jornal Amazonas Real**, Manaus, abr. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Depoimento gravado para a Marcha pela Ciência e o Pacto pela Vida da SBPC*. 26 abr. 2020.

AMAZÔNIA REAL. *Com apenas 7 respiradores, São Gabriel da Cachoeira confirma dois casos de Covid-19*. 26 abr. 2020. Disponível em: [https://amazoniareal.com.br/com-apenas-7-res-](https://amazoniareal.com.br/com-apenas-7-respiradores-sao-gabriel-da-cachoeira-confirma-dois-casos-de-covid-19/)

[piradores-sao-gabriel-da-cachoeira-confirma-dois-casos-de-covid-19/](https://amazoniareal.com.br/com-apenas-7-respiradores-sao-gabriel-da-cachoeira-confirma-dois-casos-de-covid-19/) Acesso em: 14 fev. 2021.

AZEVEDO, Marta et al. Grupo de pesquisadores publica análise da vulnerabilidade de indígenas ao coronavírus. **Revista Amazônia Latitude**, 22 abr. 2020.

AZEVEDO, Walmor Oliveira de et al. Meio milhão de vidas perdidas. **Jornal da Ciência**, jun. 2021. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Meio-milha%CC%83o-de-vidas-perdidas.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BERTOLOTTO, Rodrigo. *Para estudiosos do clima, "sorte" explica pandemia não começar pelo Brasil*. 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/04/14/para-estudiosos-do-clima-sorte-explica-pandemia-nao-comecar-pelo-brasil.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BOLETIM ODS **Atlas Amazonas Especial Covid-19**. Maio 2020.

CANDOTTI, Enio. *Depoimento gravado para a Marcha da Ciência* em 26 de abril de 2020.

CARVALHO, Rosiene. *Filosofia, ciência e pandemia*. 18 maio 2020. Disponível em: <http://www.rosiene.blog.br/filosofia-ciencia-e-pandemia/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FREITAS, Marcílio; FREITAS, Ma-

rilene C. S. **The future of Amazônia in Brazil: a worldwide tragedy.** New York: Peter Lang Prompt, 2020.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** Rio de Janeiro, 1990. v. 1, p. 23-24.

KODAMA, Kaori. Geografia da cólera: a corte e seus arredores durante a epidemia de 1855. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Anais...** São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, José Alcimar de. *Reflexões sobre barbárie, aversão à teoria, ódio ao pensamento e ignorância arrogante.* Manaus, 2020. Disponível em: <https://afinsophia.org/2020/05/16/filosofo-jose-alcimar-filosofia-ciencia-e-pandemia-reflexoes-sobre-barbarie-aversao-a-teoria-odio-ao-pensamento-e-ignorancia-arrogante/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SIMPÓSIO 2/Mundo social e pandemia. *Biblioteca Virtual do Pensamento Social*, 14 maio 2020. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2020/05/14/simposio-2-mundo-social-e-pandemia/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

*Artigo recebido em maio/2021.
Versão aprovada para publicação em
junho/2021.*



Agricultura na Amazônia pós-covid-19: o que fazer?

Agriculture in the amazon region post-sars-cov-2: what to do?

Alfredo Kingo Oyama Homma*

RESUMO

Este trabalho procura contextualizar uma proposta agrícola para a região amazônica pós-Covid-19. Há necessidade de sair das discussões abstratas e passar para propostas concretas para a região. Nesse sentido procurou-se listar um conjunto de tópicos que deveriam ser considerados para uma política de desenvolvimento agrícola para a Amazônia. As alternativas agrícolas mais sustentáveis para a região amazônica dependem do estabelecimento de um novo padrão tecnológico. Para isso, é necessário efetuar um grande esforço de ampliação da fronteira do conhecimento científico e tecnológico, com resultados para os pequenos, médios e grandes produtores. A redução dos impactos ambientais e a geração de emprego e de renda vão depender da mudança das propostas usuais, como extrativismo vegetal, venda de créditos de carbono e atividades tradicionais, defendidas pelas organizações não governamentais e entidades externas. Aproveitar as áreas desmatadas com atividades produtivas mais adequadas é mais importante para o conjunto da população do que o retorno à floresta. Uma política agrícola é mais importante para resolver os problemas ambientais na Amazônia.

Palavras Chave: Amazônia. Desenvolvimento agrícola. Meio ambiente. Política agrícola.

ABSTRACT

This study suggests agricultural policies for the Amazon region post-Covid-19 era. There is a necessity to move from the abstract's concepts to concrete proposals for agricultural development in this region. Hence, we listed a set of topics that should be considered for an agricultural development policy for the Amazon region. The most sustainable agricultural alternatives depend on the establishment of new technological standards. It is necessary to expand the frontiers of scientific and technological knowledge to the small, medium, and large producers. The reduction of environmental impacts, the improvement of employment and income opportunities will depend on changing the usual proposals, such as plant extraction, sale of carbon credits, and traditional activities, defended by non-governmental organizations and external entities. The use of deforested areas with more adequate productive activities is more important for the population than returning to the forest. An agricultural policy is essential to solve the environmental problem in the Amazon region.

Keywords: Amazon. Agricultural development. Environment. Agricultural policy.

*Agrônomo. Doutorado em Economia Rural, Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e Professor Visitante da Universidade do estado do Pará, Belém | alfredo.homma@embrapa.br | (+55) 91-32041082.

Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade do autor não representando o ponto de vista das instituições da qual faz parte.

1 Introdução

Este texto procura contextualizar uma proposta agrícola para a região amazônica pós-Covid-19. Há necessidade de sair das discussões abstratas e passar para propostas concretas para a região. Nesse sentido procurou listar um conjunto de tópicos que deveriam ser considerados para uma política de desenvolvimento agrícola para a Amazônia.

Na Amazônia Legal, concentram-se 919.057 propriedades agrícolas identificadas no Censo Agropecuário 2017, representando 18,1% do país. Existem 760.532 pequenas propriedades representando 82,76% das propriedades da região. A heterogeneidade tecnológica pode ser percebida tomando-se o exemplo do estado do Pará, onde apenas 4,5% das propriedades agrícolas possuem tratores em comparação com a média brasileira de 14,5%. Em termos de acesso ao crédito rural, o estado do Pará é de 6,3% e do país de 15,5%. Mesmo sendo o estado do Pará grande gerador de energia elétrica do país, 68,3% têm acesso a esta modernidade, enquanto a média nacional é de 83,1% das propriedades rurais. As propriedades que não fazem nenhuma adubação no país são 57,2%, enquanto na região Norte alcança 81,2%. As propriedades agrícolas que aplicam calcário são 14,4% para o País e 7,1% na região Norte. O grupo de proprietários no país que não sabe ler e

escrever atinge a cifra de 23,0%, enquanto na região Norte, é mais razoável com 20,4%.

A dotação de riqueza recebida da Natureza na Amazônia tem dimensão planetária. Maior floresta tropical, maior rio, 1/5 do volume de água doce, abundância da flora, fauna e minerais entre outros atributos. Com relação ao capital social, destacam-se obras de infraestrutura como a terceira e a quinta hidrelétrica do mundo, duas capitais com seu entorno superiores a dois milhões de habitantes, aeroportos nas principais cidades, instituições de ensino, pesquisa agrícola, desenvolvimento regional, meio ambiente, segurança pública, Forças Armadas, Judiciário, Legislativo entre outras. Há questionamentos da população quanto à eficiência e à eficácia dessas instituições, variando de indicadores não satisfatórios a adequados, para as populações menos favorecidas.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2019), mais recente, ilustra o percentual de renda mensal das famílias da região Norte superando apenas a da região Nordeste. Na região Norte, quase 40% das famílias têm renda mensal inferior a 2 salários mínimos (Tabela 1).

Tabela 1 – Rendimento médio total e percentual por classes de rendimento total mensal familiar, segundo as grandes regiões, período 2017-2018

Região	Renda média (R\$)	Até 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 6 SM	Mais de 6 a 10 SM	Mais de 10 a 15 SM	Mais de 15 a 25 SM	Mais de 25 SM
Brasil	5.426,70	23,9	18,6	30,5	14,0	6,4	3,9	2,7
Norte	3.647,70	39,1	20,4	25,5	8,8	3,0	2,5	0,7
Nordeste	3.557,98	39,4	22,2	24,4	7,6	3,2	2,1	1,1
Sudeste	6.391,29	16,4	17,4	33,3	16,5	8,1	4,7	3,6
Sul	5.995,55	14,8	16,0	34,3	19,2	8,5	4,6	2,6
Centro-Oeste	6.772,86	17,6	17,3	32,7	14,7	6,8	6,3	4,6

Fonte: IBGE (2019).

Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que acompanha o desenvolvimento socioeconômico brasileiro pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado em 2008, sendo o último de 2018, com dados de 4.471 municípios brasileiros do total de 5.570, constitui um indicador similar ao IDH, este sempre defasado. Segundo os dados do IFDM, os 500 municípios mais desenvolvidos do país estão concentrados nas cidades das regiões Sudeste (50%) e Sul (41%). A região Centro-Oeste ficou com 7% dos municípios. O Nordeste teve apenas oito municípios e na região Norte, apenas a capital do Tocantins, Palmas, ficou entre os 500 maiores IFDM do país. Entre os 500 maiores, a última década foi marcada pelo desenvolvimento da região Centro-Oeste, que mais do que dobrou a sua participação decorrente da expansão do agronegócio. A região Sul também aumentou sua

participação na parte mais alta do ranking, aproximando-se mais do Sudeste. Entre os 500 municípios menos desenvolvidos, o ranking foi dominado por municípios das regiões Nordeste (68%) e Norte (28%). A pobreza pode ser identificada pelo contingente das famílias participantes do Programa Bolsa Família. As regiões Norte e Nordeste concentram 96% dos municípios menos desenvolvidos do país, dominando o ranking dos 500 menores do país (IFDM, 2018).

Todos os estados da Amazônia Legal têm a renda per capita inferior à média nacional, sendo a menor a do estado do Maranhão e a maior a de Mato Grosso. Em termos de participação no PIB brasileiro, a liderança cabe ao Pará, seguido por Mato Grosso, Amazonas e Maranhão. No estado de Mato Grosso, a agricultura tem maior participação no PIB estadual, seguida de Rondônia, Pará, Maranhão e Acre (Tabela 2).

Tabela 2 – Famílias participantes no Programa Bolsa Família, renda per capita, participação estadual no PIB nacional e da agricultura no PIB estadual, estimativa da população, número de assentamentos, famílias assentadas, área total e área média família nos projetos de assentamentos.

Estado	Bolsa Família jan. 2021	Renda per capita 2019	Participação PIB (%)	Participação Agricultura PIB estadual (%)	Estimativa População 2020	Número de Projetos Assentamentos (2018)	Número de famílias assentadas (2018)	Área Projetos Assentamentos (2018)	Área média família Projetos Assentamentos
Acre	90.623	890	0,22	8,9	894.470	161	32.658	5.604.066,8183	171,60
Amazonas	410.146	842	1,43	6,5	4.207.714	145	57.231	27.290.997,7034	476,85
Amapá	76.591	880	0,24	1,9	861.773	54	14.719	2.245.309,5680	152,54
Maranhão	960.371	636	1,40	8,9	7.114.598	1.028	132.290	4.741.258,6515	35,84
Mato Grosso	161.124	1.403	1,96	20,9	3.526.220	551	82.808	6.054.375,1537	73,11
Pará	963.449	807	2,30	10,2	8.690.745	1.119	245.258	23.189.396,8113	94,55
- Belém						397	98.539	4.102.092,2421	41,63
-Santarém (2014)						220	75.413	14.458.991,7508	202,77
-Marabá (2014)						514	72.196	4.628.312,8184	64,91
Rondônia	81.390	1.136	0,64	14,2	1.796.460	223	38.931	6.197.042,7737	159,18
Roraima	52.041	1.044	0,19	5,2	631.181	54	16.567	1.442.597,4795	87,08
Tocantins	118.478	1.056	0,51	13,1	1.590.248	377	23.404	1.241.106,2652	53,03
Amazônia Legal	2.914.213		8,89		29.313.409	3.712	643.866	78.006.151,22	121,15
Brasil	14.232.704	1.439	100,00	5,2	211.755.692	8.884	83.493.392,4325		

Fonte: CONSULTA... (2021).

A utilização de mecanização e da reposição de nutrientes nas áreas degradadas é importante para viabilizar a agricultura, sobretudo, para pequenos produtores. Os estados que apresentam maior relação área-trator, como Mato Grosso e Rondônia, estão bem distantes da média brasileira e de outros estados mais desenvolvidos do país. Há necessidade de, no mínimo, duplicar ou tri-

uplicar o número de tratores na região amazônica (Tabela 3). Somente à guisa de comparação, Santa Catarina, que apresenta como modelo da participação de pequenos produtores no valor total da produção agrícola e uma organização exemplar em torno das cooperativas agrícolas, apresenta 59 hectares por trator e em São Paulo essa relação é de 94 hectares por trator.

Tabela 3 - Número de tratores, bovinos, área total dos estabelecimentos e área/trator

Estado	Tratores	Bovinos	Área estabelecimentos (ha)	Área (ha)/Trator
Acre	2.133	2.133.001	4.230.216	1.983
Amazonas	2.435	1.253.852	4.042.318	1.660
Amapá	376	36.481	1.506.294	4.006
Maranhão	10.308	5.412.019	12.233.613	1.186
Mato Grosso	71.042	24.118.840	54.830.819	771
Pará	21.217	15.298.613	29.677.672	1.398
Rondônia	12.283	9.827.031	9.219.932	750
Roraima	1.736	674.501	2.624.880	1.512
Tocantins	18.054	674.501	14.857.426	822
Amazônia Legal	139.584	59.428.839	133.223.170	954
Brasil	1.228.634	171.858.168	350.253.329	285

Fonte: Censo Agrícola 2017, Tabela 6.869; Tabela 6.753.

A conexão rural-urbana das cidades amazônicas precisa ser articulada não somente como mercado de produtos agrícolas visando à segurança alimentar, fonte de matéria-prima para agroindústrias locais e de produtos de exportação. A metabolização de lixo orgânico gerado pela população urbana regional e do fluxo turístico teria grande importância para resolver um problema ambiental grave para utilização na recuperação de áreas degradadas. Há falta de adubo orgânico para os solos da Amazônia.

Como melhorar a vida dos pequenos produtores?

Há uma heterogeneidade de pequenos, médios e grandes produto-

res nos estados da Amazônia Legal quanto à localização, área média das propriedades, nível tecnológico, renda, etc. Quanto à participação dos pequenos produtores no valor total da produção, é maior no estado do Amazonas (67,35%) e a menor no estado de Mato Grosso (6,45%), sendo a média nacional com 22,88% (Tabela 4). Esta representa a real contribuição da pequena produção na agricultura brasileira, e não dos 70% a 80% que eram atribuídos (FLORES; MACEDO, 2021).

Tabela 4 – Participação dos pequenos produtores no valor total de produção, número de estabelecimentos agrícolas, área total dos estabelecimentos, área de lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais, pastagens naturais e plantadas (2017)

Estado	Participação dos pequenos produtores no valor total da produção (%)	Estabelecimentos agrícolas	Área estabelecimentos (ha)	Lavouras Permanentes (ha)	Lavouras Temporárias (ha)	Pastagens Naturais (ha)	Pastagens Plantadas (ha)	Matas Naturais (ha)	Matas Plantadas (ha)
Acre	52,37	37.343	4.230.216	24.063	57.348	2.902	1.470.260	2.592.861	1.636
Amazonas	67,35	80.914	4.042.318	108.366	123.269	346.836	795.593	2.529.517	1.865
Amapá	57,14	8.507	1.506.294	21.233	43.463	387.292	62.342	896.203	56.906
Maranhão	25,69	219.765	12.233.613	109.820	1.250.326	1.057.114	4.645.134	4.348.858	252.044
Mato Grosso	6,45	118.676	54.830.819	105.244	9.684.623	4.038.736	18.995.877	20.682.060	196.663
Pará	38,65	281.704	29.677.672	778.738	892.228	1.923.911	12.585.818	12.157.209	196.578
Rondônia	37,94	91.437	9.219.932	125.793	325.288	228.393	5.860.878	2.415.427	29.890
Roraima	32,94	16.850	2.624.880	35.119	71.558	663.576	447.016	77.293	42.906
Tocantins	16,94	63.691	14.857.426	172.006	1.007.384	2.379.039	6.019.023	4.703.391	84.543
Amazônia Legal		918.887	133.223.170	1.480.382	13.455.487	11.027.799	50.881.941	50.402.819	863.031
Brasil	22,89	5.072.152	350.253.329	7.982.183	55.383.875	46.847.430	111.775.274	106.211.639	8.485.503

Fonte: Censo Agrícola 2017, Tabela 6.753

O estado do Amazonas tem a maior participação relativa dos pequenos produtores no valor total da produção agrícola, superando três vezes a média nacional. Seguindo depois o Amapá, mais que o dobro da participação nacional, depois o Pará, Rondônia e Roraima. Esses números refletem a preocupação política que precisa estar voltada para os estados e para os bolsões de pobreza.

Todos os pequenos produtores da Amazônia têm uma estratégia de sobrevivência, quer se apropriando dos bens proporcionados pela Natureza, aproveitando das transferências governamentais ou de parentes, desenvolvendo atividades produtivas no lote ou fora dela, e a venda de mão de obra. Fazer com que aumente a renda familiar e a participação das atividades produtivas com práticas mais sustentáveis, aproveitar os recursos da Natureza que permitam a sua regeneração e reduzir a participação relativa das transferências governamentais seria um indicador da melhoria de vida.

A evolução do bem-estar por meio das atividades produtivas passa pelo desenvolvimento das culturas e criações que tenham mercado e garantam uma parte do abastecimento familiar, quando estas apresentarem vantagens competitivas. A noção comum de que todos precisam dedicar a agricultura nem sempre é possível, pois muitos não têm aptidão agrícola, moram no meio rural, mas dedicam a venda de mão de obra para atividades agrícolas ou não agrícolas. As mudanças de mercado são frequentes na Amazônia como ocorreu com o guaraná,

maracujá, acerola, mamão, melão, pimenta, feijão caupi, pupunha, etc. e outros estados do país mais próximos do mercado ou de vantagens competitivas.

A defesa dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) muito enfatizada nas propostas internacionais para a Amazônia implica o aumento da mão de obra, nem sempre existente, e de 10 a 15 anos para a sua estabilização (WITTKAMPER; ROSE; MINEY, 2021). No que concerne às atividades produtivas, os pequenos produtores com melhores condições de vida são aqueles que se dedicam aos produtos conectados com o mercado nacional ou internacional; mas há grandes oportunidades para mercados locais, sobretudo para cadeias curtas, envolvendo hortaliças, pequenos animais, frutas, dependentes de importação do Sul e Sudeste, etc. Há uma diferença entre pequenos produtores que se dedicam a cultivos permanentes e aqueles que se dedicam às atividades de roça.

As transferências governamentais passam a ter um peso preponderante nos levantamentos realizados com pequenos produtores na Amazônia. Aposentadorias, ajuda de familiares, seguro defeso, Bolsa Família, Programa Bolsa Floresta, lançado em 2007 para o estado do Amazonas, e o Programa Bolsa Verde, lançado em 2011, de iniciativa federal, e com a Covid-19 do Auxílio Emergencial. Outras transferências indiretas como o Programa Luz para Todos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional

a estudantes de todas as etapas da educação básica pública, o transporte escolar para a rede pública de ensino, o atendimento do SUS, igrejas, parentes, entre outros.

A Lei n.º 4.119, de 13 de janeiro de 2021, criou a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, que pode transformar em uma modalidade de “assistencialismo ambiental” se não for bem administrado (CONSULTA..., 2021). O Decreto n.º 10.623, de 9 de fevereiro de 2021, que instituiu o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das Unidades de Conservação Federais na Amazônia por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras, pode constituir-se outro mecanismo de transferência de renda direta e indireta.

Outro desafio é melhorar a vida dos pequenos produtores reduzindo os impactos ambientais. A primeira alternativa lógica seria aperfeiçoar as atividades que já desenvolvem. No âmbito da agricultura, dedicam ao plantio de mandioca, feijão caupi, pimenteira-do-reino, cacauzeiro, dendezeiro, fruteiras nativas (cupuaçuzeiro, açazeiro, etc.) e exóticas (bananeira, goiabeira, abacaxizeiro, maracujazeiro, laranjeira, limoeiro, etc.), hortaliças, gado de leite, pequena criação, etc. Estão espalhados ou concentrados em alguns bolsões, aproveitando nichos de mercado, em que é necessário elevar o seu padrão tecnológico (GOMES *et al.*, 2012).

Nas comunidades interioranas da região amazônica com reduzido dinamismo econômico, é comum ver cenas de rapazes e adultos sen-

tados em volta de mangueiras ou outra árvore sombreira. A teoria de Costa (1995) explica que isso decorre de o grau de fadiga do trabalho não compensar possíveis benefícios da satisfação decorrente do aumento da renda por exemplo. Uma forma de estimular seria a indução ao consumo (energia elétrica, infraestrutura social, radinhos de pilha no passado ou celulares no presente, etc.), no qual compensaria o esforço marginal a ser empregado. Populações que apresentam estratégias de sobrevivência com o mínimo de esforço, nos roçados, na coleta de produtos da natureza ou no trabalho não agrícola, quando disponível, complementam com transferências governamentais. Uma alternativa seria a introdução da mecanização, reduzindo a força braçal e aumentando sua produtividade, minimizado o grau de fadiga. Com a economia da mão de obra, permitiria aumentar a produção, desde que tenha mercado, sem criar desemprego. Pode-se aventar a hipótese, no passado, dos donos dos seringais aumentarem o preço dos gêneros de primeira necessidade e pagar baixo preço para a borracha dos seringueiros, acreditando em uma curva de oferta com inclinação negativa.

O desenvolvimento de uma nova agricultura amazônica é possível e já vem sendo incentivada, tanto para plantas da biodiversidade local como exótica. No contexto dos pequenos produtores, verificam-se com o plantio de cacauzeiro, mandioca, açazeiro, jambu, cupuaçuzeiro, malva entre os principais. Quanto à biodiversidade exótica, podem ser mencionados a pecuária leiteira,

pimenteira-do-reino, juta, bananeira, abacaxizeiro, laranjeira, limoeiro, dendezeiro, cafeeiro, maracujazeiro como os mais importantes.

O sucesso dos pequenos produtores em fazer uma agricultura amazônica vai depender do contínuo fluxo de novidades tecnológicas com relação ao uso de novos recursos da flora e da fauna. Os resultados nestas cinco décadas têm sido bastante reduzidos, mencionando as culturas que foram incorporadas ao processo produtivo em escala comercial: açaizeiro, castanheira, cupuaçuzeiro, pupunheira, malva e jambu. Já se encontram plantios isolados ou de manejo de cumaruzeiros, puxurizeiros, bacurizeiros, cubiuzeiro, etc. baseados na experiência dos produtores com reduzida inserção da pesquisa. No Fórum Econômico Mundial, conhecido como Fórum de Davos, realizado de 18 a 21 de maio de 2021, na Seção *Financing the Amazon's Transition to a Sustainable Bioeconomy*, as propostas para a biodiversidade se resumiram ao açaí pelo vice-presidente do Brasil e no camu camu, arará e pirarucu pelo presidente da Colômbia (FINANCING ..., 2021).

Culturas anuais e perenes: aumentar a produtividade

Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Pará e Rondônia se destacam pela produção de culturas temporárias. O Pará e Tocantins no cultivo de lavouras permanentes, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Roraima e Maranhão em pastos plantados, e Mato Grosso, Pará e Maranhão no reflorestamento.

Para as culturas permanentes, basta uma reduzida área em comparação com as culturas anuais e pastagens para saturar o mercado nacional e externo. No país, podem ser citados o cafeeiro (1,8 milhão de hectares) e a laranjeira (604 mil hectares) em contraposição à soja (35 milhões de hectares) e milho (17 milhões de hectares). No caso brasileiro, determinados cultivos perenes, como o cacaueteiro e a pimenteira-do-reino, podem ser reduzidos às atuais áreas mediante o aumento da produtividade. Se o objetivo for reduzir a área de soja no mundo, a alternativa seria substituir pelos plantios de dendezeiros. A produção mundial de óleo de dendê é 25% superior à de soja, ocupando apenas 1/6 de área dessa cultura que ocupa 125 milhões de hectares.

Há necessidade de criar um Plano Nacional do Cacau, um Plano Nacional da Borracha e um Plano Nacional do Dendê, intentando o País alcançar a autossuficiência desses três produtos, evitar a evasão de divisas, dobrando a atual área plantada nos próximos 5 a 15 anos e como forma de recuperar áreas de pastos degradados e permitir a recomposição de Área de Reserva Legal (ARL).

Para a maioria dos cultivos anuais de exportação como a soja, algodão e milho, as possibilidades de aumento de produtividade são bastante reduzidas (PORTOCARRERO, 2020). Já está aproximando-se do máximo da produtividade física e esses aumentos podem não ser compensados economicamente. Há de se investir na melhoria da logística e da organização administrativa da propriedade.

Nos textos internacionais, é comum mencionar a baixa lucratividade da lavoura da soja por hectare. Esquecem que esses produtores não se dedicam apenas ao plantio da soja, mas do milho safrinha e outras combinações, fazendo com que a renda bruta possa alcançar até 20 mil reais brutos/hectare, dependendo dos preços internacionais favoráveis. Com mercado assegurado, alto índice de mecanização, reduzido contingente de mão de obra/hectare, com o mínimo de risco trabalhista e alta produtividade. Essa é a razão da expansão de grãos na Amazônia.

Outra lista de cultivos anuais, como a mandioca, de que o Brasil já foi o maior produtor mundial até 1987, atualmente é o quinto, há uma grande possibilidade de aumentar a produtividade e com isso reduzir a área plantada. Fala-se muito em bioeconomia de novas plantas desconhecidas como a fantástica oportunidade para a Amazônia, mas esquecem, por exemplo, da bioeconomia das plantas do presente, como é o caso da mandioca. Antes um cultivo voltado para a produção de farinha, atualmente o amido, passou a ser o carro-chefe, com grande procura nacional e até mundial.

No caso do cultivo de arroz, está havendo uma redução na produção máxima já atingida no passado para os estados do Pará (-82%), Maranhão (-87%) e Mato Grosso (-78%), entre as principais. A novidade é o estado de Tocantins, que se tornou a terceira produtora nacional. A população da Amazônia está consumindo arroz irrigado proveniente dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Isso é uma indicação de que os plantios de arroz no Sul do país contribuem para reduzir desmatamentos e queimadas na região.

A oferta de produtos hortícolas e de frutas pode ser ampliada na região amazônica. São produtos de alta perecibilidade, exigindo o seu cultivo nas áreas mais próximas dos centros urbanos ou com sistema de transporte apropriado. Na região amazônica, existem cidades com mais de dois milhões de habitantes (Belém e Manaus) e demais capitais e cidades interioranas de médio porte que apresentam demanda insatisfeita desses produtos supridos por importações do Sul e Sudeste.

A despeito das críticas, o mercado deverá estimular a expansão da produção de grãos em torno de 10 milhões de hectares no país nos próximos 10 a 15 anos. Para frear a expansão da soja para novas fronteiras (cerrados), deveria ser direcionada às áreas de pastagens degradadas ou na subtração de áreas de pastos, mediante aumento de produtividade das pastagens e do rebanho (BRASIL, 2020; FEDERAÇÃO ..., 2020). Para culturas que apresentam baixa produtividade, é importante dispor de insumos modernos (fertilizantes, calcário e mecanização), novas opções tecnológicas ou econômicas.

Pecuária: aumentar a produtividade e reduzir áreas de pastos

Para as grandes propriedades e nos estados onde está ocorrendo a expansão de grãos mecanizados, reflorestamento e cultivos perenes, verifica-se um movimento da “pe-

cuarização” para “agriculturização”. Nas pequenas propriedades, como em projetos de assentamentos no Sudeste paraense, o mecanismo é o inverso, a “pecuarização” passa a ser o objetivo almejado para a melhoria de vida (HOMMA, 2019a).

Mato Grosso, Pará, Rondônia e Maranhão são estados que concentram os maiores rebanhos na Amazônia Legal. A pecuária ocupa 61% da área derrubada da Amazônia, constituindo na maior forma de uso da terra, com 48 milhões de hectares, dos quais, 10 milhões de pastagens, com alto grau de degradação, podem ser reduzidos sensivelmente. O esforço para redução dos desmatamentos deveria concentrar-se nesse setor de atividade.

Quanto à avicultura e a suinocultura avançada, a concentração dessas criações em pequenas propriedades constitui uma prática usual no sul do país, precisa ser expandida na região. No estado do Pará, que tem um grande consumo de patos, suprido por importações do Sul e Sudeste e até do exterior, constituinte do “pato no tucupi”, essa alternativa é pouco aproveitada. No caso da pecuária bovina, na Amazônia, ainda se caracteriza pela sua forma extensiva. Há necessidade de reduzir o rebanho via aumento de produtividade, com maior densidade por área, tanto para a pecuária leiteira como a de corte, adotando confinamento, pastagens rotacionadas, entre outras modalidades, liberando áreas de pasto.

A disponibilidade de água na região amazônica representa um grande desafio em favor do desenvolvimento da piscicultura. A garantia da

oferta de tecnologia, de ração e de assistência técnica é importante para ampliar a oferta proteica tendo como base a piscicultura.

Extrativismo vegetal e animal: a necessidade de domesticação

A coleta de recursos proporcionados pela Natureza como o extrativismo vegetal ou manejado, pesca, caça (a despeito de ser ilegal), extração madeireira varia no espaço e no tempo quanto ao estoque disponível, mercado, preço, característica do produto, entre outras variáveis (HOMMA, 2021).

Há uma ênfase muito forte na vocação extrativa para os pequenos produtores sendo defendida como opção ideal para a Amazônia. Alguns produtos que se apresentam em grandes estoques, e a oferta de plantios não crie competitividade, a despeito da baixa produtividade da terra e da mão obra, conseguem sobreviver. Mas à medida que o mercado for ampliando-se, os produtores são tentados a efetuar plantios ou mudar para outras atividades. Na falta de tecnologia de domesticação para os produtos extrativos que apresentam conflitos entre a oferta extrativa e a demanda, tanto os produtores quanto os consumidores, saem perdendo; os produtores pela oportunidade de lucro advindo dos plantios e os consumidores de um produto de melhor qualidade e a preço mais reduzido.

Nos produtos extrativos que chegaram ao limite da capacidade de oferta, é necessário efetuar a domesticação e seu plantio. Somente dessa

forma será possível reduzir a pressão sobre os recursos na floresta e ampliar o mercado a custo mais competitivo. Apresentam-se ainda em grande estoque no qual é possível efetuar a sua coleta. A recomendação seria proceder o seu manejo, e em uma etapa posterior, a seu plantio.

Para aqueles que se dedicam à coleta extrativa, é importante a observância das normas quanto à sustentabilidade biológica. Nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabilidade econômica ou vice-versa. O Estado criou algumas normas com relação ao período de defeso para a pesca, da extração madeireira comunitária, de desmatamentos e queimadas, entre outras, que não são cumpridas pela impossibilidade de fiscalização, sendo considerado como ato rotineiro. Ausência de alternativas econômicas, de técnicas de manejo inadequadas, o baixo nível de educação formal, falta de assistência técnica dificultam a utilização mais adequada.

Manejo florestal ou reflorestamento?

Ainda que se apresentem em grande estoque, é recomendável incentivar o plantio dos recursos madeireiros para atender ao crescimento do mercado pelo horizonte do projeto ser de médio e longo prazos. O manejo florestal, muito defendido para comunidades rurais ou mesmo para grandes empresas, pelo longo tempo exigido para a regeneração (30 anos ou mais) e a administração da área manejada, sujeita a diversas mudanças, sobretudo, econômicas, sociais e políticas, necessita de certa cautela (HOMMA, 2003; 2011).

O reflorestamento deve ser estimulado para ocupar as áreas de pastos degradados, áreas derrubadas impróprias para a agricultura, margem de curso de rios, recuperação do passivo ambiental representado por espécies nativas ou exóticas. A escassez de madeira de florestas nativas, que ficou reduzida a um quinto em comparação com seu auge, criou um grande mercado de madeira para movelaria, construção civil, cercas, moirões, etc. que precisa ser suprido com reflorestamento.

É inegável que o reflorestamento exige investimento de longo prazo. No dia 30 de maio de 2008, o governo federal lançou em Belém um programa de plantio de *Um bilhão de árvores na Amazônia*. Essa proposta tinha uma meta visível, mas não passou de um conjunto de boas intenções. A cifra que, à primeira vista, espanta pelo número, para a Amazônia, representava apenas o passivo das guseiras que, na época, já deveriam ter reflorestado um milhão de hectares com eucalipto, para substituir o carvão vegetal proveniente de florestas nativas. O plano não teve o sucesso desejado.

Movimentos recentes estão tentando aprovar o Projeto de Lei n.º 5.518/2020, de autoria do deputado federal Rodrigo Agostinho (SP) para flexibilizar o modelo de licitação e ampliar os contratos para concessão de florestas públicas. A atual área sob concessão florestal é de apenas 1,05 milhão de hectares, e haveria um potencial de ampliação para 4,37 milhões de hectares somente em 2021 de um total de 310,5 milhões de hectares de florestas públicas. A

justificativa é que esse novo modelo permitiria reduzir o desmatamento e a extração ilegal de madeira, gerar renda e emprego, aproveitamento da biodiversidade no contexto da bioeconomia, venda de créditos de carbono e de serviços ambientais, entre outros. A contrapartida é que os prazos deveriam ser flexibilizados, com contratos mais ágeis, mudanças nos concessionários, entre outros (DESTRAVANDO ..., 2020).

Considerando a precariedade do serviço de fiscalização e de mecanismos de comando e controle e das duvidosas vantagens, um cenário de fragmentação oficializada das florestas públicas, de invasão de áreas, incêndios florestais, entre outros, não é descartado. O reflorestamento das áreas degradadas mediante concessões, ou pelos produtores nas suas propriedades, dar sentido econômico para a Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e ARL, e o aprimoramento dos atuais procedimentos é a melhor garantia para manter a floresta amazônica.

Conter a fronteira velha e a nova

Os estados do Pará e Maranhão concentram em número de Projetos de Assentamentos seguindo na mesma ordem na estimativa da população. Quanto à área média dos assentamentos, constitui uma dúvida que precisa ser esclarecida, varia de 35,84 hectares (Maranhão) até 476,85 hectares (Amazonas).

As áreas dos Projetos de Assentamentos na Amazônia ocupam uma grande extensão e apresentam baixa produtividade agrícola. Há de se

ampliar o esforço de pesquisa agrícola e de extensão rural para atender este universo de pequenos produtores. Ou se os produtores não tiverem vocação agrícola, deveriam ser arrendadas para permitir o desenvolvimento de atividades com maior sustentabilidade ou transformadas em áreas para recuperação do passivo ambiental mediante concessão para grandes empresas.

Há necessidade de valorizar as capoeiras que teriam utilidade para recompor ARL e APP. Costa (2005) criou o interessante conceito de *capoeira capital e capoeira sucata*, diferenciando entre as duas pela possibilidade de rentabilidade. Dessa forma, o manejo de bacurizeiros nativos nas áreas de ocorrência, o plantio de espécies amazônicas semidomesticadas e seu posterior crescimento na capoeira (castanheira-do-pará, cumarizeiros, madeira, etc.) poderiam arcar com os benefícios da Lei n.º 14.119/2021, que instituiu o pagamento por serviços ambientais, entre outros. O mesmo ocorre com os bacurizeiros manejados e seu consequente abandono depois de atingirem determinada altura. Ressalte-se que o risco de fogo acidental ou intencional está sempre presente.

A absoluta implementação do Novo Código Florestal (Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012) vai criar desvantagens econômicas para produtos ou atividades comuns, na Amazônia e fora dela, que dependam do uso da terra. Enquanto na região amazônica é permitido o uso de 20% da área da propriedade, o inverso ocorre fora da região, bem como a permissão do uso de 65%

para as áreas de cerrado. A permanência dessas atividades comuns vai depender das vantagens competitivas da Amazônia, como a maior disponibilidade e o custo da terra mais barato, dimensão do mercado local, proximidade de portos, entre as principais. Os riscos são decorrentes da reduzida oferta de tecnologia, infraestrutura precária, mão de obra com reduzida qualificação, insegurança fundiária e patrimonial, pressão ambiental e social entre os principais riscos.

É preciso conter a fronteira velha representada pela área já desmatada nos atuais patamares e reduzir a incorporação de novas fronteiras em decorrência da derrubada de floresta densa ou de vegetação secundária. A construção de fronteiras, como a da soja no estado do Amapá, precisa ser compensada e contida em limites preestabelecidos (HOMMA, 2019b).

É importante reduzir o custo de recuperação de áreas degradadas, que é bastante elevado na Amazônia, decorrente dos custos de insumos como calcário, fertilizante químico e mecanização agrícola. Há jazidas de calcário e de fosfato na Amazônia, algumas em exploração, que precisam ser viabilizadas pela iniciativa privada, ou aproveitar a infraestrutura proporcionada pelos grandes plantios de grãos para facilitar o acesso a esses insumos.

Viveiros de mudas de cultivo perene ou de reflorestamento, em regiões onde o setor privado não mostrou interesse na sua implantação, deveriam ser estimulados pelas prefeituras em polos estratégicos para venda a preço de custo a agri-

cultores interessados. A recuperação do passivo ambiental das ARL ou de APP varia entre 5 mil reais a 10 mil reais por hectare.

A despeito da preocupação do desmatamento, sempre associado a locais distantes, também ocorre em áreas próximas aos núcleos urbanos, para expansão imobiliária, obras de infraestrutura, entre outros, em geral, sem queimadas.

Bioeconomia é a solução para a Amazônia?

A transformação da bioeconomia em riqueza vai depender do aperfeiçoamento da legislação. É preciso reconhecer que o adequado aproveitamento da biodiversidade, na Amazônia, esbarra na Lei n.º 13.123/2015 e no Decreto n.º 8.772/2016. São preceitos legais que se constituem em fortes entraves para as pesquisas com recursos genéticos. É urgente aperfeiçoá-los, adequando-os à realidade da pesquisa científica (ALVES *et al.*, 2018; BOCKMANN *et al.*, 2018).

A saída secular de material genético da Amazônia iniciou-se com o cacaueteiro em 1746, depois com a seringueira em 1876, guaranazeiro, pupunheira, jambu e tambaqui, entre os mais importantes. Essas transferências retiram a oportunidade de os pequenos produtores da região desenvolverem uma agricultura tropical baseada em produtos da biodiversidade local.

Plantas exóticas, introduzidas inicialmente na Amazônia, foram transferidas, também, para outras partes do país, como o cafeeiro, pimenta-do-reino, mamoeiro havaí,

melão, entre outros. Por outro lado, a biodiversidade exótica (fora da região ou do país) passa a ter grande peso na agricultura regional, como a pimenteira-do-reino, juta, soja, algodoeiro, abacaxizeiro, eucalipto, teca, mogno africano, bovinos, bubalinos, tilápia, pequenos animais, entre outros (HOMMA, 2020).

A China incluiu, também, como produtora mundial do tabaqui. Comenta-se que o tabaqui foi doado em 1992 pelo então governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo (1928-2009), atendendo ao pedido do primeiro-ministro da República Popular da China, Li Peng (1928-2019), na sua visita a Manaus, e de ter provado o peixe, antes da sua participação na Conferência Rio-92, para onde foram enviados 4 mil alevinos (LOPES, 2019; WOYNÁROVICH; ANROOY, 2019).

A nova bioeconomia, como está sendo proposta, vai depender de investimentos na domesticação de recursos da biodiversidade e do seu plantio ou criação. É utopia pensar que vai ser mediante coleta de produtos extrativos da floresta. Será um nicho de mercado para reduzido grupo de produtores, sem condições de gerar emprego e renda para o conjunto maior de pequenos produtores.

Serviços ambientais: possibilidades pontuais ou regionais?

Os projetos de recuperação do passivo ambiental das APP e ARL deveriam priorizar, inicialmente, as grandes propriedades que ficam ao longo de cursos de rios e áreas inapropriadas para a agricultura. Te-

riam um efeito de demonstração positivo e poderiam ser compensados em médio e longo prazos, como pagamento por serviços ambientais ou de créditos de carbono. Esses pagamentos seriam efetuados quando alcançarem determinados indicadores de sustentabilidade de longo prazo.

A concessão de Pagamento por Serviços Ambientais para pequenos produtores, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e populações tradicionais tem o suporte legal concedido pela Lei n.º 14.119 de 13 de janeiro de 2021. O prêmio deveria ser concedido àqueles que realmente fizeram esforços visando à recuperação do passivo ambiental, e não do sequestro de recursos disponíveis na natureza.

Outra vertente defende o pagamento por macrosserviços ambientais que o bioma Amazônia presta ao planeta, que compreendem o Brasil e mais sete países vizinhos. A grande questão é se os países desenvolvidos teriam interesse em pagar. Quanto, como e quais as obrigações para receber esse pagamento? Se o desmatamento reduzir, não haverá necessidade de pagamento?

Para a recuperação de APP e ARL, uma opção de longo prazo é deixar essas áreas degradadas em pousio, que seguirá a sequência de capoeirinha, “juquirá”, capoeira e capoeirão. Evitando-se a entrada do fogo, será possível recompor a área degradada no futuro.

O pagamento para serviços ambientais ou a venda de créditos de carbono não pode servir de justificativa de propostas inviáveis economicamente, criando mercados artificiais e de difícil controle prático.

Como apressar a transição florestal?

Considerando o atual nível de desmatamento da Amazônia, estimado em mais de 78 milhões de hectares em 2020, é possível reduzir essa área com a transição florestal. A redução do desmatamento será obtida primeiro com a sua *neutralização* (desmatamento = reflorestamento + recuperação do passivo ambiental das APP e ARL + plantio de cultivos perenes), para então começar a ter um saldo positivo no crescimento da cobertura florestal. A curva decrescente da cobertura florestal passaria a assumir a forma de “U”. Isso traria duas questões: quando isso poderia ocorrer e qual seria o limite desse crescimento?

O desmatamento da Amazônia deverá prosseguir nos anos vindouros dependendo de uma efetiva política de coibição dos ilícitos (desmatamento, queimadas, extração de madeira, garimpo ilegal, narcotráfico, contrabando da flora e da fauna, etc.) e da criação de alternativas tecnológicas e econômicas. Os médios e grandes produtores são mais fáceis de proceder essa reversão com a fiscalização e o monitoramento. Para os pequenos produtores, é mais complexo, pelo grande contingente, e, para este segmento o próprio desmatamento deve fazer parte dessa política ambiental.

A reversão da cobertura florestal passará a ser crescente a até, pelo menos, 10 a 15 milhões no máximo. É indispensável manter pelo menos em torno de 60 milhões a 65 milhões de hectares para as atividades produtivas, cidades, infraestrutura, etc. Isso seria possível mediante a inten-

sificação da agricultura e da pecuária, a liberação das áreas de pasto, piscicultura, orientação para cultivos perenes, mudanças para atividades poupadoras de terra.

Conclusões

Em dezenas de congressos, documentos, pronunciamentos, é praxe recomendar que a solução da Amazônia está na coleta extrativa, floresta em pé, sistemas agroflorestais, venda de crédito de carbono e serviços ambientais, e na bioeconomia – que ganhou grande vulto recentemente.

Há determinadas ações óbvias que precisam ser seguidas pela agricultura na Amazônia, como ajudar a reduzir a pobreza rural, o trabalho infantil, a mão de obra escrava, desmatamentos e queimadas, agroquímicos, passivo ambiental, onde cada produtor tem condições de contribuir na sua propriedade.

Todas essas propostas desconhecem a atual agricultura em curso, condicionada pelas forças de mercado seculares, tanto nacionais quanto externas, que, sem uma política adequada, vão incorporando novas fronteiras agrícolas. A previsão é que somente a lavoura de soja pode incorporar 10 milhões de hectares adicionais no país nos próximos dez a quinze anos. A melhoria das estradas existentes é importante para elevar o valor da terra, estimulando sua intensificação.

Para reduzir desmatamentos e queimadas, e melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores na Amazônia, exigem-se investimen-

tos, sobretudo, no desenvolvimento de novas alternativas tecnológicas e econômicas. Não existe solução mágica para a região, leva-se tempo e é necessário persistência. Em face do grande número de pequenos produtores envolvidos, há necessidade do direcionamento econômico voltado para o social.

A colaboração do setor privado, sobretudo, daqueles voltados à exportação, reservando uma parcela do seu lucro para investimentos na busca de um desenvolvimento mais sustentável para a região, em editais competitivos transparentes, seria um procedimento ético responsável. Os países importadores devem entender que os benefícios da pesquisa agrícola retornam para seus consumidores, em produtos de melhor qualidade e a preços mais competitivos.

Os esforços devem estar voltados para manter a atual fronteira velha contida e reduzir a formação de novas fronteiras mediante o aumento de produtividade. O desenvolvimento de atividades produtivas que promovam a utilização de áreas degradadas e/ou já desmatadas pode ser executado por todos os produtores. O aumento da fiscalização para coibir os ilícitos, a redução da heterogeneidade tecnológica, aumento da produtividade das atuais atividades agrícolas, promoção da domesticação dos recursos potenciais da flora e da fauna, contínua geração de novidades tecnológicas e a melhoria do seu capital social são os caminhos para essa transformação.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. J. V. et al. Brazilian legislation on genetic heritage harms Biodiversity Convention goals and threatens basic biology research and education. In: *ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS*, v. 90, n. 2, p. 1279-1284, 2018, São Paulo. *Anais...*

BOCKMANN, F. A. et al. Brazil's government attacks biodiversity. *Science*, v. 360, n. 6.391, p. 865, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil: projeções do agronegócio 2019/2020 a 2029/2030**. Brasília, 2020.

CONSULTA Pública Bolsa Família. 2021. Disponível em: https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp. Acesso em: 08 mar. 2021

COSTA, F. A. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 83-100, jan.-mar. 1995.

COSTA, F. A. Capoeiras, inovações e tecnologias rurais concorrentes na Amazônia. In: **SIMULATING SUSTAINABLE DEVELOPMENT WORKSHOP**; agent based modelling of economy-environment nexus in the Brazilian Amazon, 1, Belém, PA, 2005. *Anais ...* Belém, UFPA: Departamento de Economia, 2005.

DESTRAVANDO a agenda da Bioeconomia: soluções para impulsionar as concessões florestais no Brasil. São

Paulo: Instituto Escolhas, 2020. Disponível em: <https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/12/Sum%C3%A1rioExecutivo-Destravando-a-agenda-da-Bioeconomia-solu%C3%A7%C3%B5es-para-impulsionar-as-concess%C3%B5es-florestais-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento do Agronegócio. **Outlook FIESP**: projeções para o agronegócio brasileiro 2029. São Paulo: FIESP, 2020.

FINANCING the Amazon's Transition to a Sustainable Bioeconomy. 2021. Disponível em: <https://www.weforum.org/events/the-davos-agenda-2021/sessions/financing-the-amazon-s-transition-to-a-sustainable-bioeconomy>. Acesso em: 31 jan. 2021.

FLORES, M. X.; MACEDO, M. M. C. *Não esqueçamos do Pronaf*. 24 abr. 2021. Disponível em: <https://www.destaque-noticias.com.br/nao-esqueçamos-do-pronaf/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GOMES, C. V. et al. *Oportunidades de apoio a atividades produtivas sustentáveis na Amazônia*: subsídios para debate. Brasília: GIZ, 2012. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/biblioteca/GIZ_Estudo_Oportunidades_APS.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021.

HOMMA, A. K. O. Floresta, urgente. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 32-33, abr. 2003.

HOMMA, A. K. O. Madeira na Amazônia: extração, manejo ou reflorestamento? **Amazônia**: Ciência e Desenvolvimento, Belém, v. 7, n. 13, p. 147-161, jul./dez. 2011.

HOMMA, A. K. O. Agricultura na Amazônia: conflitos e oportunidades. In: SILVA, L. J. S.; PINHEIRO, J. O. C.; MUNIZ, A. W. (Ed. Tec.). **Pesquisa e agricultura familiar**: intercâmbio de ações e conhecimentos para transferência tecnológica na Amazônia. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2019a. p. 13-41.

HOMMA, A. K. O. Prefácio. In: CHELALA, C.; CHELALA, C. **Soja no Amapá**: história, economia e meio ambiente. Macapá: Editora do Autor, 2019b. p. 7.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: manter a floresta em pé ou plantar? **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 18, n. 3, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25070/rea.v18i3.11134>. Acesso em: 5 jan. 2021.

HOMMA, A. K. O. Extraíndo, manejando e domesticando os recursos da biodiversidade amazônica. In: PONTES, A. N.; ROSÁRIO, A. S. (ed.). **Ciências ambientais**: política, sociedade e economia da Amazônia. Belém: Eduepa, 2020. p. 9-32.

IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018*: primeiros resultados. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2019. 28 fev. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26956-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2019>. Acesso em : 19 jan. 2021.

IFDM 2018. *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: ano base 2016*. Recorte municipal, abrangência nacional. Rio de Janeiro: Firjan, jun. 2018. Disponível em: https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

LOPES, Alfredo M. R. Proteína de peixe busca seu lugar ao sol dos grandes negócios. *Jornal do Commercio*, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://ciem.com.br/proteina-de-peixe-busca-seu-lugar-ao-sol-dos-grandes-negocios>. Acesso em: 3 jan. 2021.

PORTOCARRERO, M. Brasil consolida-se como fornecedor de algodão com escala e constância. *Agroanalysis*, v. 40, n. 12, p. 22-23, dez. 2020.

WITTKAMPER, J.; ROSE, A. B.; MINNEV, D. *Can agroforestry replace Amazon monocultures, create new wealth and prevent ecological collapse?* 2021. Disponível em: <https://amazoninvestor.org/amazon-reforestation-with-a-profitable-twist/>. Acesse em: 29 Dec. 2020.

WOYNÁROVICH, Andrés; ANROOY, Raymon Van. *Field guide to the culture of tambaqui (Colossoma*

macropomum, Cuvier, 1816). FAO, Rome, n.º 624, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca2955en/CA2955EN.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2021.

*Artigo recebido em maio/2021.
Versão aprovada para publicação em
junho/2021.*



Do deserto montanhoso à floresta tropical: a jornada da comunidade judaica sefaradita marroquina ao Amazonas

From the mountainous desert to the rainforest: the journey of the Moroccan Sephardic Jewish community to the Amazon

Anne Gimol Benzecry Benchimol*

RESUMO

A memória é o vínculo entre o passado e o presente e se mantém viva por meio de rituais e transmissão de histórias, responsáveis por unir as gerações pela herança cultural comum. Nesse contexto, o artigo em tela tem como objetivo resgatar brevemente a história da constituição da comunidade judaica no Amazonas, a fim de adensar a documentação científica do período cujo marco para este artigo será a inquisição espanhola. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa apoiada em revisão narrativa de literatura. Os resultados mostram que o processo migratório não desvaneceu a lembrança e os costumes sefaraditas, ao contrário, manteve vivos os rituais, o simbolismo e as tradições na comunidade, fortemente marcada pelas personalidades fundadoras que deixaram seu legado na ciência, na economia e na religião.

Palavras Chave: Comunidade judaica de Manaus. Eretz Amazônia. Judeus sefaraditas.

ABSTRACT

Memory is the link between the past and the present and is kept alive through rituals and the transmission of stories, uniting as a generation by the common cultural heritage. In this context, the article on screen aims to briefly rescue the history of the constitution of the Jewish community in Amazonas state, in order to densify the scientific documentation of the period. The Spanish Inquisition is the landmark for this article. The methodology adopted was qualitative research supported by a narrative literature review. The results show that the migratory process has not faded the memory and Sephardic customs in the community. On the contrary, the migratory process kept the rituals, symbolism, and traditions alive. Our memory is marked notably by the founding members of the community who left their legacy in science, economics, and religion.

Keywords: Jewish community of Manaus. Eretz Amazonia. Sephardic Jews.

*Bacharel em Letras pela Universidade Federal do Amazonas e pesquisadora do judaísmo na Amazônia. Sua contribuição pode ser conhecida especialmente em documentos sobre estudos genealógicos da comunidade judaica ligados à migração marroquina, nos relatos sobre as origens dos judeus sefaraditas de Manaus derivados da expedição ao Marrocos e no acervo gerado em decorrência da curadoria da exposição sobre Anne Frank | abbenchimol@gmail.com | (+55) 92-31333781.

*O judeu sefardita demonstra maestria:
Ele finca novas raízes entre umbus, sapu-
caias e andirobas, mas de seu caule ainda
verte o látex ancestral.*

(SILVA, 2019, p. 4)

1 Introdução

O escritor Elie Wiesel (1928-2016), ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1986, fez da memória a essência de sua obra. Em todos os seus escritos, ele realça que ser judeu é lembrar-se, lembrar-se de que esquecer é negar seu povo e tudo que simboliza, é negar, em última análise, a si mesmo. Ele escreve:

Os judeus vivem e crescem sob o signo da memória. ‘Não se esqueça de que você é judeu’, são as palavras – talvez as últimas – que os pais judeus costumavam dizer aos filhos e filhas quando saíam de casa. Ser judeu é lembrar – reivindicar nosso direito à memória, bem como nosso dever de mantê-la viva.¹ (WIESEL, 1990/2011, p. 7, tradução nossa).

Da mesma forma, o historiador Yossef Hayim Yerushalmi (2011) declara que o judaísmo se constrói na lembrança – Zakhor² –, assim como confirma o historiador Le Goff (1990, p. 383): “O povo hebreu é o povo da memória por excelência.”

A memória é o vínculo entre o passado e o presente, individual e coletiva, e se mantém viva por meio dos rituais

e pela transmissão de histórias, unindo as gerações pela herança cultural comum. Nesse contexto, o artigo em tela tem como objetivo resgatar brevemente a história da constituição da comunidade judaica no Amazonas a fim de adensar a documentação científica do período, cujo marco para este artigo será a inquisição espanhola.

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa apoiada em revisão narrativa de literatura, baseada no consenso e na crítica da autora sobre a produção científica disponível. Essa metodologia considera a experiência e avaliação de especialistas familiarizados com as evidências do conhecimento acumulado na área. O resultado do procedimento é uma revisão crítica de literatura, baseado nos seguintes documentos selecionados intencionalmente: *Judeus no ciclo da borracha* (1995) e *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia* (1998) de Samuel Benchimol; *Primeira comunidade israelita brasileira: tradições, genealogia, pré-história* de Abraham Ramiro Bentes (1989); *Tradução cultural, religião e costumes judaicos na Amazônia brasileira: essencialismo e hibridismo sefarditas* de Silvia Helena Benchimol-Barros (2021); *Judeu da Amazô-*

¹No original: “M Jews live and grow under the sign of memory. ‘Do not forget that you are Jewish’, are the words – perhaps the last – Jewish parents used to say to their sons and daughters when they left home. To be Jewish is to remember – to claim our right to memory as well as our duty to keep it alive.”

²Zakhor é a palavra hebraica para lembrar, “lembre-se” é, de fato, um princípio judaico.

nia, brasileiro no Marrocos: migração e identidades entre 1890 e 1910 de Lucas de Mattos Moura Fernandes (2018); *A mão e a luva: judeus marroquinos em Israel e na Amazônia: similaridades e diferenças na construção das identidades étnicas* de Wagner Lins (2010) e *Papéis* de Sultana Levy Rosenblatt (1999).

Os resultados mostram que o processo migratório não desvaneceu a lembrança e os costumes sefaraditas, ao contrário, manteve vivos os rituais, o simbolismo e as tradições na comunidade, fortemente marcada pelas personalidades fundadoras que deixaram seu legado na ciência, na economia e na religião. O símbolo máximo da preservação, da tradição, da resiliência e da sobrevivência, que ainda se encontra no seio da comunidade judaica de Manaus, é o Sefer Torah, em torno de 500 anos, trazido pelos primeiros imigrantes marroquinos.

Os judeus na Península Ibérica e a Migração para o Marrocos

Um importante evento que antecede a chegada dos judeus marroquinos à Amazônia, que de forma direta contri-

buiu para essa migração, é a bula *Exigit sinceræ devotionis affectus*,³ autorizada pelo papa Sisto IV (1471-1484), que deu origem à Inquisição Espanhola (1478-1834). A bula deu poderes aos reis católicos da Espanha, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, para promulgar o Decreto de Alhambra, também conhecido como Édito de Granada, que ordenava a expulsão dos judeus dos reinos de Castela e Aragão, seus territórios e possessões. Mais de, aproximadamente, 100 mil judeus,⁴ procuraram refúgio e segurança em Portugal, que infelizmente durou pouco tempo, pois em 1496 iniciou-se a Inquisição Portuguesa, perdurando até 1821.

Após a expulsão ibérica, em busca de abrigo e segurança, alguns migraram para o Marrocos,⁵ e, de fato, a chegada àquele país foi o início de uma nova vida. Conseguiram trabalhar livremente, estudar em boas escolas e, acima de tudo, podiam praticar sua crença religiosa e manter suas tradições. Assim, os judeus sefaraditas viveram em harmonia com o povo marroquino por mais de 400 anos, ainda que houvesse instabilidade em alguns momentos.⁶

³Segundo o Google tradutor: "Requer a devoção sincera".

⁴De acordo com os dados disponíveis, esse número oscila entre 80 e 500 mil.

⁵Outros países mediterrâneos também os receberam, incluindo Argélia, Egito, França, Israel, Itália, Líbano, Tunísia e Turquia.

⁶Segundo Nogueira (2015, p. 22): "Para entender a dinâmica dessa coexistência entre judeus e muçulmanos, é necessário salientar que no Marrocos pré-colonial os judeus e cristãos estavam abrigados pelo Estatuto de Dhimmi, ou seja, protegidos. Este estatuto lhes garantia proteção contra os ataques da população muçulmana e das tribos berberes, além de lhes dar liberdade interna, ou seja, as comunidades poderiam organizar-se livremente, elegendo seus líderes e representantes. Externamente, muitas vezes os judeus conseguiam exercer cargos expressivos e de confiança dos sultões marroquinos, servindo como intérpretes, embaixadores, diplomatas ou muitas vezes representando os soberanos em negociações com outros países. Mas, apesar do Estatuto de Dhimmi, os judeus eram considerados uma classe inferior. Submetidos às constantes transgressões a essa lei protecionista, deveriam reconhecer a superioridade do Islã, pagar uma taxa chamada djizzia, eram proibidos de celebrar seus cultos publicamente, deveriam usar uma veste diferenciada que identificasse sua origem, além de serem proibidos de possuir cavalos. Algumas vezes, dada a instabilidade dos governos frente à pressão das tribos berberes, os próprios sultões permitiam que as judiarias fossem atacadas e saqueadas por essas tribos ou pela população muçulmana (MAESTRO, 2004)."

Vale lembrar que, desde o ano 70 da era atual havia judeus naquele país. Stilman (2003) afirma que existem provas tangíveis da presença judaica em Marrocos a partir da destruição do Segundo Templo, mas pode ser até bem mais antiga, remontando ao período do Primeiro Templo.⁷ Os que já estavam lá eram chamados de *tochavim* e os recém-chegados da Espanha e Portugal chamavam-se *megorashim*, passando a conviver em harmonia na grande comunidade judaica, mas guardando muitas diferenças entre si (BENCHIMOL, 1998).

Dificuldades econômicas, sanitárias e sociais nos anos 1800, no entanto, impulsionaram a saída do país em busca de melhores condições de vida, prosperidade e mais liberdade. Jovens imigrantes deixaram sua família e cruzaram o Atlântico rumo ao desconhecido, alguns com pouco mais de 13 anos, idade em que o menino judeu é considerado apto a tomar suas decisões. Ele assume sua maioria religiosa, passando a ter responsabilidades na sua comunidade, nas

tradições e na família. Pode-se imaginar a partida, as malas repletas de coragem e esperança, contemplando ao longe o Cabo Espartel, provavelmente a última visão do continente que os abrigou por tanto tempo. Mesmo em meio ao sentimento de incerteza e solidão, seguiram confiantes em busca da Nova Terra da Promissão, a Eretz Amazônia.

Cenários Percebidos e Fatores de Atração

A Europa do início dos anos 1800 era das guerras napoleônicas.⁸ Em 1808, o Príncipe Regente Dom João de Portugal, temeroso de uma possível invasão de Napoleão a Portugal, parte com sua corte para o Brasil, considerada a colônia mais valiosa do Império português. A Inglaterra oferece proteção às ameaças de Napoleão e obtém boas condições comerciais e sociais em troca. No Marrocos, quase simultaneamente, os ingleses iniciam uma série de propagandas em Tanger, divulgando vantagens de se viver na Amazônia.⁹ Esses fatores, associados à promessa de liberdade, foram essenciais para a decisão da vinda dos judeus marro-

⁷A construção do Primeiro Templo iniciou-se, aproximadamente, em 1012 a. C. e do Segundo Templo em 535 a. C.

⁸Durante os anos de 1803 a 1815.

⁹Em virtude do último Tratado anglo-luso firmado no século XVII, por ocasião do casamento de Catarina de Bragança, filha de D. João IV e irmã de Afonso VI, então rei de Portugal, com o rei Carlos II de Inglaterra. No corpo do tratado, o dote da infanta continha a cessão de Tânger e Bombaim, para que “os ingleses mais facilmente defendessem os interesses lusos no oriente [...] (Art. II) O Senhor Rei de Portugal com consentimento e deliberação de seu Conselho, dá, transfere, concede, e confirma pelo presente, ao senhor Rei da Grã-Bretanha, seus herdeiros e sucessores, para sempre a Cidade e fortaleza de Tangere, com todos os direitos, proveitos, territórios e pertenças quaisquer.”

quinos para o Brasil, especialmente aqueles das cidades de Tanger, Tetuan, Larache, Arsila, Salé, Rabat, Fez e Casablanca, com destaque para as duas primeiras, que viriam a ser as comunidades mais representativas na Amazônia.

A chegada da Família Real em 1808 traz inúmeros progressos para o Brasil Colônia, entre eles:

- (i) a Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808), logo após a assinatura da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que, de imediato, resulta em grande movimentação de importação e exportação no Brasil;
- (ii) os Tratados de Aliança Comércio e Navegação (1810) firmam o vínculo entre Portugal e a Inglaterra, e proíbem a Inquisição Católica no Brasil (DE FIORE; DE FIORE, 1987);
- (iii) o fim da inquisição em terras portuguesas – Portugal e Colônias – em 1821;
- (iv) a Constituição Política do Império do Brasil – Constituição de 1824 –, que adotava o catolicismo apostólico romano como religião oficial, mas permitia cultos domésticos às outras religiões, sendo proibida a construção de templos com aspecto exterior diferenciado;
- (v) a Abertura dos Portos e Rios da Amazônia à Navegação Estrangeira (1866), abrindo para

o mundo oportunidades de conhecimento e comércio dos produtos nativos da Amazônia;

- (vi) a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 – a primeira Constituição Republicana –, que desmembra a Igreja Católica do Estado brasileiro, permitindo a liberdade de culto a todas as religiões. Nesse quadro, em 1810, começa a grande imigração marroquina judaica para a Amazônia, atraída pela extração do ouro negro (a borracha),¹⁰ outras riquezas da floresta amazônica e a promessa de liberdade religiosa.

Rosenblatt (1999, p. 171) analisa que os judeus:

[...] procuravam a Amazônia [...] esperando talvez que longe da civilização pudessem viver em paz, ou então atraídos pelas fábulas sobre as fáceis riquezas encontradas na região. Tudo resultou num sonho. Só conheceram a vida difícil e primitiva da selva.

Entre os anos de 1850 e 1930, as capitais do Amazonas e Pará eram praticamente utilizadas como portos de passagem para os principais destinos, as cidades do interior situadas às margens do rio Amazonas ou em algum dos seus ricos afluentes. A trajetória começava em Belém em

¹⁰Em 1803, já contava com a primeira fábrica na França para fabricação de produtos derivados da borracha.

direção às cidades de Cametá (a que mais imigrantes recebeu no primeiro momento migratório no Estado do Pará), Óbidos, Santarém e Itacoatiara (TOPEL, 2005), em razão do comércio da borracha e de outros produtos regionais, como sorva, balata, cumaru, óleos essenciais (copaíba, andiroba e pau-rosa, entre outros) e pele de animais silvestres. A escolha da cidade geralmente era influenciada pela presença de algum amigo ou parente já fixado na região.

Segundo Benchimol (1995), algumas cidades onde se comprova a presença judaica no primeiro ciclo da borracha no Pará são Alenquer, Almeirim, Aveiro, Baião, Belém, Boim, Bragança, Breves, Gurupá, Itaituba, Mocajuba, Óbidos, Oriximiná, Portel e Porto de Moz; no Amazonas são Boca do Acre, Borba, Coari, Eirunepé, Humaitá, Ipixuna, Manacapuru, Manaus, Manicoré, Maués, Parintins e Tefé; em Rondônia são Fortaleza do Abunã e Porto Velho; no Acre, Sena Madureira; e no Amapá, são Macapá e Mazagão Velho, essa última como a que primeiro recebeu judeus marroquinos, em 1770 aproximadamente, mas essa migração – motivada por diferentes razões – não teve continuidade.

Cabe registrar que o primeiro ciclo da borracha ocorreu entre 1879 e 1912, seguido de uma ligeira sobre-

vida entre 1942 e 1945, e nas duas ondas, é possível identificar a presença de judeus atuando nessa cadeia extrativista em toda a Amazônia. Aos poucos, a calha do rio Amazonas (até Iquitos no Peru)¹¹ e seus principais e ricos afluentes como os rios Madeira, Tapajós, Purus e Juruá foram ocupados paulatinamente por esses imigrantes. Por toda a Amazônia, mais de 20 cemitérios judaicos podem ser observados, símbolos do assentamento e da fixação dessas comunidades na região. Hoje, essas lápides gravadas em hebraico são as testemunhas de uma história de mais de 200 anos.

Pode-se afirmar que um dos fatores coadjuvantes na expansão da comunidade judaica na Amazônia relaciona-se com o domínio de vários idiomas pelos judeus, uma vantagem no mercado internacional da borracha, em parte pela visão de Adolphe Crémieux e mais dezesseis jovens colaboradores, que, em 1860, fundaram em Paris a Alliance Israelite Universelle, com o objetivo de assegurar os direitos dos judeus em volta do mundo por meio da educação.¹² A instituição ensinava línguas, geografia, matemática, ciências e história, entre outros conhecimentos. No Brasil do século XIX e início do século XX, essas competências foram essenciais.

¹¹A capital da Amazônia peruana é conhecida por ser o porto fluvial mais importante do Peru e ser a cidade com maior número de habitantes, que não pode ser alcançada por via terrestre; só pelo rio Amazonas, o acesso é possível.

¹²Fernandes (2018, p. 158) aponta outro papel significativo da Aliança Israelita Universal: “podemos afirmar que o fluxo migratório de judeus marroquinos para o Brasil não se limitou a motivações individuais e nem somente se relaciona às dificuldades da comunidade marroquina, mas foi também fomentado pela atuação da Aliança Israelita Universal [...]”

No estado do Amazonas, a presença mais acentuada desses imigrantes era nos municípios de Parintins e Itacoatiara. Nessas cidades, o desenvolvimento econômico, tanto no que se refere à prosperidade como à administração, está ligado à presença judaica. Em Itacoatiara, a comunidade já estava organizada desde a primeira década de 1900, seguindo o rito judaico e promovendo eventos comunitários como casamento, *Brit Milah*,¹³ *Bar Mitzvah*¹⁴ e sepultamento,¹⁵ fatos que podem ser comprovados por meio dos jornais locais do período. O cemitério judaico de Manaus, por exemplo, foi fundado em 1928, quase três décadas depois do cemitério de Itacoatiara, fundado em 1900. É importante registrar o papel das famílias Ezagui e Perez nessa cidade, importantes agentes da preservação das tradições judaicas e da economia desse município.

Da principal atividade econômica no Amazonas, o Seringal Remanso merece evidência, era próspero nos áureos tempos da borracha. Singularmente, Isaac Barros, marroquino, nascido em 1850 – um dos poucos exemplos de proprietários judeus –, associado ao seu sobrinho Samuel José Levy, também marroquino, formou em 1895 a firma comercial B. Levy & Cia, dona de 309 seringais na Amazônia, diferenciando-se da realidade em que a maioria desse grupo religio-

so era guarda-livros (contadores) ou administradores. Outras funções que ocupavam eram de negociantes fluviais, vendendo mercadorias aos seringueiros a um preço mais baixo que os do barracão,¹⁶ os chamados regatões; de aviadores, que eram os que contratavam os serviços dos seringueiros em troca de dinheiro ou produtos de subsistência; e de comissionários, comerciantes nacionais e internacionais contratados para funções de confiança.

Sua nova pátria, no entanto, não atenuou a memória de suas raízes, ainda profundas, firmes e duradouras, o que se pode constatar ainda hoje tanto na comunidade judaica de Manaus como na de Belém. Na culinária, saladinhas marroquinas sempre presentes nas comemorações, sobretudo no jantar de Shabat, sexta-feira à noite. Em momentos especiais, cuscuz marroquino, adafina, almoronia, mocoli, sem esquecer as frijuelas e limão curado – todas iguarias gastronômicas. Simbolicamente, o prato que traduz a representação do movimento migratório e a incorporação da cultura da floresta está na utilização, na culinária, das mais variadas aplicações da farinha de mandioca ao invés da tradicional farinha de cuscuz marroquino, produto de difícil acesso.

No idioma, o dialeto hakitia¹⁷ com sua rica combinação de espanhol, hebraico e árabe – usado pelos sefara-

¹³Cerimônia religiosa no judaísmo na qual o prepúcio dos recém-nascidos é cortado no oitavo dia como símbolo da aliança entre Deus e o povo de Israel.

¹⁴Cerimônia religiosa que marca a passagem do garoto à vida adulta, aos 13 anos.

¹⁵O sepultamento judaico obedece ao ritual de purificação do corpo a ser sepultado.

¹⁶Barracão era o local de comércio de vários produtos nos seringais, comparados com tabernas ou pequenos mercados.

¹⁷Também grafado como haquitia, haquetia, haketia e raquitia, é derivado do ladino que, por sua vez, é uma língua judaico-românica derivada do castelhano do século XVI.

ditas do Marrocos e de outros países do norte da África – hoje, no Brasil, se mistura ao português (BENTES, 1981). Encontramos um grande número de descendentes dos primeiros imigrantes que ainda utilizam palavras em hakitia e expressões fragmentadas no seu cotidiano. Era usado na fala diária informalmente, servia para brincar, chamar carinhosamente membros da família, discutir, ofender, arrepende-se, enfim em contextos de uso em que se manifesta uma forte carga afetiva. É rica em refrões, brincadeiras e provérbios que falam de amor, abandono, ingratidão, vingança e está presente em canções e em romances.

Alguns personagens contribuíram especialmente para o nascimento, crescimento, desenvolvimento e preservação da comunidade judaica do Amazonas. Este texto destaca três pioneiros no período da borracha: Isaac José Perez, Raphael Benoliel e Jacob Samuel Benoliel. O legado de Isaac José Perez, prefeito em Itacoatiara entre os anos de 1926 e 1929, reverbera até hoje em suas obras fundamentais. Estendendo sua influência até Manaus, em 1928, por seu intermédio, obteve-se o terreno onde foi erigido o Cemitério Judaico de Manaus. Raphael Benoliel, nascido em Tetuan, foi fundador e primeiro presidente do Comitê Israelita do Amazonas (Ciam) de 1929 a 1931. Principal executivo da B. Levy & Cia, foi responsável pelo novo impulso econômico da firma a partir de 1902 e diretor e presidente da Associação Comercial do Amazonas no período de 1906 a 1920. Jacob Samuel Benoliel, nascido em Moçambique em 1899,

obteve muito sucesso com produção própria de parte dos medicamentos de sua Drogaria Universal. Grande líder empresarial da década de 1930, diretor-tesoureiro e presidente da Associação Comercial do Amazonas por mais de 15 anos e segundo presidente do Ciam de 1931 a 1937.

De acordo com Benchimol (1998), estima-se que a partir de 1810, aproximadamente 1.000 famílias vieram do Marrocos em direção à Eretz Amazônia, na esperança de uma vida digna com liberdade, onde, mesmo em meio à diversidade, pudessem manter religião, tradição e sustento. Chegaram primeiro, em um número mais significativo, os jovens solteiros, depois as famílias já formadas. Havendo a necessidade de busca de noiva para jovens rapazes, não se hesitava em buscar no Marrocos uma prima ou conhecida que estivesse disposta e consciente de seu papel na fixação e desenvolvimento dessa nova família na Eretz Amazônia. Benchimol (1998) afirma que a principal característica dessa migração está na formação familiar, completa, com o objetivo de estabelecer raízes profundas e definitivas na Amazônia. Dessa confluência, podem ser contabilizados mais de 400 sobrenomes nos últimos 210 anos, resultando hoje em uma comunidade de pouco mais de 850 indivíduos na cidade de Manaus, segundo censo cadastral realizado pelo Ciam em 2006.

Os anos de 1870 a 1914 marcam o período áureo da borracha. Manaus crescia com a prosperidade do látex da seringueira, com intensa atividade fluvial. Toda a atividade da bor-

racha era concentrada e escoada por Manaus ou Belém. Assim, tornou-se necessária em 1902 a construção do Porto Flutuante de Manaus, considerado o maior do mundo na época de sua inauguração em 1907. A obra foi planejada e executada pelos ingleses, que, nesse período, eram os responsáveis pela infraestrutura em algumas cidades do Brasil. Os sinais de progresso eram evidentes: Manaus foi a segunda cidade do Brasil a introduzir a eletricidade na iluminação pública, em 1895; foi a terceira cidade a ter bonde elétrico no Brasil, logo depois de Rio de Janeiro e Salvador; construiu o Teatro Amazonas, símbolo de riqueza e ostentação que serviu de palco para diversas óperas europeias naquele período, e pavimentou o centro urbano com pedras importadas da Europa. Esses são exemplos da riqueza resultante da borracha naquele momento. Os negócios com hotéis, importação e exportação, joalherias e atividades gerais de serviços ao público tinham presença marcante de sefaraditas e asquenazitas.¹⁸ Uma curiosidade que se percebe é o fato de haver poucos judeus asquenazitas envolvidos com seringais. Eles se fixaram nos centros urbanos, enquanto os sefaraditas ocupavam toda e qualquer nova atividade comercial.

Os problemas decorrentes do declínio do comércio da borracha começaram em 1920 aproximadamente, tendo em vista o início da produção das seringueiras na Malásia e a reces-

são econômica mundial de 1929. O preço adotado entre 1871 e 1910 de 390 libras por tonelada caiu para 27 libras por tonelada a partir de 1931. A grande depressão da borracha trouxe imenso impacto para toda a região amazônica. Mais de 1.000 propriedades foram abandonadas em Manaus. Muitas famílias se separaram em diferentes períodos da diáspora, uns ficam, outros partem principalmente para o Rio de Janeiro, fortalecendo a já existente colônia judaica marroquina daquela cidade. Trata-se das famílias Abecassis, Abenathar, Abensur, Abtbol, Amzalak, Appenzeller, Assayag, Athias, Azulay, Bemergui, Bemuyal, Benarrós, Benathar, Benayon, Benchimol, Benemond, Benguigui, Benjó, Bennesby, Benoliel, Bensimon, Bentes, Bentolila, Benzecry, Cagy, Cahn, Cohen, Dahan, Dray, Ezagui, Foinquinos, Gabbay, Hanan, Hazan, Israel, Klarnet, Klein, Laredo, Larrat, Lassery, Levy, Matalon, Melul, Nahmias, Obadia, Ohana, Pazuello, Perez, Pinto, Roffé, Sabbá, Salgado, Samuel, Serfaty, Serrulha, Serruya, Sicsu, Siqueira, Tapieiro, Tobelem e Zagury.

Alguns representantes do grupo asquenazita voltaram ao país de origem. Os que aqui permaneceram o fizeram com determinação, mantendo a chama do judaísmo amazônico acesa e convertendo-se em fonte de informação para os que buscam suas raízes e histórias relacionadas com o judaísmo marroquino no Brasil.

¹⁸Os judeus asquenazitas chegaram da Europa, principalmente da região da Alsácia e Lorena (hoje Alsácia-Mosela), da Alemanha e de Gibraltar. Os judeus sefaraditas são os que chegaram do Marrocos, de Portugal e da Espanha.

Aspectos Determinantes da Consolidação da Comunidade Judaica do Amazonas

O ano de 1929 foi marcado pela organização da Comunidade Judaica já existente em Manaus desde 1870 aproximadamente. As dificuldades econômicas acirraram algumas diferenças culturais entre os marroquinos de Tanger e de Tetuan que resultaram na cisão e criação de duas sinagogas – Sinagoga Beit Yaacov e Sinagoga Rebi Meyr – enfraquecendo a comunidade. As décadas de 1930, 1940 e 1950 foram efetivamente de anos difíceis na cidade de Manaus: economia desfavorável, comunidade dividida e emigração expressiva da população. A inflexão veio em 1958 por iniciativa do presidente do Comitê Israelita à época, Isaac Israel Benchimol, com a aquisição do imóvel para uma nova sinagoga, que viria a conciliar as duas existentes, separadas havia mais de dez anos. A união das duas esnogas¹⁹ existentes na Sinagoga Beit Yaacov Rebi Meyr, em janeiro de 1962, foi a decisão que garantiu a força e a unidade da comunidade em Manaus, levando-a ao que é hoje.

O evento de inauguração reuniu personagens cujas relevantes contribuições repercutiram na história do judaísmo brasileiro e na consolidação da nova dinâmica religiosa. Esta pesquisa destaca a atuação eminente de: Isaac Israel Benchimol na aqui-

sição do terreno a ser usado para a nova construção, mas, sobretudo, na percepção da importância da união das comunidades divorciadas; Israel Isaac Benchimol, presidente que iniciou as obras; Samuel Isaac Benchimol no sentido de preservação das tradições; Jacob Azulay, o sheliach, líder religioso desde a década de 1930 aproximadamente; David José Perez, na instituição do Jornal A Coluna, um dos primeiros sobre judaísmo no Brasil; Judah Levy, conhecido como o construtor de três sinagogas, foi o responsável pelo novo projeto arquitetônico. Carrega a herança de ser filho de Eliezer Levy, outro grande nome do judaísmo amazônico, pai da escritora Sultana Levy Rosenblatt. Segundo Marta Topel (2005), Eliezer Levy foi prefeito por duas vezes: em Macapá (AP) e em Afuá (PA); tornou-se coronel da Guarda Nacional (por isso ficou conhecido como Major Levy) e fundou o jornal Kol Israel em 1918.²⁰

Cabe destacar a atuação de Jacob Azulay até 1980 e Isaac Dahan a partir de 1972 na preservação e seguimento dos valores e da tradição judaica marroquina em Manaus. Chegaram de Salé, Marrocos (em 1930) e Belém, Pará (em 1972) respectivamente, mas foi em solo manauara que deixaram o legado de harmonia, tolerância e união, garantindo uma comunidade viva e atuante. Nos últimos 90 anos, conduziram a comunidade firmados na tradição, tendo como prioridade

¹⁹Os Forma usada pelos marroquinos para se referir à sinagoga.

²⁰A Voz de Israel, outro jornal pioneiro no judaísmo brasileiro.

a educação das novas gerações. Não podem ser esquecidos os marroquinos Isaías Abensur, professor querido de seus alunos e dirigente na Sinagoga Beit Yaacov e seu sucessor, cunhado e o mohel²¹ Isaac Pazuello.

Sob essa liderança, a comunidade pratica tradições já esquecidas em outros grupos sefaraditas marroquinos, com destaque para os descendentes tomar a bênção dos pais e avós após a leitura da Torah, em fila, ao lado da Tebah²² ou beijar a própria mão após cumprimento, como sinal de respeito. Também cabe ressaltar a fala hakitia e a preservação da culinária marroquina, esquecidas em outros grupos. Hoje a comunidade de Manaus preserva tradições de 200 anos, é uma viagem no tempo.

É possível apontar três aspectos curiosos da comunidade judaica de Manaus, dentre eles, o triste reconhecimento de que cerca de 60 sepulturas de mulheres no cemitério judaico de Manaus e no cemitério São João Batista possam ser de vítimas do movimento criminoso Zvi Migdal.²³ Outra curiosidade é sobre o rabino Shalom Emanuel Muyal, morto por febre amarela em 1910, sepultado no cemitério São João Batista,²⁴ tendo em vista que a comunidade católica lhe rende homenagens por poderes

de cura que dizem ter. Segundo Lins (2010), o rabino Muyal operava milagres e os não judeus prestam orações e oferendas a ele na busca por graças. Por fim, um Sefer Torah que se encontra na sinagoga de Manaus. Chegou ao Brasil trazido pelos primeiros imigrantes marroquinos e ficou em Itacoatiara (AM) até 1920, antes de chegar a Manaus, seu destino final. É um símbolo da preservação, da tradição, da resiliência e da sobrevivência, considerando que estudos de grafia constataram sua idade de quase 500 anos, sugerindo que chegou a Marrocos oriundo da Península Ibérica, provavelmente na diáspora da Espanha ou Portugal.

Assim como nos ciclos da borracha foi possível anotar a participação de alguns membros destacados, o mesmo ocorre no período pós-borracha. Agora o reconhecimento é dirigido a quatro personagens centrais: Isaac Benayon Sabbá, Isaac Israel Benchimol, Isaac Jacob Benzecry e Samuel Isaac Benchimol. O primeiro, empresário reconhecido por sua força de vontade e obstinação, desempenhou um enorme papel no desenvolvimento econômico do Amazonas ao implantar uma refinaria de petróleo em Manaus. A unificação das sinagogas e o contínuo serviço

²¹Pessoa que executa a circuncisão.

²²Espécie de palco onde a leitura da Torah é realizada, também conhecido como Bimah.

²³Zvi Migdal (ou Zwi Migdal) foi uma organização criminoso de tráfico de mulheres destinadas à prostituição, vindas da comunidade judaica da Europa Centro-Oriental com destino a várias partes do mundo, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Belém.

²⁴Na ocasião do seu falecimento, ainda não existia cemitério judaico em Manaus.

comunitário são realmente fatos significativos, e Isaac Israel Benchimol sempre será reverenciado por isso. Seu sentido de justiça e honestidade também é motivo de inspiração e orgulho para todos que o conheceram.

O empresário de sucesso Isaac Jacob Benzecry é identificado pelo empreendedorismo e a capacidade de inovação, sendo o responsável pelo início da desidratação da castanha do Brasil, agregando mais valor a esse produto em fase de desvalorização no mercado internacional, atraindo novos negócios para a região amazônica. Atuou amplamente, dentro e fora da comunidade judaica, promovendo oportunidades a familiares e amigos e oferecendo ajuda e apoio aos que necessitavam. Seu legado cultural associa-se a honestidade, perseverança, conhecimento e solidariedade. Samuel Isaac Benchimol foi profundo conhecedor da Amazônia. Seu legado de conhecimento científico é inestimável, com mais de uma centena de obras publicadas, entre elas, *Eretz Amazônia e Judeus no ciclo da borracha*. Sua lembrança dentro da comunidade judaica associa-se indelevelmente ao carismático líder comunitário, que mediou conflitos baseado na postura de acordo, paz e união. Atuou como professor universitário na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) por mais de cinquenta anos, conciliando sua bem-sucedida carreira empresarial com o mundo acadêmico.

O Amazonas teve três grandes ondas migratórias: duas motivadas pela exploração da borracha 1879-1912 e 1942-1945, e mais tarde a terceira onda em 1967 em decorrência

da implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM). Essa última pode ser caracterizada principalmente pela migração dos judeus asquenazitas já instalados no Rio de Janeiro e São Paulo, muitos sobreviventes do holocausto da Segunda Guerra Mundial, que vieram a se destacar no comércio e na indústria de Manaus no pós-1967. Eles trouxeram novos cenários de prosperidade e entusiasmo para a economia da cidade. Merecem destaque no polo industrial, comercial e agropecuário:

- (i) Michael e Rivka Schwarcz – ambos sobreviventes de campo de concentração, ele da antiga Tchecoslováquia e ela da Polônia – chegaram a Manaus em 1967. Seu comércio era a loja Genève com produtos diferenciados e de qualidade que atraíam clientes de vários lugares, muito além de Manaus;
- (ii) Aron Hakime, nascido no Irã, chegou a Manaus em 1968; a loja Arontex vendia eletrônicos e bebidas importadas de qualidade;
- (iii) Abraham Benzion, nascido em Jerusalém, chegou a Manaus em 1969; importador de produtos variados, fazia da Casa Azury um centro de interesse para crianças e adultos.

Esses são apenas alguns dos representantes da comunidade judaica na Manaus após Zona Franca, que fincaram raízes nessa terra e muito contribuíram com seus negócios prósperos e modernos para a gera-

ção de riqueza e empregos para o Estado. Uma lista completa de todas as firmas judaicas do período pós-1967 pode ser encontrada no livro *Eretz Amazônia* (BENCHIMOL, 1998).

Considerações Finais

Rememorar e registrar o passado é a garantia de preservação da memória, é o legado de uma comunidade. O texto apresentado busca o encontro temporal e atemporal da história da comunidade judaica do Amazonas, que se inicia com a bruma da inquisição espanhola e portuguesa, determinante para a migração dos judeus sefaraditas da Península Ibérica para vários países europeus e do Mediterrâneo, entre eles, Marrocos.

Mesmo em boa convivência naquele país, ainda existiam limitações para professar a religião livremente, somadas a condições econômicas desfavoráveis para grande parte dos membros da comunidade, motivando a busca por uma nova terra promissora. A partir de 1808, concomitantemente, o Brasil torna-se a sede do Império de Portugal, motivando uma série de tratados que favorecem a imigração. O novo ciclo econômico brasileiro porvir também se tornará atrativo. O primeiro ciclo da borracha entre os anos de 1879 e 1912, associado ao estímulo inglês em Tanger para o deslocamento da comunidade judaica para a colônia portuguesa, dá origem à onda migratória dos judeus marroquinos para a região amazônica, a jornada que se inicia no imenso deserto montanhoso do Magrebe com destino à

abundante floresta tropical sul-americana.

Os Estados do Amazonas e Pará são os que mais registram a chegada dos sefaraditas marroquinos. Em estratégicas regiões da calha do rio Amazonas e em alguns afluentes até Iquitos, são estabelecidas comunidades judaicas. Pelo extrativismo da borracha – e a exploração de outros produtos da floresta – ser mais intenso no interior, as capitais praticamente são portos de passagem, e as cidades de Cametá (PA) e Parintins (AM) são as que mais registram a chegada dos novos habitantes.

Na nova pátria, a tradição e os rituais judaicos são mantidos, parte em razão do impulso de alguns personagens que merecem destaque, entre eles, os três pioneiros do período da borracha: Isaac José Perez, Raphael Benoliel e Jacob Samuel Benoliel; os quatro personagens centrais do período pós-borracha: Isaac Benayon Sabbá, Isaac Israel Benchimol, Isaac Jacob Benzecry e Samuel Isaac Benchimol; a presença das famílias Ezagui e Perez em Itacoatiara, importantes agentes da preservação das tradições judaicas e da economia do município; Isaac Barros e Samuel José Levy, na liderança do Seringal Remanso; e Jacob Azulay e Isaac Dahan na preservação e continuidade dos valores e da tradição judaica em Manaus.

São tantos e tantos nomes e famílias que gravitam em torno da Sinagoga Beit Yaacov Rebi Meyr e do judaísmo no Amazonas não citados aqui particularmente, mas cuja grandeza de valores, realização de obras fundamentais, presença na cultura,

na preservação das tradições e na economia, está a força e a unidade dessa comunidade. A família Benzecry, desta autora, chegou a Manaus em 1935, em um caminho iniciado no Marrocos, aproximadamente em 1850, com destino ao Brasil. Esse é um exemplo não muito diferente da trajetória percorrida pela maioria dos 850 judeus que vivem hoje na capital do Amazonas.

Essa população chegou ao Brasil com o desejo de prosperar, fincar raízes, manter tradições e ser livre. Aqui foram bem recebidos, até hoje colaboram e estão comprometidos com o desenvolvimento do estado do Amazonas. Seguem contando e recontando essa história, deixam um legado de exemplo para gerações futuras, garantindo que, de geração em geração, os valores, as tradições e os desejos da comunidade judaica sefaradita marroquina em Manaus sejam renovados.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Samuel. Judeus no ciclo da borracha. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS JUDAICOS DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1., 1995, Manaus. **Anais** [...]. Manaus: Imprensa Oficial, 1995.

BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia**. Manaus: Comitê Israelita do Amazonas, 1998.

BENCHIMOL-BARROS, Silvia Helena. **Tradução cultural, religião e costu-**

mes judaicos na Amazônia brasileira: essencialismo e hibridismo sefaraditas. 2019. Disponível em: https://de-7b5c94-7c1c-49af-9d1f-9369a81b7494.filesusr.com/ugd/bf8783_c854e-a924e144132_49427f7d11028aa.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

BENTES, Abraham Ramiro. **Os sefaradim e a hakitia**. Belém: Mitograph, 1981.

BENTES, Abraham Ramiro. **Primeira comunidade israelita brasileira: tradições, genealogia, pré-história**. Rio de Janeiro: Gráficos Borsoi, 1989.

DE FIORE, Elizabeth; DE FIORE, Otaviano (Ed.). **A presença britânica no Brasil: 1808-1914**. São Paulo: Pau-brasil, 1987.

FERNANDES, Lucas de Mattos Moura. Judeu da Amazônia, brasileiro no Marrocos: migração e identidades entre 1890 e 1910. **Revista Augustus**, v. 22, n. 43, p. 151-160, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LINS, Wagner. **A mão e a luva: judeus marroquinos em Israel e na Amazônia; similaridades e diferenças na construção das identidades étnicas**. 2010. Orientadora: Marta Francisca Topel. Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

NOGUEIRA, Dina Paula Santos. **Identidade e tradição**: um estudo sobre as mulheres da Comunidade Judaica de Manaus. 2015. 139 f. Orientadora: Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

ROSENBLATT, Sultana Levy. **Papéis**. Belém: Grafisa, 1999.

SILVA, Alessandra Fabrícia Conde da. Iconografia do judeu na Amazônia. **Hispanista**: Revista Electrónica de los Hispanistas de Brasil, v. 20, n. 78, jul. ago. sept. 2019.

STILMAN, Norman. **The jews of arab lands in modern times**. Nova York: The Jewish Publication Society, 2003.

TOPEL, Marta F. Judaísmo(s) brasileiro(s): uma incursão antropológica. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 186-197, nov. 2005.

WIESEL, Elie. **From the kingdom of memory**: reminiscences. 1990. Nova York: Schocken, 2011.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. **Zakhor**: Jewish history and jewish memory. Seattle: University of Washington Press, 2011.

*Artigo recebido em maio/2021.
Versão aprovada para publicação em
junho/2021.*



O uso do cinema na educação ticuna de Benjamin Constant/AM

The use of movie theater in ticuna education by Benjamin Constant/AM

Caio de Souza*

Josenildo Santos de Souza**

Maria Francisca Nunes de Souza***

Michel Justamand****

RESUMO

Pretende-se compreender o papel do cinema na educação escolar indígena, tendo como objetivos: especificar os diferentes contextos intra e extraescolares na comunidade indígena na interface do cinema com a educação indígena; verificar o uso do cinema nas práticas pedagógicas do professor na educação de crianças indígenas; caracterizar os recursos didáticos pedagógicos midiáticos para a educação na escola; e, por fim, identificar a concepção da criança sobre a importância do cinema. Realizou-se a pesquisa de campo na comunidade Ticuna de Bom Caminho, no município de Benjamin Constant, Amazonas, entre 2018 e 2019. Adotou-se a abordagem qualitativa, as técnicas de coleta de dados, a análise de documentos, a observação participante, as entrevistas semiestruturada e as conversas informais.

Palavras Chave: Cinema. Educação indígena. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

It is intended to understand the role of cinema in indigenous school education, having as objectives: to specify the different intra and extra-school contexts in the indigenous community at the interface between movie theater and indigenous education; to verify the use of movie theater in the teacher's pedagogical practices in the education of indigenous children; characterize the didactic pedagogical media resources for school education; and, finally, to identify the child's conception of the importance of movie theater. Field research was carried out in the Ticuna de Bom Caminho community, in the city of Benjamin Constant, Amazonas, between 2018 and 2019. The qualitative approach, data collection techniques, document analysis, participant observation, semi-structured interviews and informal conversations were adopted.

Keywords: Movie theater. Indigenous education. Teaching-learning.

*Graduando no Curso de Pedagogia, do Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam)/Benjamin Constant | caiotikuna1995@gmail.com | (+55) 97-9843795882.

**Mestre em Estudos Amazônicos pela Universidade Nacional da Colômbia - UNAL/Campus de Letícia e Professor Adjunto do Curso de Pedagogia do INC da Ufam/Benjamin Constant | josenildosantosdesouza@ufam.edu.br | (+55) 97-99903-37833.

***Mestra em Educação pela Ufam/Manaus e Professora Assistente do Curso de Pedagogia do INC da UFAM/Benjamin Constant mfranci@ufam.edu.br | (+55) 97-9917699184.

****Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professor Associado II do Departamento de História da Arte, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), da Universidade do Federal de São Paulo (Unifesp), Câmpus Guarulhos e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM | micheljustamand@yahoo.com.br | (+55) 11-949022884.

1 Introdução

A Constituição Federal 1988 (BRASIL, 2016) assegura às comunidades indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada, a processos próprios de aprendizagem e à utilização de suas línguas maternas. Cabe ressaltar que, a partir dessa Constituição, os índios deixaram de ser considerados uma categoria social em vias de extinção e passaram a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com direito a manter sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições.

Garantir o direito à educação escolar indígena é manter os costumes sempre em preservação. Para nós, a escola indígena é o local onde os saberes da terra, das águas, do mundo mítico são explorados para perpetuá-los na cultura dos povos de pele trançada. É ali onde muitas outras culturas permeiam – como fonte de conhecimento – a formação do cidadão local, e, na interação com a cultura do outro, visam respeitar e ser respeitado. Usando a escola indígena como um local apropriado para realizar uma orientação educacional que busque desenvolver o conhecimento dos agentes da comunidade, a escola se torna uma instituição democrática na qual a população pode discutir seus interesses de forma menos desigual e menos hierarquizada. No caso em tela, a escola indígena intercultural tem-se orientado pela primeira perspectiva, ou seja, tem buscado ampliar e melhorar as relações dos sujeitos indígenas para garantir um diálogo que assegure o direito de voz

a todos e todas: intra e extra-aldeia/escola (BANIWA, 2019).

A escola indígena deriva, de alguma forma, da compreensão de pensamentos sociais que priorizam propiciar a esses povos indígenas uma educação de qualidade de acordo com padrões sociais conhecidos fora das aldeias. Essa escola é intercultural e precisa possibilitar a construção do conhecimento lógico e do funcionamento da sociedade moderna envolvente, tendo em vista contribuir, assim, para a defesa de suas culturas, seus conhecimentos e seus direitos na atualidade (BANIWA, 2019).

A interculturalidade nas aldeias indígenas traz de forma significativa um exemplar conjunto de saberes, especialmente, quando falamos em choque de cultura; há toda uma sequência hereditária consagrada em espaços plurais para a expansão do conhecimento mútuo. Nesse sentido, para nossas observações, o cinema e as tecnologias da educação são uma das principais ferramentas nesse processo de apropriação do conhecimento do outro, que pode propulsionar o enfrentamento e a defesa ideológica do seu legado cultural de acordo com a tradição.

Nesse contexto, parece-nos apropriado destacar a necessidade de se articular o cinema com a educação indígena na interface. Faz-se necessário diagnosticar cultura, crenças e costumes do público-alvo, ou seja, da população da comunidade de Bom Caminho. O objetivo é conhecer mais adequadamente sua realidade, para, posteriormente, possibilitar a realização de atividades de pesquisas nos contextos intra e extraescola-

res, dialogando, assim, com a educação e o cinema (ALMEIDA, 2005).

A pesquisa teve como objetivo geral compreender o papel do cinema na educação escolar indígena e focou o seguinte objetivo: identificar os diferentes contextos intra e extraescolares na comunidade indígena, por meio da interface que faz uma conexão entre o cinema e a educação indígena. Também buscamos verificar o uso do cinema nas práticas pedagógicas do professor na educação de crianças indígenas. Por fim, tivemos o objetivo de caracterizar os recursos didáticos pedagógicos midiáticos para a educação na escola.

A pesquisa de campo realizou-se entre os anos 2017 e 2018 na comunidade indígena Ticuna de Bom Caminho, localizada no município de Benjamin Constant, Amazonas. Utilizamos a abordagem qualitativa. Como técnica de coleta de dados, seguimos os seguintes procedimentos: observação participante; questionários abertos e fechados aplicados a alunos do 5.º ano, professores e agentes de saúde, e a análise documental. As observações foram feitas em sala de aula, no contexto escolar e extraescolar. A análise documental foi feita em livros, sites do IBGE, documentos disponibilizados pela secretária da escola e pelos agentes de saúde. Para o registro de dados, utilizamos

celular, câmera fotográfica, drone e caderno de campo. Com a finalidade de tornar a leitura mais legível, o texto foi apresentado na perspectiva de quem vê toda a extensão da comunidade, abrangendo todas as direções, em espaços de interface das atividades de cinema com a escola indígena.

2 Comunidade indígena de bom caminho da etnia ticuna

A história do município de Benjamin Constant teve origem no Seringal Remate de Males,¹ na embocadura do rio Itacoaí, afluente do Rio Javari. Seu povoamento iniciou-se nas primeiras décadas do século XVIII, tendo sido criado oficialmente em 28 de janeiro de 1898, por desmembramento do município de São Paulo de Olivença. Em 9 de janeiro de 1928, a sede do município foi transferida para o povoado de Esperança.

A população estimada total do município de Benjamin Constant é de 43.935 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2020). Sua área é de 8.695.391 quilômetros quadrados. Segundo a narrativa popular, o município foi fundado por Rosa Ferreira de Souza, brava índia Cambeba, natural do município de São Paulo de Olivença.

Na Figura 1, temos a vista panorâmica do município de Benjamin Constant e, à direita, sua localidade

¹O centro seringueiro onde se originou a sede do município era um centro exportador de borracha, produto obtido do látex, extraído da seringueira, árvore nativa da Amazônia. Os rios Itacoaí e Javari favoreciam o acesso ao transporte fluvial da borracha (AMAZONAS, 1989).

no mapa do Amazonas. Trazer essas figuras faz com que tenhamos noção da importância do cinema como ferramenta de ensino na comunidade indígena de Bom Caminho, e sua

convivência nas áreas remotas da tríplice fronteira, deixando, assim, a pesquisa com um gosto chamativo graças aos valores culturais encontrados na região.

Figura 1 - Vista panorâmica do município de Benjamin Constant e Mapa do Amazonas com destaque para o município de Benjamin Constant



Fonte: Divulgação/ Ministério Público do Amazonas.

A comunidade indígena Ticuna Bom Caminho, situada no município de Benjamin Constant, tem sua história marcada no dia 20 de março de 1978, com a chegada, às margens do igarapé de Santa Rita, do senhor Floriano Pinto de Souza, com a sua família, onde construíram um pequeno casebre para sua residência fixa. Passados alguns dias, chegaram mais duas famílias com o nome bem conhecido na redondeza: a família do senhor Sales e a do senhor Walter, somando, assim, três famílias, que, de forma direta, tiveram participação na história dessa comunidade.

Na data em que se oficializou o nascimento da comunidade Ticuna Bom Caminho, estavam presentes as seguintes autoridades religiosas: Humberto Aiambo, sacerdote

Felisberto; José Fernandes da Silva, diretor da comunidade Porto Cordeirinho; Erundina Perez, diretora da comunidade de Tacana; irmão Memento, patriarca; irmão Firmino, capitão da Ordem Cruzada.

Nessa ocasião realizou-se um almoço de confraternização para os presentes e, posteriormente, houve a escolha do primeiro dirigente da Santa Cruz. Fernando Ferreira de Souza foi o primeiro presidente da comunidade; Walter dos Santos, vice-presidente, Abel Julião Ferreira, primeiro-secretário e Maria Gabriel, segunda-secretária. O senhor Floriano Pinto de Souza foi escolhido para assumir a diretoria da igreja, e assim estavam formadas as duas primeiras diretorias: a religiosa e a da comunidade Porto Cruzeiro.

Depois de um mês, houve uma reunião com o pastor da Cruzada, irmão José Francisco da Cruz, na sede do rio Juá,² onde estavam presentes todos os diretores da Santa Cruz que ali foram para discutir diversos assuntos referentes à comunidade. Um deles referiu-se à escolha do verdadeiro nome de cada comunidade: Porto Cruzeirinho foi o nome escolhido tanto para nomear a Comunidade Bom Caminho como a escola, que funcionava com 18 alunos. Com a chegada do diretor da escola, Floriano Pinto de Sousa, ele aproveitou uma reunião que fizera com a comunidade na escola para explicar ao povo que o nome da comunidade não seria Porto Cruzeirinho, e sim Bom Caminho.

Diante disso, a então comunidade Porto Cruzeirinho passou a ser chamada de Bom Caminho até os dias atuais. A comunidade guarda a sua história, que é repassada às novas

gerações quando iniciam seus passos na vida escolar. Respirar a cultura e a tradição é algo positivamente notório na comunidade; desde bem cedo, eles aprendem os valores da terra.

Na Figura 2, apresentamos um croqui da Comunidade Indígena Bom Caminho, produzido por uma criança da própria comunidade. Ele representa os pontos principais que a comunidade possui: a Igreja da Santa Cruz; a Associação das Mulheres Artesãs Ticuna; a Escola Porto Cruzeirinho;³ o Campo de Futebol Rio Negro; o Posto de Saúde Indígena; e a Casa de Reunião.

Como as crianças indígenas da comunidade têm noção da territorialidade extensiva onde residem, facilmente conseguem fazer o mapeamento, focando principalmente os principais pontos da comunidade, demonstrando a capacidade deles de pôr em prática o conhecimento que lhes foi repassado em casa e na escola.

Figura 2 - Croqui da Comunidade Indígena de Bom Caminho



Fonte: Otávio Augusto de Souza Ramirez, 10 anos de idade.

Pesquisa de Campo, Benjamin Constant, 2019.

²Sede do rio Juá é relato do fundador da comunidade de Bom Caminho, o Sr. Floriano Pinto de Souza.
³Na comunidade de Bom Caminho, a Escola Professor De'Erecü (Fig. 7), funciona como anexo à Escola Porto Cruzeirinho.

Na Figura 3, a vista panorâmica da Comunidade Bom Caminho, onde podemos ver várias casas ao redor da Escola Municipal Porto Cruzeiroinho, localizada no centro da imagem. No canto lateral, avista-se uma parte do campo de Futebol Rio

Negro. Grande parte da comunidade é cercada por árvores uma vez que a comunidade se localiza na margem direita do rio Solimões, uma faixa de terra que chama a atenção pela predominância da riqueza da fauna e da flora em sua floresta.

Figura 3 - Vista panorâmica da Comunidade Bom Caminho

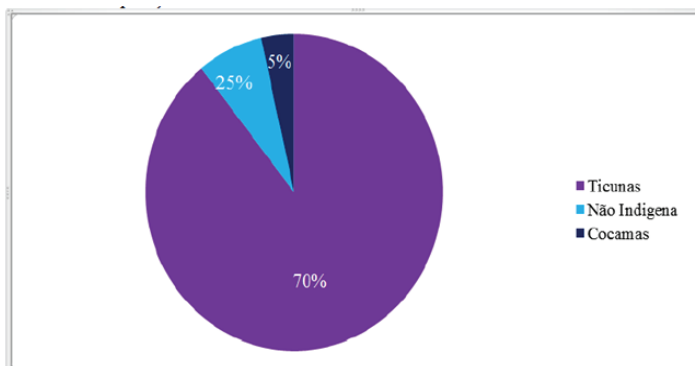


Fonte: Caio de Souza, 2019. Arquivo do autor.

Por meio do Gráfico 1, é possível identificar que atualmente a maior parte da população na comunidade é Ticuna, seguida de não indígenas e depois dos Cocamas. Verifica-se um número expressivo de pessoas não indígenas morando na comunidade, possivelmente pela facilidade de trânsito de pessoas de

outros lugares. Segundo o ex-cacique, isso não ocorria desde o fim de seu mandato em 2008 quando a comunidade se mantinha preservada, sem contato com pessoas de outras localidades, estranhas à etnia Ticunapara, que eles nem levassem nem aproveitassem os benefícios da comunidade.

Gráfico 1 - População da Comunidade Bom Caminho



Fonte: Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

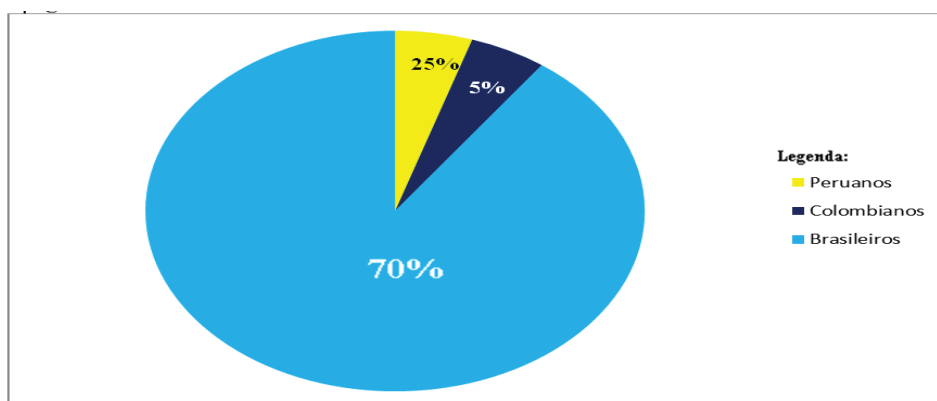
Na comunidade, além da etnia Ticuna, existem outras na localidade. Foram identificadas por meio de questionários e levantamento de dados com os agentes de saúde da Comunidade Bom Caminho em 2017. A etnia Cocama na comunidade está ligada de forma direta pelo casamento entre essas pessoas e moradores da comunidade. Também identificamos não indígenas que fixaram residência na comunidade por meio de casamento ou união familiar; e caso a união se confirme, tanto o não indígena como o Cocama não podem mais sair da comunidade, pois a lei da comunidade deixa claro que o

povo deve manter a integridade e a confiabilidade entre os moradores.

Por meio do levantamento realizado pelos agentes de saúde na comunidade, temos os seguintes resultados sobre os moradores, residindo na comunidade, e sua nacionalidade.

Conforme o Gráfico 2, percebe-se que 25% dos moradores são de nacionalidade peruana e 5% de nacionalidade colombiana, residindo na comunidade Bom Caminho, provavelmente pela oportunidade de poder acessar as terras brasileiras, frequentar a Educação de Jovens e Adultos e usufruir os benefícios sociais oferecidos pelo governo federal entre os motivos.

Gráfico 2 – Nacionalidades da Comunidade Bom Caminho



Fonte: Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

Os dados mostram e se inscrevem em “pluralidades de várias formas de vida na Tríplice Fronteira; muitas delas, destaque-se, reconhecidamente milenares, formam uma sociedade transcultural” (SCHERER, 2016, p. 16) desafiam os pesquisadores na região da tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru.

Contudo, essas variações do número de habitantes da Comunidade Bom Caminho cresceram de forma avassaladora. O número de habitantes mostra o significativo aumento, tanto é que, em 2012, estimava-se que a população tivesse 440 habitantes (contando com crianças, jovens e adultos) conforme dados do posto

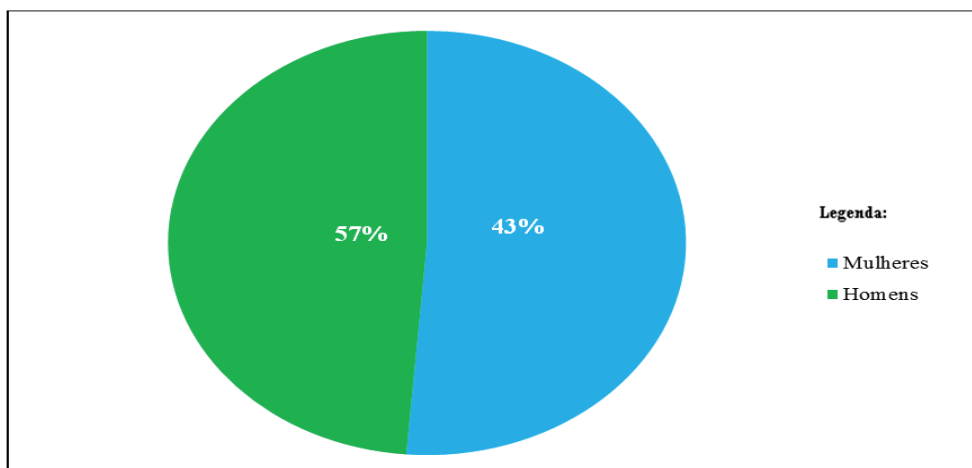
de saúde. Entre o fim de 2018 e o início de 2019, esse número quadruplicou em 25%, que totaliza, de modo geral, 620 pessoas registradas (contando com crianças, jovens e adultos).

O Gráfico 3 indica que há uma pequena comunidade como comprovam os números: 57% da população são homens e 43% mulheres. Essa pequena diferença pode ser superada com o aumento de transição de pessoas com as quais a comunidade vem vivenciando nos últimos anos.

Apesar de reconhecer as dificuldades enfrentadas na comunidade, as mulheres indígenas de Bom Caminho têm apresentado aspectos referentes à profissionalização, e elas estão se inserindo no mundo

social à sua volta. Por esse motivo, devemos reconhecer os avanços conquistados e apresentá-los na expectativa de um futuro melhor. Os números que apontam a quantidade de vida das mulheres na comunidade representam um marco histórico de lutas no meio social. Segundo nossa ótica, eles mostram a capacidade de representatividade da mulher, tanto que, hoje, na comunidade, as mulheres gerenciam a maior parte das atividades, tanto na própria associação de artesãs, como nas instituições de ensino básico e superior. Mesmo com os filhos no colo, elas se fazem presentes nos espaços educativos assim como em posições relevantes em sua aldeia, no Legislativo e ainda em outras esferas governamentais.

Gráfico 3 – População da Comunidade Bom Caminho – homens e mulheres

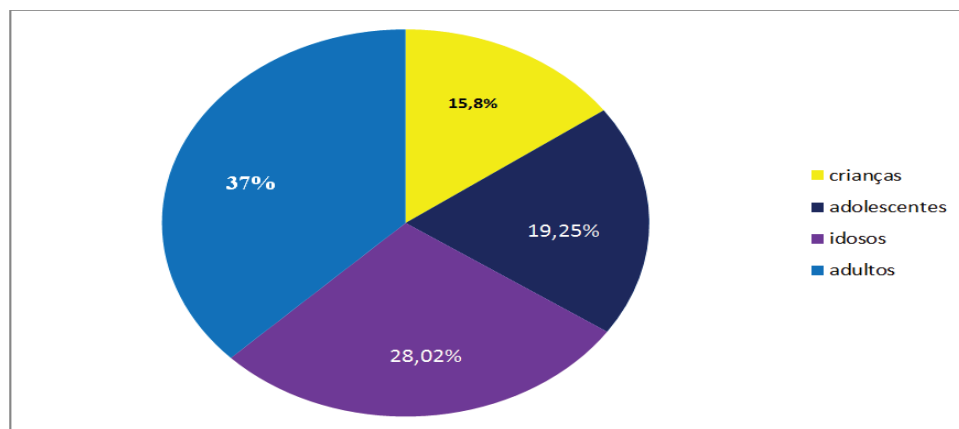


Fonte: Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

Dados do Gráfico 4 indicam a faixa etária dos habitantes da comuni-

dade Bom Caminho, segundo dados do Polo Base de Filadélfia.

Gráfico 4 – Faixa etária da população da Comunidade Bom Caminho – homens e mulheres



Fonte: Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI. Pesquisa de campo. Benjamin Constant, 2019.

Os dados mostram que 37% estão na faixa média de 25 a 45 anos de idade, entre homens e mulheres; 15,8% situam-se na faixa de 1 a 14 anos de idade (com tendência de aumento desse número no levantamento da próxima pesquisa); 19,25% encontram-se na média de idade estimada entre 16 e 25 anos (com tendência de crescimento na próxima pesquisa); por fim 28,02% acham-se na média de idade entre 53 e 87 anos (com igual tendência de aumento).

Na Figura 4, destaca-se um local por sua relevância cultural significativa na comunidade Indígena de Bom Caminho, pois, quando o cinema não é exibido entre quatro paredes da escola, professores da Educação Básica – que aderiram ao uso do cinema para fins educativos – fazem uso dos ambientes da própria comunidade para chamar a atenção dos moradores para que eles assistam a filmes de produção nacional e internacional.

Figura 4 – Local onde são exibidos filmes e documentários na Comunidade Bom Caminho



Fonte: Caio de Souza, 2019. Arquivo do autor.

Após a apresentação de trabalhos realizados por mim na Escola Municipal Professor De'Erecü e a exibição de filmes educativos de cunho infanto-juvenil, como *Kiriku* e a *Feiticeira*, os professores, sob a supervisão da coordenadora pedagógica, Jocilea Canuto de Lima, aderiram ao uso de tecnologias de mídia nas aulas – vale destacar que tal atividade ocorre não só nos finais de semana, também em alguns lugares alternados da comunidade.

Temos em destaque, na Figura 4, um local bastante utilizado na comunidade para exibição de filmes e documentários pelos professores da Escola Municipal Porto Cruzeirinho, sob a supervisão da Professora Dayane Peres de Souza e da vice-coordenadora da Associação das Mu-

lheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho, Fabiola de Souza Forte, que não medem esforços para incentivar as pessoas da comunidade de Bom Caminho a interagir.

Na Figura 5, nota-se a grande presença do público infantil na exibição de filmes – que contou com o uso de tecnologias dependentes que fazem parte do cinema. Tal atividade nasceu com o intuito de promover a aprendizagem das crianças indígenas da comunidade Indígena Bom Caminho no contexto da comunidade. Nesse sentido devemos considerar a escola como uma extensão do cinema na sala de aula, que permite estimular reflexões quando se fala em tecnologias na educação. Isso, sem dúvida, requer um olhar mais abrangente em relação aos sujeitos da aprendizagem.

Figura 5 - Exibição de filmes na Comunidade Bom Caminho



Fonte: Caio de Souza, 2019. Arquivo do autor.

O interesse das crianças em assistir aos filmes comprova a harmonia entre cinema e comunidade indígena, e retrata o encantamento delas pela exibição, perceptível em seus

olhares, cujo brilho reflete algo mais que gratificante que um pesquisador poderia receber: o brilho da esperança. Também foi exibido o filme *O auto da compadecida*. Depois da exi-

bição, aplicou-se um questionário a algumas crianças com o objetivo de compreender, pelo ponto de vista delas, a importância do cinema para a vida social, individual e escolar de cada uma delas.

O cinema possibilita acesso a informações em qualquer espaço, pois ele, ao abrir portas, dá acesso a horizontes que devem ser explorados pelos alunos (LEITE *apud* DUARTE et al., 2004). Nesse sentido, realizaram-se entrevistas com os alunos do 5.º ano sobre a importância do cinema na escola; muitos responderam que o cinema era importante para facilitar a compreensão das informações. A maioria respondia que gostava do cinema ou para se distrair ou para passar o tempo. Um dos educandos disse que não gostava do cinema na sala de aula pelo fato de o professor não saber explicar o motivo por que o filme foi exibido.

Os alunos precisam entrar em contato com materiais de mídia para interagir com os colegas em um só contexto que una todos os conteúdos, conectando novas ideias e criando perspectivas positivas para o protagonismo social e para o bem-estar dentro de suas especificidades (SOUZA, 2015).

3 A escola indígena e o cinema na comunidade de Bom Caminho

Assim, na Figura 6, podemos ver a Escola Municipal Porto Cruzeirinho pronta, de fácil acesso, por se localizar no centro da comunidade, onde havia o antigo Campo de Futebol Francelino Emílio de Souza. A escola possui um pátio interno que pode ser muito útil para a exibição de filmes e documentários. Por seu tamanho, pode receber um grande número de pessoas.

Figura 6 – Prédio da nova Escola Porto Cruzeirinho



Fonte: Fábio de Souza Salvador. Pesquisa de Campo, Benjamin Constant, jun. 2019.

O governo municipal reconstruiu a escola, inaugurada em 19 de abril de 2019, que obteve novas dependên-

cias e passou a contar com 6 salas de aula; 1 sala de coordenação; 1 sala de professores; 1 secretaria; 1 sala de in-

formática; uma 1 sala de refeitório; 1 cozinha; 1 sala de despensa; 1 depósito para merenda; 2 banheiros masculinos; 2 banheiros femininos; 1 banheiro para professores; 8 aparelhos de ar-condicionado; 1 armário; 1 notebook; 1 impressora; 10 mesas; 174 carteiras; 69 lâmpadas; 1 fogão de quatro bocas; 1 pia; 1 freezer; 35 pratos; 3 panelas; 1 caixa-d'água de 1.000 litros; 1 cisterna de cinco metros quadrados.

Com relação aos materiais de multimídia, é notório que a nova escola possua apenas 1 notebook, visto que esse material é necessário para o início da projeção do cinema (e muitas outras utilidades). Foi nesse contexto, com poucos recursos tecnológicos, que se iniciou a seleção de filmes, exibidos em sala de aula. Embora se diga que vivemos em uma sociedade da informação, o acesso a esses materiais midiáticos – fonte de conhecimento e de cultura – é muito difícil, o que colabora para evidenciar a crise permanente nas escolas indígenas brasileiras no sistema educacional do município.

Nesse sentido, a importância do conhecimento em nossa sociedade

deveria disponibilizar meios que permitissem revalorizar diferentes formas para que se promovam processos de aprendizagem ou de aquisição do próprio conhecimento, uma vez que nossa identidade docente se constitui pela articulação de boas, inovadoras e poderosas ferramentas de (re)fazer pedagogias.

Na Figura 7, temos a vista aérea da então escola anexa, chamada Escola Municipal Indígena Professor De'Erecü (o prédio funciona como anexo da Escola Municipal Porto Cruzeirinho), cujo nome foi dado em homenagem ao primeiro professor da comunidade, Francisco Julião Ferreira. Inaugurada em março de 2014, a escola tem 4 salas de aula; 1 sala de informática; 1 refeitório; 2 banheiros, masculino e feminino; e 1 cozinha. Atualmente, ela funciona anexa à Escola Porto Cruzeirinho. Seu estabelecimento escolar possui espaços que podem ser aproveitados para o cinema. Além disso, ela tem uma característica que a difere de outras escolas: a de sempre buscar qualidade do ensino por meio de diferentes meios de comunicação.

Figura 7 – Prédio da Escola Municipal Indígena Professor De'Erecü



Fonte: SOUZA.Caio. pesquisa de Campo Benjamim Constant AM. 2019. (Arquivo do autor).

A escola tem como modalidade de ensino a Educação Infantil, Pré I e Pré II. O uso dos materiais de mídia acaba ficando mais complexo, pois estamos interagindo com crianças com determinadas faixas etárias, mas isso não impede o uso dos materiais midiáticos no ambiente escolar como ferramenta metodológica no fazer pedagógico do professor. O uso do cinema na educação de crianças indígenas requer, sem dúvida, um olhar mais refinado e mais abrangente, que requer que o professor ou quem use esses materiais como ferramenta pedagógica no processo de ensino tenha um envolvimento com a realidade dos sujeitos da comunidade.

Para que seja possível usufruir das contribuições das tecnologias digitais na escola, é importante considerar suas potencialidades para produzir, criar, mostrar, manter, atualizar, processar, ordenar. Isso tudo se aproxima das características da concepção de gestão. Trata de tecnologias na escola engloba, na verdade, a compreensão dos processos de questão de tecnologias, recursos, informações e conhecimentos que abarcam relações dinâmicas e complexas entre parte e todo, elaboração e organização, produção e manutenção. (ALMEIDA, 2005, p. 18).

É preciso compreender as potencialidades e contribuições que cada tecnologia oferece quando

utilizada no processo de ensino e de aprendizagem, independentemente de quem seja o sujeito da educação. A utilização desses recursos engloba uma série de vantagens que pode fazer com que o indivíduo possa ver as possibilidades, para seu processo educativo, por formas e ângulos diferentes (ALMEIDA, 2005).

Na Figura 8, mostra-se a vista panorâmica central da comunidade, ressaltando-se a instituição religiosa da comunidade, a Igreja da Santa Cruz, fundada em 1978. A Igreja da Missão Ordem Cruzada Católica Evangélica (OCCA) se destaca por ser a única instituição religiosa encontrada na comunidade de Bom Caminho. Coordenada pelo diretor Irmão Izael Luciano de Souza, ela também pode ser um local que podemos utilizar para a exibição de filmes e documentários, pois seu espaço sempre está disponível nos dias da semana. Utilizar a igreja como local para o uso do cinema é tornar a aprendizagem na comunidade de Bom Caminho mais significativa, mais envolvente, uma vez que integrar o cinema na base de conhecimento é fazer relações entre os conceitos já vistos e refletir sobre o tipo de pedagogia utilizada no ambiente educacional das crianças indígenas.

Figura 8 - Vista aérea do prédio da Igreja da Santa Cruz



Fonte: SOUZA.Caio. pesquisa de Campo Benjamim Constant AM. 2019.(Arquivo do autor).

Além disso, a igreja, assim como todas as outras instituições da comunidade, tem deixado de lado suas doutrinas para que seja valorizada a educação das crianças; por conseguinte, deduz-se que a educação não entraria em conflito com a igreja da comunidade. O cinema é “um fato social total e, não se presta a nenhum estudo científico mais rigoroso”, de tal modo que, ao falarmos de cinema, estamos diante de uma estrutura multidimensional (LEITE *apud* DUARTE *et al.*, 2004, p. 15).

O cinema é um instrumento de grande produção em massa, que envolve todas as estruturas que podemos imaginar dentro da sociedade, onde tudo tem sua importância na utilização das mídias tecnológicas; desde a escolha do material a ser exibido – como a seleção de equipes técnicas e filmagens, montagem – até, por fim, a reação dos espectadores (DUARTE *et al.*, 2004).

Vê-se, na Figura 9, a vista aérea da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna (Amatü) de Bom Caminho, fundada em meados de dezembro de 2004. Criada com a finalidade de organizar a produção e comercialização de artesanato, o ponto forte da comunidade, visa, por meio dessa produção, a valorização e a divulgação da cultura Ticuna como patrimônio e promoção da elaboração de projetos para o desenvolvimento da comunidade. A associação está sob a coordenação da então presidente, Elizabeth Peres de Souza, e de sua vice, Fabiola de Souza Forte.

Figura 9 – Vista aérea da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho



Fonte: Caio de Souza, 2019. Arquivo do autor.

A associação possui um ótimo ambiente para a execução de filmes e documentários, e já foi utilizada pelo Projeto Cine Club Itinerante, coordenado pelo professor Josenildo Santos de Souza em 2008, na exibição de filmes, na presença de toda a comunidade. O cinema tem o poder de unir pessoas – independentemente da classe social, cor ou gênero – e é essa capacidade que legitima a sua importância para a socialização e confraternização entre as pessoas.

Logicamente, a associação é um local onde se pode interagir com a educação (Figura 10).

Não há uma forma única nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. (BRANDÃO, 2001, p. 9).

Figura 10 – Projeto Cine Club Itinerante na Associação das Mulheres Artesãs Ticuna



Fonte: Josenildo Santos de Souza. Pesquisa de Campo. Benjamin Constant, 2019.

4 Conclusão

Não existem instituições únicas para que a educação se desenvolva, pois ela está em todas as partes de todos os lugares, na associação das mulheres artesãs, na igreja, na escola, entre outros locais propícios para que a educação ocorra de forma interativa e dinâmica – com o uso do cinema –, na qual podemos aprender com o outro, compartilhando as mesmas emoções, vendo o mundo com outro olhar (BRANDÃO, 2001).

Apesar de a escola possuir somente um notebook, o acesso às atividades, por meio do cinema, ocorre mediante agentes educacionais, de acordo com a pesquisa, que adotaram essa prática na comunidade de Bom Caminho. Sobre a importância do cinema, aferiu-se que o trabalho com essa ferramenta deve ser trabalhado de forma intencional, com objetivos definidos e com a participação das crianças nas atividades e nas dinâmicas que potencializam o raciocínio crítico e proativo.

A escola também tem a perspectiva de educar por meio da interface, que vai fazer a articulação da educação com o cinema, para além do olhar do branco, mas por meio da relação intercultural, dinâmica, plural nas comunidades indígenas. O objetivo é fazer com estas possam – não apenas ser fabricadas pela lógica do colonizador – conhecer, por meio do cinema, essa cultura e funcionalidade para criar estratégias de preservação da cultura indígena, por meio da produção do cinema na aldeia e da divulgação dos seus modos de organização, língua, cultura e território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Tecnologias para a gestão democrática: gestão de tecnologias na escola: possibilidades de uma prática democrática. In: BRASIL. Ministério da Educação. Integração de tecnologias, linguagens e representações. **Boletim 5**, maio 2005. p. 15-24.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Núcleo de Recursos Tecnológicos. **Benjamin Constant: Estudos Sociais**. 3.^a série. 1.^o grau. Manaus, 1989.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º s 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.º s 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 40. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DUARTE, Rosália et al. Produção de sentido e construção de valores na experiência com o cinema. In: SETTON, Maria da Graça Jacintho (Org.). **A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação**. São Paulo: Annablume: USP, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados:** Benjamin Constant. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/benjamin-constant.html>. Acesso em: 14 maio 2020.

SCHERER, Elenize Faria. **Assistência aos desassistidos manauenses.** Manaus: Edua, 2016.

SOUZA, Josenildo Santos. **O uso do cinema na articulação de temas transversais de desenvolvimento sustentável no ensino fundamental do município de Parintins-Amazonas-Brasil.** 2015. 283 p. Orientador: Camilo Torres Sanchez. (Mestrado em Estudos Amazônicos) – Universidad Nacional de Colômbia, Leticia, Colombia, 2015.

*Artigo recebido em abril/2021.
Versão aprovada para publicação em
maio/2021.*



Mulheres e participação política nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau

Women and political participation in decision-making spheres in Guinea-Bissau

Rui Jorge Semedo*

RESUMO

O presente artigo observou a participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau. Foi tomado como referência o período de realização das primeiras eleições multipartidárias no país em 1994 às últimas eleições legislativas e presidenciais em 2019. O propósito é apresentar o ponto de situação das mulheres em termos de sua representação nos poderes Legislativo e Executivo. Nas duas últimas legislaturas, são perceptíveis as movimentações de organizações feministas que reclamam por maior participação das mulheres na esfera de tomada de decisão. No entanto, esse esforço encontra obstáculos não só nas manifestações socioculturais de diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau que não reservam às mulheres o direito à participação, como também por parte de instituições públicas tem havido restrições nesse sentido.

Palavras Chave: Guiné-Bissau. Mulheres. Participação política.

ABSTRACT

This article looked at the participation of women in decision-making spheres in Guinea-Bissau. The period between the first multiparty elections in the country in 1994 and the last legislative and presidential elections in 2019 was taken as a reference. The purpose is to present the status of women in terms of their representation in the legislative and executive powers. In the last two legislatures, movements by feminist organizations calling for greater participation of women in the decision-making sphere are noticeable. However, this effort finds obstacles not only in the sociocultural manifestations of different ethnic groups in Guinea-Bissau that do not reserve women the right to participate, but also by public institutions which have been restrictive in this regard.

Keywords: Guinea-Bissau, Women and Political Participation

Contextualização

A participação política¹ das mulheres na Guiné-Bissau tem raízes históricas e remonta ao período de

luta de libertação nacional. A base para essa afirmação não se resume somente ao grosso de revolucioná-

*Mestre em Ciência Política pela UFSCar e graduado em Ciências Sociais pela UFRR. Investigador associado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP-GB) e do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Este artigo resulta de um estudo realizado pelo INEP no âmbito de uma solicitação e financiamento do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) sobre a participação política das mulheres e dos jovens na Guiné-Bissau | rjogossemedo@gmail.com | (+24) 56846028

¹Sobre esse assunto, consultar Dahl (2005).

rios que era constituído principalmente por jovens e mulheres, mas se encontra fundamento na visão estratégica do equilíbrio de gênero assumido por Amílcar Cabral² na formação do Comitê Político nas zonas libertadas. Nessa altura, os comitês políticos eram compostos por cinco membros, e obrigatoriamente dois tinham de ser mulheres e, por inerência, uma delas ocupava, o cargo do vice-presidente.

Mais do que essa interessante postura de incluir e dar à mulher a relevância merecida no processo libertador, é quando procurarmos conhecer a história das mulheres que decidiram participar e abraçar a causa de luta armada de libertação nacional sem serem mobilizadas. Carmen Pereira foi uma das primeiras mulheres guineenses a aderir à luta nessa circunstância, no entanto, afigura-se como um dos exemplos que ilustram a determinação da mulher guineense. No livro intitulado *Os meus três amores* (PEREIRA, 2016, p. 339), explicou que, após ter chegado com os três filhos menores em Ziguinchor, havia no seio do partido certo receio em recebê-la porque os responsáveis consideraram que poderia dar mais encargo. Carmen Pereira (2016, p. 339) disse:

Procurei o tio Lourenço e Indjai Bá, comuniquei a minha intenção de trabalhar para a luta e para o

PAIGC e expliquei-lhes que não iria ser um encargo para o partido e, ainda, que podia fazer muito para ajudar o partido, lutando. E expliquei também que já estava decidida e caso fosse preciso entraria para a frente, deixando os três rapazes com a Izaquia.

O relato acima exposto não só ilustra a rotura com a tentativa de alguns homens em impedir a participação na luta de mulheres grávidas ou com criança de colo, mas é, sobretudo, uma afirmação de que a mulher é capaz de dedicar-se e enfrentar os desafios a partir do momento em que as oportunidades existem.

A embrionária conquista promovida por Amílcar Cabral que se apontava como uma das pioneiras na política de equidade, antecipando a agenda mundial de defesa de igualdade de gênero, sofreu reveses, em larga medida, determinadas pelas políticas adotadas na pós-independência, mas também pelas influências baseadas em algumas práticas como poligamia, casamento forçado, gravidez precoce ou indesejada e assédio sexual. Outro aspecto manifesto é a exclusão familiar, expressa, sobretudo, na divisão desigual de trabalho entre menino e menina, e uma pesada carga diária de trabalho decorrente das responsabilidades e tarefas domésticas que são impostas às mulheres em condições de extre-

²Líder e fundador do Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Partido que dirigiu o processo revolucionário que resultou na independência da Guiné e Cabo-Verde na década de 1970.

ma pobreza. Fatos que contribuem para incentivar a violência doméstica, em um contexto de “ausência de um adequado acompanhamento legislativo”, traduziram-se em um fator de empecilho à participação política das mulheres nas estruturas comunitárias e formais. Essa constatação também foi evidenciada no relatório do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação de Paz da Guiné-Bissau (UNIOGBIS) ao destacar que:

Na Guiné-Bissau as mulheres representam 51 por cento da população mas continuam pouco representadas na esfera política. São no entanto mais frequentemente vítimas de violações de direitos humanos: casamento precoce e forçado, violência doméstica, mutilação genital feminina, abusos e violência sexual e assédio sexual nos locais de trabalho. Ser mulher na Guiné-Bissau significa vida dura, porque a maioria das mulheres guineenses vive em situação de extrema pobreza e para sustentar a casa e garantir a educação dos filhos elas são obrigadas a vender legumes, peixes, roupas nas ruas. (NA GUINÉ-BISSAU..., 2016).

Na tentativa de obter a percepção da representação de Mulheres na po-

lítica e esfera de tomada de decisões no país, a ONG Voz di Paz realizou um estudo em 2018, abordando temáticas relacionadas com a equidade de gênero e igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. A constatação foi a disparidade de oportunidades de acesso e ascensão aos lugares decisórios no país, e os principais obstáculos identificados são estruturais, tais como sistema sociopolítico, cultural e econômico. Espaços estruturados de tal maneira que as razões acima impedem grandemente a oportunidade de participação política de mulheres.

De acordo com o estudo sobre Direitos Humanos e Eleições produzido pelo Uniogbis (2019, p. 221), a participação política das mulheres só será possível a partir de uma série de fatores, entre os quais, a vontade política; ou seja, o Estado na condição de instituição que regula o funcionamento das demais instituições deve assumir, por inteiro, o seu papel com o propósito de promover o empoderamento das mulheres. A problemática de equidade de gênero versus participação política é mais complexa quando deparamos com uma realidade multiétnica, pouco alfabetizada, deficiente economicamente e institucionalmente frágil como é o caso da Guiné-Bissau.

Em todos os grupos³ e instituições, a mulher não dispõe e, muito

³Os bijagós nesse contexto diferem dos restantes grupos guineenses. A mulher goza de liberdade de construir a própria casa, decidir com quem vai casar-se e produzir meios próprios de vida; embora hoje a cultura bijagó depreenda com uma forte erosão identitária resultante das mobilidades provocadas pela ação da globalização dos mercados e das culturas. Sobre a Cultura Bijagó, ver Semedo (2015).

menos, goza de direitos e autoridade de decidir sobre a própria vida, ou a de seus filhos, isso sem dizer que a tradição na maioria dos grupos étnicos guineenses lhe exclua do direito de decidir e gozar do direito à propriedade familiar tal como o homem.

Mesmo saindo da vertente tradicional do cotidiano, indo para a esfera institucional, percebe-se, sente-se e vê-se que, nas manifestações dos órgãos públicos e privados, o espelho da tradição reflete e regula fortemente a relação institucional – o lugar, a tarefa e o poder; são elementos atribuídos em função de gênero, que explicitamente demarcam a relação e legitimam o acesso a cargos e a oportunidades de liderança sociopolíticas e administrativas para os homens.

Hoje, no contexto democrático, qualquer exercício de pensar na família e nas instituições formais sem a participação efetiva de um dos gêneros nas suas diversas manifestações socioculturais e políticas, sobretudo da mulher, é uma flagrante violação aos princípios básicos do Estado de Direito e dos Direitos Humanos. Há de se reconhecer que, no contexto africano e, particularmente, no caso guineense, é sobre a mulher que recai a responsabilidade de administrar grande parte das dinâmicas da economia familiar. Por isso, Sen (1999) advertiu que as mulheres não devem ser vistas como agentes passivas e receptoras de ações do bem-estar social, elas estão a desempenhar o papel ativo de mudanças e promoto-

ras das dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a sua vida e a dos homens. Como argumenta Acosta (2000), enquanto não forem dados passos sérios para assegurar que as necessidades básicas sociais, econômicas e culturais, a discriminação contra as mulheres, “as desejadas conquistas certamente serão adiadas” (grifo nosso). Em sua opinião, a discriminação não é apenas um comportamento profundamente enraizado e padrões de valor, mas também encontram explicações nas forças sociais e econômicas subjacentes.

Segundo o censo de 2009, realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o sexo feminino representa a maioria da população, 51,6%, contra 48,4% de homens, em um universo de 1.442.227 habitantes. Ainda conforme os mesmos dados censitários, no que concerne à estrutura etária, a população considerada jovem, ou seja, com menos de 35⁴ anos, representa 60% da população, e essa camada jovem está dividida em termos de gênero, da seguinte maneira: 59,9% correspondem ao gênero feminino e 40,1% ao masculino.

As percepções acima expostas demonstraram algumas dificuldades e barreiras de natureza diversa (culturais, econômicas e políticas) que as mulheres enfrentam, quer nos espaços familiares, nas suas comunidades e indo para os circuitos formais do Estado. Por isso, e de acordo com Barros e Semedo (2013), em face das evidências demonstradas pela Políti-

⁴De acordo com a carta africana da juventude, essa faixa etária vai dos 18 aos 35 anos de idade.

ca Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero (PNIEG), as mulheres procuram nas ações de formação, informação e capacitação, mediante campanhas de sensibilização, mecanismos de alerta e fatores que impedem a sua participação na política, e ainda reforçar a consciência política e melhorar a sua participação nas esferas de decisão.

É nesse sentido que as organizações feministas e as organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau têm desempenhado um papel importantíssimo, que impulsiona para a mudança de comportamento e de conscientização das mulheres que reivindicam seus direitos e espaço tanto na política como em outras esferas de tomada de decisão.

Participação das Mulheres no Legislativo entre 1994 e 2019

O parlamento guineense conheceu dois momentos, o pri-

meiro durante o período monopartidário que iniciou com a proclamação do Estado da Guiné-Bissau em setembro de 1973 e ficou concluído com a transição política em 1991 para o regime democrático. A 5.^a legislatura foi a primeira da era democrática, e em um universo de 100 deputados⁵ eleitos, apenas 9% são mulheres, enquanto 91% são homens. Nessa legislatura a bancada constituída por três forças políticas, Partido da Renovação Social (PRS), Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING) e União para a Mudança (UM) com 19 assentos, não apresentou uma única mulher. No que diz respeito à mesa, o cenário apresenta um total domínio dos homens nesse importante órgão legislativo. Apenas uma mulher, Francisca Pereira,⁶ afigura-se na lista dos 5 membros que compõem a mesa da Assembleia Nacional Popular (ANP).

Quadro 1 - Formação da Mesa da ANP durante a 5.^a Legislatura

Deputado (a)	Cargo	Partido	Sexo
Malam Bacai Sanhá	Presidente	PAIGC	M
Francisca Pereira	1.º Vice-Presidente	PAIGC	F
Salvador Tchongo Domingos	2.º Vice-Presidente	RGB/MB	M
Joaquim Mumine Embaló	1.º Secretário	PAIGC	M
Abel da Silva Gomes	2.º Secretário	PAIGC	M

Fonte: ANP, 1994.

⁵O Parlamento guineense dispõe de 102 cadeiras, mas nesse primeiro pleito da era democrática não se chegou a realizar eleições nos círculos da diáspora (África e Europa) e apenas 100 lugares foram preenchidos.

⁶Combatente de liberdade da pátria e também desempenhou altos cargos em nível do PAIGC, do Executivo e do Estado da Guiné-Bissau.

Já na **6.^a legislatura**, o país conseguiu realizar eleições em todos os círculos eleitorais, incluindo o da diáspora, África e Europa, que na legislatura anterior tinha ficado de fora e permitiu preencher as 102 cadeiras disponíveis no Parlamento. Contudo, em um universo de 102 deputados, apenas 8% são mulheres enquanto 93% são homens.

Essa legislatura foi a primeira do pós-conflito armado de 7 de junho de 1998 e a que apresentou o número mais baixo de representação das mulheres, com apenas 7 contra 95 homens. Nesse pleito, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

(PAIGC) foi o terceiro partido mais votado, com 24 deputados, dos quais 3 são mulheres, enquanto os dois primeiros partidos mais votados com 38 e 29 deputados, respectivamente, PRS e Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Báfata (RGB-MB), elegeram 2 mulheres cada. A **6.^a legislatura** não se notabilizou apenas por ser a que menos elegeu mulheres para o Parlamento, mas também pela notável ausência de igualdade de gênero na composição dos órgãos, sobretudo a mesa. Nenhuma mulher foi indicada para ser membro da mesa por um dos três partidos com a maioria no Parlamento.

Quadro 2 – Formação da Mesa da ANP durante a 6.^a Legislatura

Deputado	Cargo	Partido	Sexo
Jorge Malú	Presidente	PRS	M
Soares Sambú	Vice-Presidente	PAIGC	M
Fausto José Mendes	2. ^o Vice-Presidente	RGB/MB	M
Serifo Djaló	1. ^o Secretário	PRS	M

Fonte: ANP, 2000.

Contrariamente às duas primeiras legislaturas, na **7.^a** a presença das mulheres continuava abaixo da expectativa, mas registou uma ligeira melhoria, considerando que em um universo de 100 deputados eleitos para o Parlamento nessa legislatura, 11% são mulheres e 89% homens. Durante essas eleições, o PAIGC elegeu 6 deputadas, contra 4 do PRS e 1 do Partido Unido Social Democracia (PUSD). Vale destacar que, ao longo desse recente histórico eleitoral de 25 anos, esta foi a maior presença feminina em termos de representação do PRS no Parlamento.

Diferentemente das duas primeiras legislaturas, a **7.^a** se apresenta em termos de configuração da mesa com uma ligeira melhoria em termos de configuração de igualdade de gênero com a presença de duas mulheres. A combatente de liberdade da Pátria, deputada Satú Camará, indicada pelo PAIGC, partido que detém a maioria relativa com 45 deputados, para ocupar o cargo de 1.^a vice-presidente, e a deputada Martina Moreira Moniz da bancada de oposição indicada pelo PRS ao cargo de 2.^a secretária.

Quadro 3 – Formação da Mesa da ANP durante a 7.^a Legislatura

Deputado (a)	Cargo	Partido	Sexo
Francisco Benante	Presidente	PAIGC	M
Satú Camará Pinto	1. ^a Vice-Presidente	PAIGC	F
Iaia Djaló	2. ^o Vice-Presidente	PRS	M
Armando da Silva Procel	1. ^o Secretário	PUSD	M
Martina Moreira Moniz	2. ^a Secretária	PRS	F

Fonte: ANP, 2004.

E já na **8.^a legislatura**, o cenário mantém-se estável, mas abaixo da expectativa no que se refere à representação das mulheres no Parlamento, representando novamente 11%, em face do que se pode considerar de predomínio dos homens. E dos cinco partidos⁷ com representação parlamentar nessa legislatura, apenas dois conseguiram eleger mulheres, PAIGC que

elegeu 10 deputadas, enquanto PRS elegeu apenas 1 deputada. Durante a **8.^a legislatura**, os partidos com assentos no Parlamento não salvaguardaram as conquistas de igualdade de gênero obtidas na legislatura anterior e, por conseguinte, nenhuma mulher foi indicada para a mesa por parte de um dos dois partidos que elegeram mulheres nas suas listas.

Quadro 4 – Formação da Mesa da ANP durante a 8.^a Legislatura

Deputado	Cargo	Partido	Sexo
Raimundo Pereira	Presidente	PAIGC	M
Manuel Serifo Nhamadjo	1. ^o Vice-Presidente	PAIGC	M
Alberto Nambeia	2. ^o Vice-Presidente	PRS	M
Serifo Djaló	1. ^o Secretário	PRS	M
João Sediba Sane	2. ^o Secretário	PAIGC	M

Fonte: ANP, 2008.

Na **9.^a e 10.^a legislatura**, a representação da mulher apresentou uma ligeira melhoria de 14% e 13%, respectivamente, em relação às legislaturas anteriores. Contudo, vale mencionar que o cenário de representação da mulher ainda continua abaixo dos propósitos de equidade

em termos de igualdade de oportunidade e gênero. A **9.^a legislatura** manifestou muito timidamente a indicar uma mulher para fazer parte da mesa, mas em uma posição teoricamente com relevância reduzida em termos de tomada de decisão. Ou seja, apenas durante a **5.^a legislatura**

⁷PAIGC, PRS, PRID, AD e PND.

ra, a primeira da era democrática é que uma mulher chegou a ocupar o cargo de 1.^a vice-presidente da mesa, mas nas restantes quando consegue ser indicada para a mesa a sua po-

sição se resume mais ao papel de coadjuvar o funcionamento da mesa do que afigurar em uma posição que lhe possibilita maior capacidade de influenciar a tomada de decisão.

Quadro 5 – Formação da Mesa da ANP durante a 9.^a Legislatura

Deputado	Cargo	Partido	Sexo
Cipriano Cassama	Presidente	PAIGC	M
António Inácio Gomes Correia	1.º Vice-Presidente	PAIGC	M
Alberto Nambeia	2.º Vice-Presidente	PRS	M
Serifo Djaló	1.º Secretário	PRS	M
Dan Ialá	2.º Secretário	PAIGC	F

Fonte: ANP, 2014

Aliás, após a aprovação da lei de cotas pelos parlamentares, pensava-se que a representação das mulheres na 10.^a legislatura ia sofrer uma melhoria considerável, mas as resistências tácitamente promovidas pelos partidos na 9.^a legislatura acabaram por se constituir em obstáculos à desejada presença das mulheres na plenária e nos diferentes órgãos do parlamento. Dos seis partidos com assento parlamentar na 10.^a legislatura, apenas três conseguiram eleger mulheres, PAIGC elegeram 10 deputadas, seguido de Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15) com 2 e PRS com 1 deputada. Entretanto, a Aliança do Povo Unido-

-Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB) que embora conseguisse formar uma bancada, com cinco assentos ocupados, não elegeu uma única mulher, tal como o Partido da Nova Democracia (PND) e a UM que apenas elegeram 1 deputado cada.

Entretanto, a grande novidade dessa legislatura foi a composição da mesa que, pela primeira vez, em 26 anos após a realização das primeiras eleições multipartidárias, a mulher aparece em maior número na composição da mesa do Parlamento. Mas, embora houvesse essa melhoria, a mulher continua a ser relegada a uma posição hierárquica mais baixa em termos de tomada de decisão.

Quadro 6 – Formação da Mesa da ANP durante a 10.^a Legislatura

Deputado	Cargo	Partido	Sexo
Cipriano Cassama	Presidente	PAIGC	M
Nuno Gomes Nabiam	1.º Vice-Presidente	APU-PDGB	M
Satú Camará Pinto	2.º Vice-Presidente	MADEM-G15	F
Dan Ialá	1.º Secretário	PAIGC	F
Gabriela Fernandes	2.º Secretária	PAIGC	F

Fonte: ANP, 2019.

O Quadro 7 apresenta o cenário geral de representação de partidos no Parlamento em termos de gênero por legislatura. Consta-se que, durante 6 legislaturas decorridas da era democrática, se soma

um total de 606 parlamentares eleitos à Assembleia Nacional Popular (ANP), dos quais, 536 que correspondem 89% são homens e apenas 65 que correspondem 11% são mulheres.

Quadro 7 - Total de Deputados no Parlamento - 5.^a Legislatura - 10.^a Legislatura

Total dos Deputados	Sexo M	Sexo F
606	541	65
%	89	11

Fonte: ANP, 1994-2019.

Entretanto, os números apresentados provam a subrepresentação⁸ da mulher no Parlamento em face do que se pode considerar de absoluto domínio do homem

no cenário parlamentar guineense. Abaixo segue o resumo geral da representação em termos de gênero durante as 6 legislaturas observadas:

Tabela 1 - Representação das Mulheres no Legislativo - 1994 a 2019

5. ^a Legislatura					
Partidos	N.º de Deputados	N.º de Deputadas	Total	% da representação masculina	% da representação feminina
PAIGC	55	7	62	89	11
RGB/MB	17	2	19	89	11
PRS/FLING/UM	19	0	19	100	0
TOTAL	91	9	100	91	9
6. ^a Legislatura					
Partidos	N.º de Deputados	N.º de Deputadas	Total	% da representação masculina	% da representação feminina
PRS	36	2	38	95	5
RGB/MB	27	2	29	93	7
PAIGC	21	3	24	88	13
UM	3	0	3	100	0
AD	3	0	3	100	0
PSD	3	0	3	100	0

⁸Sobre sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau, ver Mendes (2019).

FDS	1	0	1	100	0
UNDP	1	0	1	100	0
TOTAL	95	7	102	93	8

7.ª Legislatura

Partidos	N.º de Deputados	N.º de Deputadas	Total	% da representação masculina	% da representação feminina
PAIGC	40	5	45	89	11
PRS	31	4	35	89	11
PUSD	15	2	17	88	12
APU	1	0	1	100	0
EU	2	0	2	100	0
TOTAL	89	11	100	89	11

8.ª Legislatura

Partidos	N.º de Deputados	N.º de Deputadas	Total	% da representação masculina	% da representação feminina
PAIGC	57	10	67	85	15
PRS	27	1	28	96	4
PRID	3	0	3	100	0
AD	1	0	1	100	0
PND	1	0	1	100	0
TOTAL	89	11	100	89	11

9.ª Legislatura

Partidos	N.º de Deputados	N.º de Deputadas	Total	% da representação masculina	% da representação feminina
PAIGC	44	13	57	77	23
PRS	40	1	41	98	2
PCD	2	0	2	100	0
PND	1	0	1	100	0
UM	1	0	1	100	0
TOTAL	88	14	102	86	14

10.ª Legislatura

Partidos	N.º de Candidatos	N.º de Candidatas	Total	% da representação masculina	% da representação feminina
----------	-------------------	-------------------	-------	------------------------------	-----------------------------

Fonte: ANP, 1994-2019.

Participação das Mulheres no Executivo entre 1994 e 2019

Apesar da importante contribuição que as mulheres deram para o proces-

so de formação do Estado guineense, o seu reconhecimento⁹ em termos de espaço de participação no Executivo nunca foi proporcional. Aliás, nos primeiros anos da existência do Estado

⁹Consultar Osório (2002).

guineense, as mulheres não assumiam cargos ministeriais.¹⁰ Essa situação melhorou com a abertura política nos anos 90, contudo a presença das mulheres no executivo ainda está aquém do esperado. De acordo com a tabela 2, no que se refere a representação das mulheres no governo a partir de 1994 a 2019¹¹, verifica-se que em 1996 num elenco de 25 membros do governo, apenas 2 são mulheres¹² e que representava 8%, sendo que para o cargo de secretaria de estado, nenhuma mulher foi indicada. Três anos depois, ou seja, em 1999 com a formação do Governo de Unidade Nacional (GUN), resultante do conflito político militar que eclodiu em junho de 1998, num total de 16 membros do governo, apenas uma mulher foi nomeada e

que representava 6%.¹³ Contudo, esse cenário apresenta uma mudança positiva em 2015, onde a representação foi de 27% num total de 30 membros de governo. As mulheres assumiram 8 pastas no governo, sendo que 5 ministérios¹⁴ e 3 secretarias de estado¹⁵.

Em 2016, no governo liderado pelo primeiro-ministro Umaro Sissoco Embaló as mulheres ocuparam 5 pastas e todas de secretaria de estado¹⁶, ou seja, nenhuma mulher foi nomeada ao cargo de ministra. Esse cenário melhorou em 2019 dado aos efeitos da lei de paridade, com um peso de 32% da presença da mulher no governo. E vale ressaltar que dos 16 ministérios criados, as mulheres foram nomeadas para dirigir 8 ministérios¹⁷ que equivale 50%. E já em

¹⁰Sobre a participação das mulheres nos executivos durante o período monopartidário ver Semedo e Barros (2013).

¹¹Um aspeto interessante a observar é o nível acelerado de alternância dos governos que não obedece os requisitos constitucionais de quatro anos como período limite para a mudança do governo via eleição. A instabilidade política tem determinado uma dinâmica de praticamente um ano como tempo de sobrevivência dos sucessivos governos-

¹²Eugénia Saldanha Araújo nomeada ministra da Saúde Pública e Nharbat Nancaia Intchassó que desempenhou a função de ministra dos Assuntos Sociais e da Promoção Feminina.

¹³Hília Garez Gomes Lima Barber, que exercia o cargo da ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional.

¹⁴Adiato Djaló Nandigna nomeada ministra da Defesa Nacional, Valentina Mendes assumiu ministério da Mulher, Família e Coesão Social, Maria Odete Costa Semedo nomeada ministra da Educação Nacional, Cadi Seidi ministra da Saúde Pública e Aida Indjai Fernandes ministra da Justiça.

¹⁵Ester Fernandes nomeada secretária de estado da Administração do Poder Local, Suzi Barbosa secretária do estado da Cooperação Internacional e das Comunidades e Tomásia Maanjuba nomeada secretária de estado do Orçamento e Assuntos Fiscais.

¹⁶Felicidade Soares Correia de Abelha nomeada secretária de estado do Tesouro, Maria Inácia Có nomeada secretária de estado de Gestão Hospitalar, Elizabete Ialá nomeada secretária de estado do Ensino Superior e da Investigação Científica, Iracema do Rosário nomeada secretária de estado do Ensino Básico, Secundário e Profissionalizante e Maria Evarista de Sousa nomeada secretária de estado das Florestas e Pecuária.

¹⁷Maria Odete Costa Semedo nomeada ministra da Administração Territorial, Adiato Djaló Nandigna nomeada ministra das Pescas, Suzi Barbosa nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Fatumata Djau Baldé nomeada ministra da Administração Pública e Modernização do Estado, Magda N. Robalo Silva nomeada ministra da Saúde Pública, Cadi Seidi ministra da Mulher, Família e Proteção Social, Nelvina Barreto nomeada ministra da Agricultura e Florestas e Ruth Monteiro nomeada ministra da Justiça.

relação as secretarias de estado a distribuição das pastas não obedeceu o mesmo critério, sendo que foram nomeadas 3 mulheres¹⁸ contra 12 homens. No entanto, analisando numa perspectiva acumulativa (1994-2019), verifica-se que num universo total de 499 personalidades que assumiram cargos nos sucessivos governos, a mulher é representada apenas por

15%, enquanto o homem é representado por 80%. Contudo, é necessário ressaltar que mesmo que seja uma percentagem pouca significativa é importante reconhecer um ligeiro progresso para o país no que se refere as conquistas das políticas de equidade de gênero, uma vez que em 1994 e 1999 mulher era representada apenas por 8 e 6% respectivamente.

Tabela 2 - Representação das Mulheres no Executivo - 1994 a 2019

Representação feminina no Governo entre 1994-2019					
Ano	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	% da representação masculina	% da representação feminina
1994	23	2	25	92	8
1996	23	2	25	92	8
1997	19	3	22	86	14
1999	15	1	16	94	6
2000	22	2	24	92	8
2001	20	3	23	87	13
2002	16	4	20	80	20
2003	13	4	17	76	24
2004	19	5	24	79	21
2005	26	2	28	93	7
2008	24	4	28	86	14
2009	26	6	32	81	19
2012	27	2	29	93	7
2014	26	7	33	79	21
2015	22	8	30	73	27
2016 (1)	26	5	31	84	16
2016 (2)	31	4	35	89	11
2018	22	4	26	85	15
2019	21	10	31	68	32
TOTAL	398	76	499	80	15

Fonte: ANP, 1994-2019.

¹⁸Quite Djata nomeada secretária de estado do Ambiente e Biodiversidade, Catarina Tabora assumiu a secretaria de estado do Turismo e Artesanato e Tomásia Manjuba nomeada secretária do Plano e Integração Regional.

Históricamente a participação das mulheres nas esferas de decisão sempre esteve a baixo dos 36% que durante a **9ª legislatura** fora aprovada pelo parlamento como percentual mínimo de participação das mulheres para os cargos eletivos no legislativo e executivo. E a maior representação das mulheres no legislativo foi durante a **9ª legislatura** com 14% entre os 102 assentos na ANP e, enquanto no executivo a participação mais elevada foi em 2019 com 32% de mulheres a dirigir ministérios e secretarias de estado.

Considerações Finais

O estudo revelou que a participação política das mulheres na Guiné-Bissau é uma problemática transversal a sociedade guineense e com visíveis reflexos nas estruturas de tomada de decisão comunitárias, formais e do Estado.

Entretanto, as percepções das mulheres não se limitam apenas às barreiras estruturais existentes quer na esfera familiar, comunitária ou nos grupos associativos e aparelho de Estado. Mas, procuram também observar seus próprios comportamentos a partir de uma compreensão crítica daquilo que deveriam ser suas posturas para superar dificuldades que se constituem em impecilhos às suas participações políticas nas esferas de tomada de decisão. De igual modo, reconheceram tanto entre as mulheres, quanto entre os jovens a inexistência de uma solidariedade política ampla e efetiva. Ou seja, são de opiniões de que as suas dificuldades também residem em não se con-

seguirem convergir ideologicamente os fundamentos de seus interesses para promover projeção de lideranças nas esferas de decisão.

Essa preocupação é amplamente difundida como condição fundamental para o propósito de ampliar a participação política das mulheres nas esferas de tomada de decisão, aliás, como consta no PBSO/PBF(2018):

“se mulheres e jovens participassem ativamente nos processos políticos do seu país e são ajudados a monitorar estes processos, serão fortalecidas as bases para a democracia participativa. Um maior envolvimento dos cidadãos em geral tende a favorecer processos e resultados eleitorais mais credíveis. Aumentando a credibilidade das eleições também se aumenta a legitimidade e responsabilização do novo governo, o que poderá gerar benefícios a nível de estabilidade e de uma maior confiança e participação do público”.

Contudo, a ausência de coesão com finalidade política no seio dos grupos em causa pode estar ligada também com a fragilidade e inconsistência do desempenho democrático no país. Facto que tem contribuído pela existência de cíclicas crises político-institucionais, e de cujas consequências refletem no afastamento de grupos vulneráveis, nomeadamente, mulheres e jovens das rédeas de tomada de decisão e, conseqüentemente, implícita ou explicitamente colaborando para o adiamento dos esforços de consolidação de paz.

Um dos exemplos que o estudo revelou da falta de colaboração foi o fracasso verificado nos propósitos definidos pela Lei Nº4/2018, designada por Lei de Paridade, em não se conseguir cumprir com a meta de 36% das mulheres no parlamento, porque internamente os partidos não foram suficientemente democráticos com a agenda da política de equidade de gênero.

As organizações da sociedade civil, particularmente, de mulheres e dos jovens também devem adotar estratégias de trabalhos em sinergia no seio das redes ou plataformas existentes com o propósito de estabelecer uma agenda comum face aos desafios de participação política, com vista a formação de amplas coalizões para ampliar suas presenças nas esferas de tomada de decisão.

Grosso modo, os elementos abordados além de nos apresentarem a situação de participação política de mulheres, reivindicam por um debate mais aprofundado no universo académico guineense. Solicita do Estado não só desenvolvimento de capacidades estruturantes, como também reclama por ações corretivas que promovam a democratização do espaço público e, conseqüentemente, evidenciando a justiça social com equidade. Essas posturas podem contribuir para mediação e concessão de espaços de participação política, possibilitando que os grupos desfavorecidos possam ver os seus direitos à participação política reconhecidos socialmente tanto por parte dos cidadãos, como pelo próprio Estado.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Mariclaire. Superando a discriminação de mulheres no México: uma tarefa para sísifo (p. 179-200). In: MENDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **A participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau: da consciência, percepção à prática política**. Guiné-Bissau: Edições UNIOGBIS, 2013.

DAHL, Roberto A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística. **Estado e estrutura da população**. Guiné-Bissau, 2009.

Legislação Eleitoral (2019). Comissão Nacional de Eleições (Guiné-Bissau).

MENDES, Herculano Arlindo. A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, 2019.

NA GUINÉ-BISSAU as mulheres é que garantem o sustento da família.

Uniogbis, 6 abr. 2016. Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/na-guin%C3%A9-bissau-mulheres-%C3%A9-que-garantem-o-sustento-da-fam%C3%ADlia>. Acesso em: 16 fev. 2021.

OSÓRIO, Conceição. Poder político e protagonismo feminino em Moçambique In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 169-175.

PEREIRA, Carmen Maria de Araújo. **Os meus três amores**: diário de Carmen Maria de Araújo Pereira: uma visão de Odete Costa Semedo. Guiné-Bissau: INACEP, 2016. Coleções KEBUR II, Bissau.

Relatório: O Direito Humano de participação nos assuntos políticos e públicos na Guiné-Bissau. Uniogbis, janeiro de 2018 a julho de 2019.

UNIOGBIS. **Relatório 2019**: o direito de participar nos assuntos políticos e públicos na Guiné-Bissau. janeiro 2018 a julho 2019.

Relatório de Voz di Paz (2018). Fala di Mindjer: além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau.

SEMEDO, Rui Jorge. **Inventário sobre artesanato, dança e cantiga bijagó**. Edições, IMVF e Tiniguena - Esta terra é Nossa. Nov. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

*Artigo recebido em maio/2021.
Versão aprovada para publicação em junho/2021.*



Envejecimiento en el distrito metropolitano de Quito: un análisis espacial de los barrios urbanos

Aging in the metropolitan district of Quito: a spatial analysis of urban neighborhoods

CAROLINA POSSO*

David Echeverría Villafuerte**

Nicole Guerrero***

Gabriel Molina****

Eliza Cunduri*****

Santiago Quinde *****

Eliecer Romo*****

RESUMEN

El envejecimiento poblacional es un proceso establecido en las diferentes regiones del mundo. Su causa es generalmente la disminución de la fecundidad, proceso que es parte de la transición demográfica. Al interior de los países y de las ciudades hay diferenciaciones espaciales del envejecimiento poblacional, dadas las variaciones en la fecundidad, migración o movilidad. Varios estudios realizados, principalmente, en países con altos niveles de envejecimiento, evidencian estos diferenciales en el espacio. Este estudio tiene el objetivo de identificar los

ABSTRACT

Population aging is an established process in different regions of the world. Its cause is generally the decrease in fertility, a process that is part of the demographic transition. Within countries and cities there are spatial differentials of population aging, given the variations in fertility, migration or mobility. Several studies conducted, mainly in countries with high levels of aging, show these differentials in space. This study aims to identify the oldest neighborhoods in contrast to the youngest ones, in the

*Doctora en Demografía por CEDEPLAR-UFGM. Docente de la Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Central del Ecuador | possocarolina@gmail.com | (+593) 99 751 7790.

**Economista. Universidad Central del Ecuador. Mtr. Desarrollo Sustentable, Gestión Ambiental y Geomática, Paris I Panthéon Sorbonne. Mtr. (c) Estadística Aplicada. Universidad Central del Ecuador | dhecheverria@gmail.com | (+593) 96 013 7920.

***Ingeniera Estadística. Universidad Central del Ecuador | snguerrero95@gmail.com | (+593) 99 255 4183.

****Ingeniero Estadístico. Universidad Central del Ecuador | gm30091994@gmail.com | (+593) 98 184 4970.

*****Ingeniera Estadística. Universidad Central del Ecuador | yolandacunduri19@gmail.com | (+593) 99 517 9071.

*****Ingeniero Estadístico. Universidad Central del Ecuador | alexant_10@hotmail.com | (+593) 99 845 3952.

*****Ingeniero Estadístico. Universidad Central del Ecuador | eliecerleninr6@hotmail.com | (+593) 98 332 9819.

barrios más envejecidos en contraste aquellos más jóvenes, en el área urbana del Distrito Metropolitano de Quito. La fuente utilizada es el censo poblacional de 2010. Para cada barrio, se calculó la proporción de personas de 65 años o más, de menores de 15 años y las relaciones de dependencia. El estudio identificó que el área urbana de Quito es más envejecida que el área rural. Los barrios más envejecidos, dentro del área urbana, están localizados en el centro norte de la ciudad, sector con alta cobertura de servicios básicos. Mientras se toma más distancia del centro norte de la ciudad, los barrios tienden a volverse más jóvenes. Los barrios de la periferia urbana hacia el sur de la ciudad presentan los valores más altos en el porcentaje de personas de 15 años o menos. Estos resultados constituyen elementos para mejorar la ejecución de planes y programas en el territorio.

Palabras clave: Análisis espacial. Envejecimiento. Barrios urbanos de Quito.

urban area of the Metropolitan District of Quito. The data used is the 2010 population census. For each neighborhood, the proportion of people aged 65 and over, those under 15 years of age and dependency ratios were calculated. The study identified that the urban area of Quito is older than the rural area. The oldest neighborhoods, within the urban area, are located in the north center of the city, a sector with high coverage of basic services. As you move further away from the north center of the city, the neighborhoods tend to get younger. The neighborhoods of the urban periphery towards the south of the city present the highest values in the percentage of people aged 15 years or less. These results constitute elements to improve the execution of plans and programs on the territory.

Keywords: Spatial analysis. Aging. Urban neighborhoods in Quito.

1 Introducción

En los diferentes contextos del mundo, el envejecimiento poblacional es un proceso establecido (HUENCHUAN, 2018). Organismos internacionales estiman que, entre los años 2015 y 2030, la población mayor a 60 años se incrementará en un 64%, siendo el grupo de edad que más crecerá (HUENCHUAN, 2018). Este proceso se inició al final del siglo XIX en varios países de Europa y se ha extendido hacia otros países en desarrollo (CARVALHO; GARCIA, 2003). Los países con mayores niveles de envejecimiento han planteado su preocupación delante de las implicaciones de este desafío.

Si bien el proceso de envejecimiento ha ocurrido en varios contextos, tiene variaciones subregionales y entre países (HUENCHUAN, 2018).

Al interior de las ciudades también existen heterogeneidades. En varias localidades se ha encontrado que hay zonas con mayor proporción de población envejecida. El objetivo de este trabajo es identificar los barrios más envejecidos en contraste con los barrios más jóvenes en el área urbana del Distrito Metropolitano de Quito, con base en los datos del Censo de Población y Vivienda del año 2010. A nuestro entender, no se han hecho trabajos que hayan analizado el fenómeno del envejecimiento de la población de Quito, desde una perspectiva espacial, teniendo como unidad de estudio, los barrios urbanos.

Este estudio cobra importancia porque al conocer diferenciales en el envejecimiento y en las relaciones de dependencia a nivel espacial de la

ciudad de Quito, es posible reflexionar sobre la necesidad o mejoramiento de políticas para dar soporte enfocado y efectivo frente a necesidades específicas y diferenciadas que pueden tener las personas de una localidad, dependiendo de la distribución por edades de la población. Sectores que cuenten con una mayor proporción de población en edades avanzadas pueden requerir servicios de salud o la adecuación de espacios funcionales a sus necesidades, entre otros aspectos. Por otro lado, en barrios con mayor proporción de personas en las primeras edades, la población necesita de la implementación de centros de cuidado, escuelas y colegios. Los resultados de esta investigación pueden servir de insumo para plantear la necesidad de oferta de servicios públicos o privados en función de las demandas diferenciadas por la edad en cada sector.

Este estudio es pertinente también, por el momento histórico que vive el mundo actualmente, el enfrentamiento a la Covid-19. Se estima que las tasas de mortalidad, para el caso del Ecuador, sobresalen dentro de la región. El aumento vertiginoso de casos desbordó la capacidad de respuesta de las autoridades y del sistema de salud, lo que fue evidente, por ejemplo, en la ciudad de Guayaquil y más tarde en Quito. Como lo han mostrado las tendencias, el coronavirus ocasiona una mortalidad que es selectiva por edad. La letalidad del virus es mayor en personas adultas y adultas mayores. En este sentido, este estudio puede contribuir en la identificación de sectores en la ciudad, en los que

se ubica la población que, además de otros, enfrenta adicionalmente el riesgo de mayor mortalidad al contagio del virus.

2 El envejecimiento poblacional

Para comprender el fenómeno de nuestro interés es importante, inicialmente, hacer una diferenciación importante entre el aumento de la longevidad y el envejecimiento en una población. Carvalho y Garcia (2003, p. 726) indican que “la longevidad se refiere al aumento de años vividos por un individuo o al número de años, que en promedio vivirán las personas de una misma generación o cohorte”. El envejecimiento de la población, en cambio, “se refiere no a los individuos, ni a una generación, sino a al cambio en la estructura etaria de la población, lo que produce un aumento del peso relativo de las personas sobre determinada edad, considerada como el inicio de la vejez” (CARVALHO; GARCIA, 2003, p. 726). Según los autores mencionados, el límite que define ese inicio de la vejez, depende de cada sociedad y de factores biológicos, económicos, ambientales, científicos y cultural.

Los cambios en la estructura por edades de la población son un efecto del proceso de la transición demográfica (ROSETO-BIXBY, 2013). Este proceso hace referencia a la disminución de la mortalidad y la natalidad, a lo largo del tiempo. Este fenómeno, inicialmente estudiado en países desarrollados, también se ha producido en el mundo en desarrollo. De los dos componentes

demográficos mencionados, es principalmente reducción de la fecundidad, la que genera como resultado el envejecimiento de la población. Carvalho y García (2003) indican que, el sentido común lleva a pensar que es la reducción de la mortalidad la responsable del envejecimiento de las poblaciones, pero las evidencias muestran la importancia de la reducción de la fecundidad.

En el caso de Brasil, la disminución de la mortalidad, ocurrida entre 1930 y 1960, como en otros países, de América Latina, no implicó impacto significativo en la estructura etaria, aunque si hubo crecimiento poblacional dado el exceso de nacimientos sobre el de muertes (CARVALHO; GARCÍA, 2003). Estos autores afirman que al comenzar el declino sustentado de la fecundidad se inicia el proceso de envejecimiento. De esta forma, cuando los contextos de población joven experimentan una reducción en el número de nacimientos, presencian un estrechamiento de la base de la pirámide, es decir el envejecimiento de esa población (CARVALHO; GARCÍA, 2003). De esta forma, se pasa de un predominio de personas más jóvenes, al de personas de mayor edad (ROSETO-BIXBY, 2013).

Otro aspecto que está relacionado con el envejecimiento de una población es el componente migratorio. Generalmente, son los jóvenes y adultos jóvenes quienes migran. Esto puede alterar la pirámide etaria de una población. El hecho de que una población que reciba alta migración en las edades de trabajar provocará que una reducción de la propor-

ción de personas adultas mayores. La otra cara de este fenómeno es que las poblaciones que presentan saldos migratorios negativos, al ver disminuida la proporción de personas jóvenes, presenten pirámides más envejecidas. Esto se evidencia en el caso de la ciudad de Belo Horizonte, citado por Nogueira et al. (2008, p. 196), en el que, además del aumento de la esperanza de vida, y la disminución de la fecundidad abajo del nivel de reposición, el envejecimiento de la población se explicaría por el saldo migratorio negativo.

La disminución de las tasas de mortalidad y de fecundidad fue más rápida en varios países en desarrollo que en el mundo desarrollado (NOGUEIRA et al., 2008) y, por tanto, su proceso de envejecimiento. En América Latina, la fecundidad se ha reducido en tan solo varias décadas. En esta región, la transición reproductiva empezó en los años sesenta, principalmente en las grandes ciudades y entre mujeres de mayor escolaridad (ZAVALA DE COSÍO, 1995). Por ejemplo, Wong y Carvalho (2006) enfatizan que el proceso de disminución de fecundidad que le llevó seis décadas a países como Inglaterra y Suecia, le tomó a Brasil un cuarto de siglo. La acelerada velocidad de la disminución de la fecundidad en la región estaría asociada, principalmente, a la difusión de métodos anticonceptivos (ZAVALA DE COSÍO, 1995).

3 Distribución espacial del envejecimiento

Al interior de las regiones y países también hay diferenciaciones

espaciales del envejecimiento poblacional, dadas las variaciones en la fecundidad o migración. Varios estudios documentan esa evidencia. México, por ejemplo, ha experimentado envejecimiento en las últimas décadas y presenta una desigual distribución espacial del fenómeno de este fenómeno. Las grandes áreas metropolitanas concentran la población de personas mayores (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2007). Las ciudades capitales del sur y sureste de Brasil, urbanizadas e industrializadas, tienen mayor proporción de adultos mayores que la media nacional (NOGUEIRA et al., 2008). De forma más específica, y para el caso de un contexto diferente, Channer, Hartt y Biglieri (2020) han analizado la distribución espacial de la vulnerabilidad de personas mayores para Canadá y encontraron que esta difiere considerablemente en vecindarios urbanos, suburbanos y rurales.

Las transformaciones políticas y económicas de un país pueden influir sobre la diferenciación regional del envejecimiento, como es el caso de Rusia. En este país se plasman, en la distribución de la población en el espacio, los efectos de las características económicas de la antigua Unión Soviética, así como los cambios que implicaron la transición hacia Rusia actual. En su estudio a nivel regional, Heleniak (2003) indica que la parte nuclear de Rusia consiste de población envejecida, con la población de personas mayores conformando un cuarto de la población, en algunas regiones. La parte más envejecida está en la Rusia Europea, cerca de Moscú. Por otro lado, la parte periférica se caracteriza por ser joven.

De la misma forma que ocurre con unidades mayores, al interior de las ciudades también el proceso de envejecimiento es diferenciado. Varios estudios muestran que ciertos sectores de las ciudades son más envejecidos que otros. Estos se han realizado principalmente en contextos con altos niveles de envejecimiento. En Canadá se ha estudiado el envejecimiento por barrios de las ciudades y la vulnerabilidad de las personas mayores a partir de un análisis espacial (CHANNER; HARTT; BIGLIERI, 2020). Se ha investigado también la distribución espacial del envejecimiento poblacional en varias mega ciudades de China (XIE; ZHOU; LOU, 2016), de Río de Janeiro (ALVES et al., 2016), en Zaragoza (ALEGRE VICENTE, 2015) entre otros.

4 Factores asociados al envejecimiento en el espacio

La literatura que discute las variables que intervienen en la ubicación en el espacio de las personas mayores o la interacción entre las mismas es reducida. De la revisión realizada, no se puede concluir sobre patrones espaciales claramente definidos. Aún en las ciudades de un mismo país, como en el caso de China, estudiado por Xie, Zhou e Lou (2016), se indica que la distribución espacial de la población envejecida muestra dimensiones únicas en cada lugar. Aquí se hace una revisión de las características que tienen las áreas con población más envejecida, siendo la fecundidad, la migración y movilidad variables claramente identificadas en este tipo de análisis demográficos.

Como se mencionó, la fecundidad es un elemento determinante para el envejecimiento de una población. Las localidades más envejecidas se caracterizan por la baja fecundidad y, generalmente, corresponden al área urbana. La zona central de Rusia, caracterizada por su baja fecundidad, es más envejecida que las áreas periféricas (HELENIK, 2003). Los estados de México que han vivido transición de la fecundidad también son los más envejecidos (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2007). Sin embargo, la migración y de forma específica, la movilidad en menor escala, como aquella que se da entre barrios o localidades, puede tener un papel más importante del que se le ha otorgado, para el proceso de envejecimiento. A diferencia de la migración entre estados o entre países, el cambio de residencia entre localidades de una misma ciudad es más frecuente y enfrenta menos obstáculos.

Los diferentes movimientos migratorios pueden tener distintos efectos en el envejecimiento de un área. La salida de jóvenes o adultos jóvenes envejece la población de origen, como ha ocurrido en los estudios a nivel de regiones o estados. En México la migración es uno de los principales factores que explican la distribución desigual de las personas mayores (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2007). Durante la transición política que ha experimentado Rusia, hubo éxodos masivos de adultos jóvenes, desde la parte norte, la Siberia y otras regiones periféricas hacia el centro de Rusia, disminuyendo la población comprendida entre 25 y 39 años. Este proceso ha contribuido

en el envejecimiento de esas regiones (HELENIK, 2003).

Por otro lado, la inmigración de jóvenes, generalmente a grandes centros urbanos, más envejecidos ha provocado una atenuación del envejecimiento. Esto ha ocurrido en los distritos con características rurales en la ciudad de Zaragoza que han recibido importantes aportes de población extranjera, en comparación con las zonas más envejecidas. Además, en este contexto se ha observado la salida de población joven de áreas envejecidas hacia las zonas mencionadas (ALEGRE VICENTE, 2015).

A nivel regional, en México, se observa una disminución del envejecimiento en estados que reciben migración de municipios expulsores de población, principalmente rurales y agrícolas. La movilidad de adultos mayores, en cambio, tiene otros efectos. La salida de esta población rejuvenece los sitios de origen, pero envejece los de destino. Sánchez González (2007) identifica varios estados en México, que además de experimentar los efectos de la reducción de la fecundidad y de la mortalidad, viven el impacto del retorno de los migrantes de edades avanzadas.

Las regiones o localidades más urbanizadas de una localidad, se caracterizan por la baja fecundidad y, consecuentemente, por ser más envejecidas. En Zaragoza, hay altos porcentajes de envejecimiento en zonas antiguas, más urbanas, con poco espacio para crecer. Niveles medios de envejecimiento se encuentran en la parte exterior del casco urbano y constituyen áreas que se compor-

tan como núcleos rurales. Mientras que, los menores niveles de envejecimiento se sitúan en el anillo exterior del casco urbano que limitan con distritos urbanos (ALEGRE VICENTE, 2015). En el caso de China, también la población de personas mayores está altamente concentrada en los centros de las ciudades (XIE; ZHOU; LOU, 2016). A un mayor nivel, aquellas regiones o departamentos que concentran grandes centros urbanos o metropolitanos también son más envejecidos (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2007).

En otros contextos, se observa la tendencia opuesta. En Canadá, hay una cierta tendencia a que la población de personas mayores se localice en el área rural. Channer, Hartt y Biglieri (2020) muestran que el porcentaje de personas con más de 65 años, en barrios rurales, es de 19,88%, mientras que este porcentaje corresponde al 16,90% en el área suburbana y el 15,45% en el área urbana. También en Rusia, para el año 2002, hay mayores porcentajes de población de personas mayores en áreas rurales (22,3%) que en áreas urbanas (20,1%), aunque la diferencia no es tan marcada (HELENIK, 2003). Este fenómeno podría responder que oleadas migratorias de jóvenes saliendo de ciertas áreas durante la transformación política del país.

Hay autores que analizan estas variaciones espaciales a lo largo del tiempo. La velocidad con que la que envejecen ciertas áreas es importante. De la revisión bibliográfica realizada, se observa que la proporción de personas mayores va en aumento tanto zonas urbanas como rura-

les. En varias ciudades de Canadá (CHANNER, HARTT; BIGLIERI, 2020) y China (XIE; ZHOU; LOU, 2016) el crecimiento de la población envejecida es importante en zonas suburbanas. Sin embargo, hay una tendencia a que las zonas rurales envejecan con mayor velocidad que las urbanas. En México, como en otros contextos, el rápido ritmo de envejecimiento en zonas rurales estaría relacionado con la emigración de población joven (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2007).

En otros casos, se toman como referencia puntos centrales de las ciudades para analizar si el envejecimiento se concentra o tiende a dispersarse hacia los barrios cercanos. Xie, Zhou y Lou (2016) hacen un análisis sobre lo que ocurre en los distritos de las cuatro grandes ciudades que analizan. Entre los años 2000 y 2010, en algunos distritos de las ciudades, el envejecimiento va concentrándose cada vez más, mientras que, en otras, se observa un esparcimiento centrífugo del envejecimiento desde el centro hacia los barrios cercanos y zonas suburbanas. Sin embargo, no se indican otros factores sociales, de infraestructura física o de características geográficas que puedan influir en estas tendencias diferenciadas. En Río de Janeiro, se observa algo parecido. Barrios vecinos presentan niveles similares de envejecimiento (ALVES et al., 2016). Un resultado similar encuentra Heleniak (2003) a nivel regional en Rusia, desde cuya zona central se esparce en proceso de envejecimiento hacia regiones periféricas.

Las condiciones socioeconómicas pueden influir en la ubicación de las personas mayores o jóvenes en determinados lugares. Las personas más jóvenes buscan localizarse en lugares que impliquen menores costos. En el caso de Rio de Janeiro, los barrios más envejecidos son los que detentan mejores indicadores económicos. Mientras que los sectores conocidos como favelas presentan un menor porcentaje de personas mayores en relación a los barrios vecinos (ALVES et al., 2016). Las crisis económicas y la especulación inmobiliaria en México han hecho que las familias jóvenes se movilen hacia otros sectores (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2007). En cambio, para Alegre Vicente (2015), la salida de población joven de barrios envejecidos de la ciudad de Zaragoza, tiene más bien relación con la búsqueda de mejores servicios.

Hay estudios que, además de la distribución de la población en el espacio, han analizado sus patrones de movilidad. Somenahalli, Shipton y Bruce (2010) estudian los aspectos que impactan las decisiones sobre la localización de personas mayores en la ciudad australiana de Adelaide. Los resultados de este estudio muestran que la distribución de la población de mayores de 75 años y más se explica por el acceso a servicios. Por otro lado, la ubicación en determinados barrios, de las personas recientemente retiradas, está relacionado con su situación económica y con las características de vivienda.

En las diferentes sociedades hay una tendencia hacia la mayor sobrevivencia de las mujeres. Las mayores esperanzas de vida de las muje-

res están relacionadas con menores probabilidades de muerte a lo largo de las edades, dada su menor exposición a ciertos riesgos. A este fenómeno se lo ha llamado feminización del envejecimiento y presenta sus diferenciales también en el espacio. En los estados más envejecidos de México los índices de masculinidad son inferiores a 85 hombres por cada 100 mujeres. En cambio, en los estados menos envejecidos los hombres superan a las mujeres en las últimas edades (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2007). El mismo fenómeno es citado para el caso del municipio de Granada (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2005). En los distritos de Zaragoza, las pirámides muestran mayores porcentajes de mujeres que de hombres en las últimas edades (ALEGRE VICENTE, 2015).

La etnia es una variable que también atraviesa el envejecimiento a nivel espacial. En el caso de Rusia, la población no originaria se ubica, en mayores proporciones, regiones periféricas del país, áreas que a su vez son menos envejecidas que las zonas centrales. La tuvana, por ejemplo, es una etnia caracterizada por la elevada fecundidad y ubicada en un sector más periférico del país (HELENIK, 2003).

La nacionalidad de las personas también influye en el envejecimiento. En ciertas zonas del mismo contexto, existe relativamente más jóvenes y a la vez más adultos mayores, que personas en edad de trabajar entre la población rusa, comparado con personas residentes en ese país, pero que tienen otra nacionalidad. Gente con diferente nacionalidad reside principalmente en el área rural (HELENIK, 2003).

5 Método

Este es un estudio descriptivo del envejecimiento a nivel espacial la ciudad de Quito. Primeramente, fue operacionalizado el concepto de persona mayor. Varios autores indican que un adulto mayor es aquella persona que tiene 60 años o más, en el caso de países en desarrollo (CARVALHO; GARCÍA, 2003). Mientras que, en contextos más desarrollados, se considera persona mayor a quien tiene 65 años o más, debido a la mayor longevidad de esos lugares, en términos de esperanza de vida. Sin embargo, en este estudio se consideran personas mayores a aquellas que tienen 65 años o más debido a que en el Ecuador, la Constitución y varias normativas nacionales y locales definen ese límite de edad para otorgar a la población beneficios en función de sus derechos (CNII, 2018).

Se exploraron las diferencias en el envejecimiento entre en área urbana y rural, mediante la elaboración de pirámides etarias. Se calcularon las siguientes medidas, para cada barrio del Distrito Metropolitano de Quito: proporción de personas mayores a 65 años y de menores de 15 años. Se calcularon relaciones de dependencia para cada barrio. Esta medida consiste en el cociente entre personas de menores a 15 años y de 65 años o más (en el numerador) y las personas en edad de trabajar, de 15 a 64 años (en el denominador). La representación de estas medidas aparece en mapas cloropléticos.

El cálculo del envejecimiento mediante la proporción de personas es una medida que ha sido utilizado en otros estudios sobre las diferencias espaciales del fenómeno, como los realizados en Canadá (CHANNER; HARTT; BIGLIERI, 2020), varias ciudades de China (XIE; ZHOU; LOU, 2016, p. 183), Zaragoza (ALEGRE VICENTE, 2015), Rio de Janeiro (ALVES et al., 2016), Granada (SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2007), entre otros. La importancia del barrio como unidad de análisis para estudios de envejecimiento y su utilidad para identificación de localidades donde las personas mayores son más vulnerables, ha sido indicado por autores como Channer, Hartt y Biglieri (2020).

Se utilizó como fuente el último censo de población y vivienda realizado hasta el momento, correspondiente al año 2010, por el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (Inec). Esta fuente ha sido utilizada en otros estudios de este tipo, pues tiene la ventaja de ser apropiada para este nivel de desagregación, dado su carácter universal. Para la elaboración de mapas se utilizó los archivos cartográficos correspondientes a la división política administrativa del censo correspondiente, entregados por el Inec y los mapas con las delimitaciones barriales facilitados por el Municipio del Distrito Metropolitano de Quito.

El censo presenta algunas limitaciones, la más importante es la actualidad de los datos. Generalmente, los censos son llevados a

cabo con una periodicidad de 10 años. La pandemia que enfrenta el mundo en la actualidad ha impedido la realización del censo en varios países, incluyendo el Ecuador. Por esta razón, se decidió utilizar el censo más reciente. Con el uso de encuestas no se logra la representatividad de la información a nivel de barrios. Otra limitación de esta fuente es que la zonificación que usa el Inec en el levantamiento de censos no permite la identificación de barrios delimitados por el gobierno municipal de Quito. Por esta razón, un equipo trabajó identificando detalladamente cada manzana de los sectores censales y su correspondencia al barrio respectivo. Similar obstáculo es resaltado por autores de este tipo de estudios (ALEGRE VICENTE, 2015).

6 Resultados

Según el Censo de Población y Vivienda, Quito cuenta con una población de 2 239 199 habitantes, al año 2010. El 51,45% de esa población está constituida por mujeres y 48,55 por hombres. A la fecha del censo, el Distrito Metropolitano de Quito estaba comprendido por 32 parroquias urbanas y 37 parroquias rurales. La ciudad tiene amplia cobertura de servicios básicos, sin embargo, existen zonas que enfrentan carencias. Hay brechas en la calidad de vida, siendo los barrios informales y asentamientos en zonas de riesgo las que presentan condiciones más deficitarias (MDMQ, 2015, p. 14).

La pobreza por necesidades básicas insatisfechas (NBI) afecta al

29,7% de la población de Quito y la pobreza extrema es del 7%. La pobreza es mayor en zonas rurales de la ciudad (MDMQ, 2015). A pesar de la prosperidad económica que se puede encontrar en ciertas actividades, existe amplias diferencias socioeconómicas entre los sectores de la ciudad, siendo una ciudad altamente concentradora de riqueza (MDMQ, 2015). La inseguridad y varios tipos de violencia son otros problemas que enfrenta la ciudad (MDMQ, 2015).

La población de niños y adolescentes enfrenta varios problemas como desnutrición infantil y la incompleta cobertura de centros de cuidado. Si bien, por un lado, la educación básica casi se ha universalizado y se ha ampliado el bachillerato, por otro, se ha incrementado el abandono del sistema educativo por parte de niños, niñas y adolescentes (MDMQ, 2015). Hay desempleo en los jóvenes, como en el resto del país. Se ha incrementado el abandono del sistema educativo por parte de niños, niñas y adolescentes. Únicamente 2 de cada 10 jóvenes han alcanzado un título universitario (MDMQ, 2015).

La ciudad de Quito tiene un nivel medio de envejecimiento comparado con otros cantones del país (ECUADOR, 2012). Según el censo, la población de personas mayores residentes en Quito es de 140 371 y constituye el 6,26% de la población total de la ciudad (Tabla 1). Esta población enfrenta también problemas específicos. La seguridad social no tiene cobertura para toda la población de personas mayores. El cuidado,

atención y protección de las personas mayores es limitada. Existen programas destinados a atender a esta población, como el denominado *60 y piquito*. Sin embargo, este último cubre únicamente al 10% de esta población (MDMQ, 2015). Se estima que los problemas de empleo, de acceso a la educación, de salud y la pobreza, que enfrenta la población en general, se hayan agudizado mucho más a partir de la pandemia.

La mayor parte de personas mayores están ubicadas en el área urbana, dado que esta es más poblada. Nacionalmente, el 63,31% de los adul-

tos mayores residen en el área urbana (CNII, 2018). En Quito, este indicador corresponde al 72,71%. Sin embargo, en comparación a otros contextos, en el caso de la ciudad de Quito no existe una diferencia importante entre el porcentaje de población envejecida en el área urbana, comparado con el área rural, si se toma en cuenta ese indicador. Tanto en el área urbana como rural, el porcentaje de personas mayores es de alrededor del 6% (Tabla 1). Diferencias más notables en la composición etaria se observan en los gráficos de las pirámides poblacionales (Gráficos 3 y 4).

Tabla 1 - Población de Quito por grupo etario, 2010

	Población	Porcentaje
Área urbana		
Menores de 15	430.998	26,82
de 15 a 64 años	1.073.789	66,83
De 65 años o más	102.067	6,35
Total	1.606.854	100,00
Área rural		
Menores de 15	184.863	29,08
de 15 a 64 años	412.594	64,90
De 65 años o más	38.304	6,02
Total	635.761	100,00
Población total		
Menores de 15	615.861	27,46
de 15 a 64 años	1.486.383	66,28
De 65 años o más	140.371	6,26
Total	2.242.615	100,00

Fuente: Censo de Población y Vivienda, INEC. 2010

En el Ecuador también hay una feminización del envejecimiento, 53,77% de las personas mayores son mujeres, frente al 46,23% con-

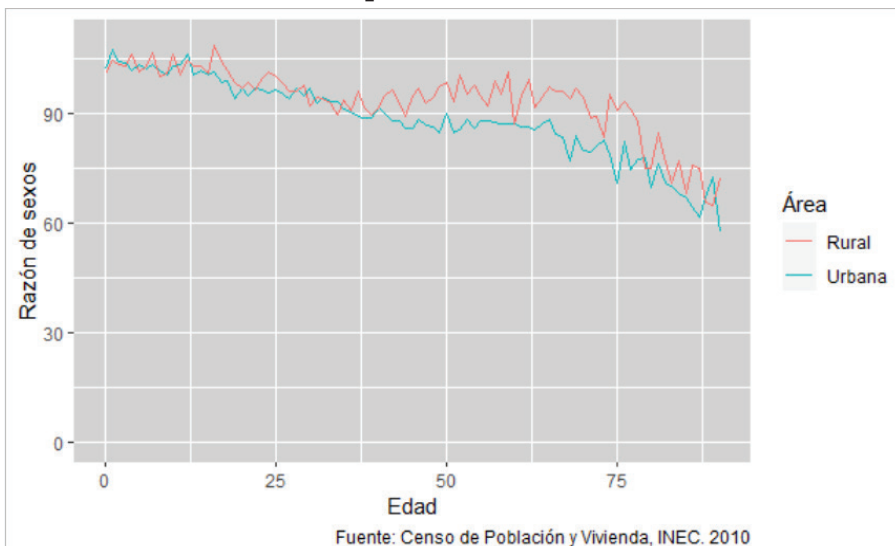
formado por hombres (CNII, 2018). Para el período 2010-2015, en el país, la esperanza de vida para hombres era de 72,7 y para las mu-

jeros de 78,7 (ECUADOR, 2012). Sin embargo, la calidad de vida de las mujeres es menor que la de los hombres en esa fase de la vida. Las mujeres presentan mayores proporciones en el grupo de pobreza y extrema pobreza que los hombres. Entre los adultos mayores, las mujeres son más afectadas por discapacidades que los hombres (ECUADOR, 2012).

En la población de personas mayores de la ciudad de Quito, existen más hombres que mujeres. Sin embargo, en el área urbana este fenómeno es más acentuado que en el área rural. El Gráfico 1 muestra

las razones de sexo por edad. Para las personas mayores hay menos hombres por cada 100 mujeres en el área urbana. Es decir, la feminización del envejecimiento se observa como un fenómeno más evidente en el área urbana en la ciudad de Quito, como se ha visto en otros contextos. Es posible que los diferentes riesgos de mortalidad a los que están sometidos los hombres en el área urbana sean los que expliquen esas diferencias. La migración también podría ser un aspecto que influya en esos diferenciales de la razón de sexos por áreas.

Gráfico 1 - Razón de sexos por área, Quito, 2010



El área urbana es más envejecida que el área rural, como los muestran las pirámides de los Gráficos 2 y 3. Al año 2010, la pirámide del área rural de Quito ya había empezado la transición (Gráfico 3). La pirámide del Ecuador, para ese periodo también se caracteriza-

ba por estar en transición. La parte urbana de la ciudad si es más envejecida. Desde los 0 hasta los 19 años, la proporción de personas es menor que los grupos etarios de 20 a 24 y de 25 a 29, que constituyen las barras más anchas de la pirámide. Si bien los diferenciales de la

fecundidad entre áreas urbanas y rurales pueden explicar estas diferencias entre las pirámides urbana y rural, es posible que la inmigración

de población joven en estos grupos en edad de trabajar contribuya como un factor importante para determinar su figura.

Gráfico 2 - Composición por edad y sexo, área urbana, Quito, 2010

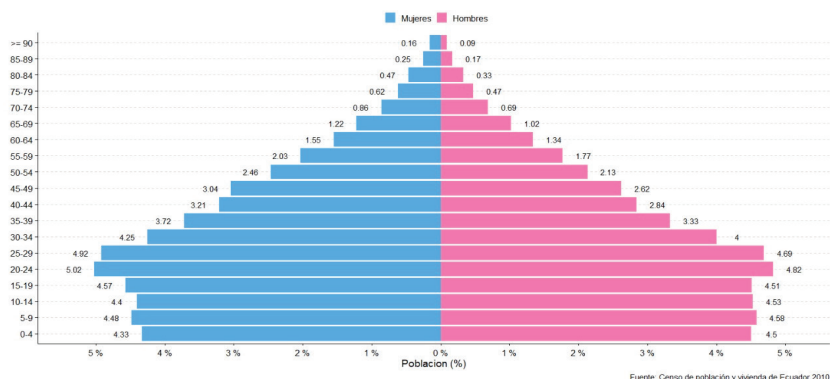
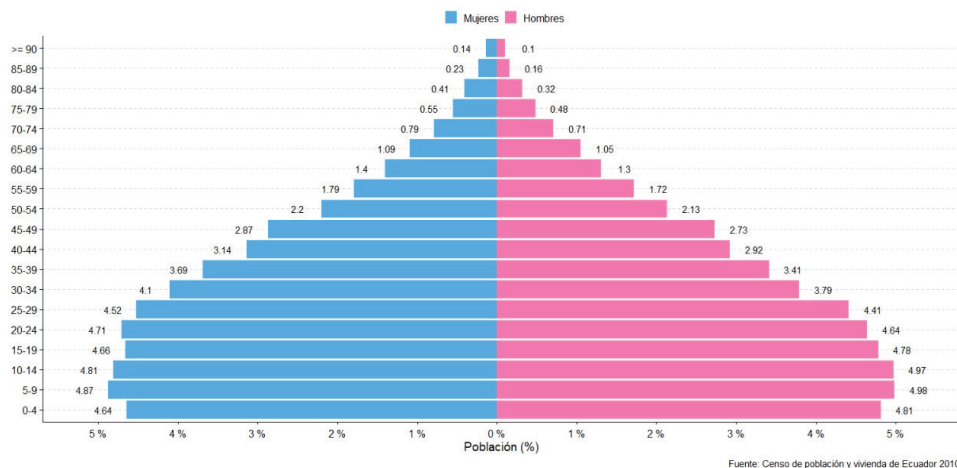


Gráfico 3 - Composición por edad y sexo, área rural, Quito, 2010



Nuestro objetivo fue estudiar en envejecimiento en los barrios urbanos de la ciudad. Quito está asentada en las faldas del volcán Pichincha. Por su geografía, tiene una forma alargada entre el norte

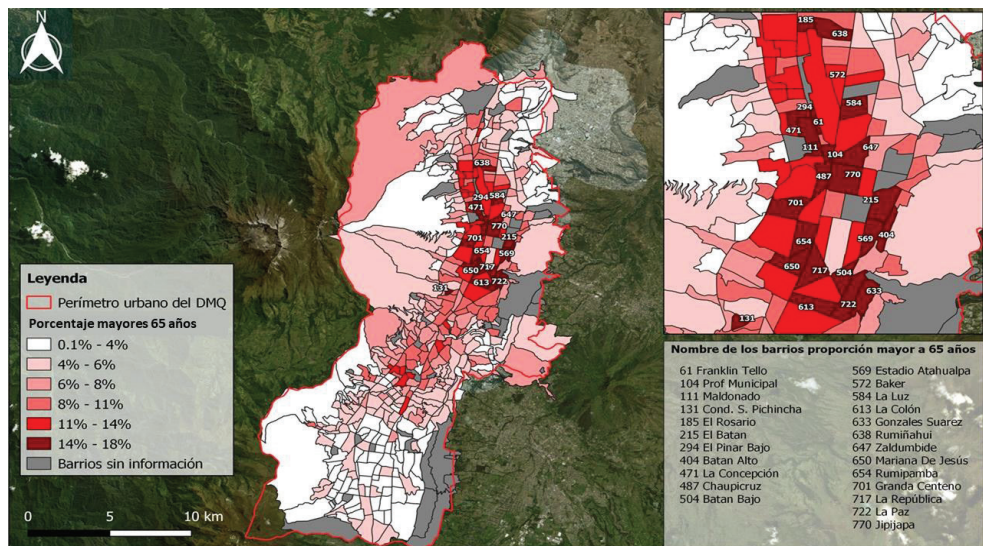
y el sur, sin embargo, también extiende sus territorios hacia varios valles en el lado oriental de la ciudad. Es importante mencionar que en el centro de la ciudad está localizado el casco histórico, caracte-

rizado por su arquitectura de alto valor patrimonial. En esta zona central están ubicados el Palacio de Gobierno y el Municipio del Distrito Metropolitano de Quito y se caracteriza por una actividad comercial intensa. Los barrios del centro histórico no detentan los más altos niveles de envejecimiento.

La mayor parte de los barrios urbanos de la ciudad tienen menos del 8% de su población envejecida (Gráfico 4). El área que comprende

las zonas más envejecidas, correspondiente a aquellos barrios que tienen el 11% o más de su población en la tercera edad, es menor con relación al área que constituyen los barrios menos envejecidos. Por tanto, en el área urbana de la ciudad, la mayoría de los barrios tienen menos del 11% de su población envejecida. Destaca la zona sur de Quito, donde, en general, los barrios muestran muy bajos porcentajes de envejecimiento.

Gráfico 4 – Porcentaje de personas de 65 años o más, área urbana, Quito, 2010



Fuente: Censo de Población y Vivienda, INEC. 2010.

Los barrios más envejecidos de Quito están localizados en el centro norte. Algunas de estas localidades llegan a tener entre 14 y 18% de su población envejecida. Barrios con altos índices de envejecimiento como La Luz o Rumiñahui, ubicados también en la zona centro norte, tienen en sus alrededores otros barrios con

también con elevados porcentajes de envejecimiento entre 11 y menos de 14%. Algunos barrios envejecidos tienen entre sus contiguos otras localidades también con las más altas proporciones de personas mayores como: El Batán, Estadio Atahualpa, La Paz, Gonzáles Suárez, Rumipamba, Jipijapa, Pinar Bajo, entre otros.

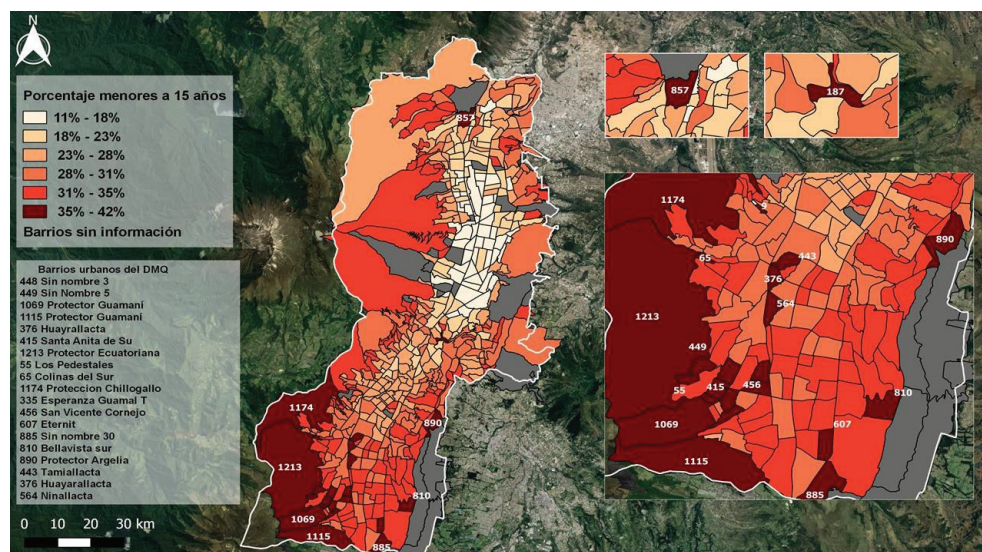
Alrededor de estos sectores se encuentran, en general otros barrios que tienen entre 11% y menos del 14% de envejecimiento.

De esta manera, se configura una zona de envejecimiento, con los barrios que tienen más del 11% o más de personas mayores. No hay barrios que presenten un porcentaje de envejecimiento igual o mayor al 14% en el extremo norte de la ciudad ni en el sur. Sin embargo, hay pocos barrios en el extremo norte, centro y sur que tienen entre 11% y menos de 14% de población envejecida.

Los indicadores de juventud en el área urbana de Quito son más al-

tos que los indicadores de envejecimiento. Hay barrios urbanos en los que las proporciones de personas menores a 15 años llegan al 42%. Los barrios más jóvenes en el espacio muestran la tendencia inversa a los sectores más envejecidos. Los barrios con porcentajes relativamente bajos de población joven, entre 11% y menos del 18%, se encuentran en el centro norte. Mientras uno se distancia desde ese centro norte envejecido, hacia el norte o hacia el sur de Quito, los barrios se vuelven cada vez más jóvenes en términos de su indicador (Gráfico 5), como se ha visto en estudios empíricos de otras ciudades.

Gráfico 5 - Porcentaje de personas menores de 15, área urbana, Quito, 2010



Fuente: Censo de Población y Vivienda, INEC. 2010.

Sin embargo, este fenómeno es más evidente en la zona sur de la urbe que en la parte norte. Barrios localizados en la zona sur occidente llegan a tener proporciones de en-

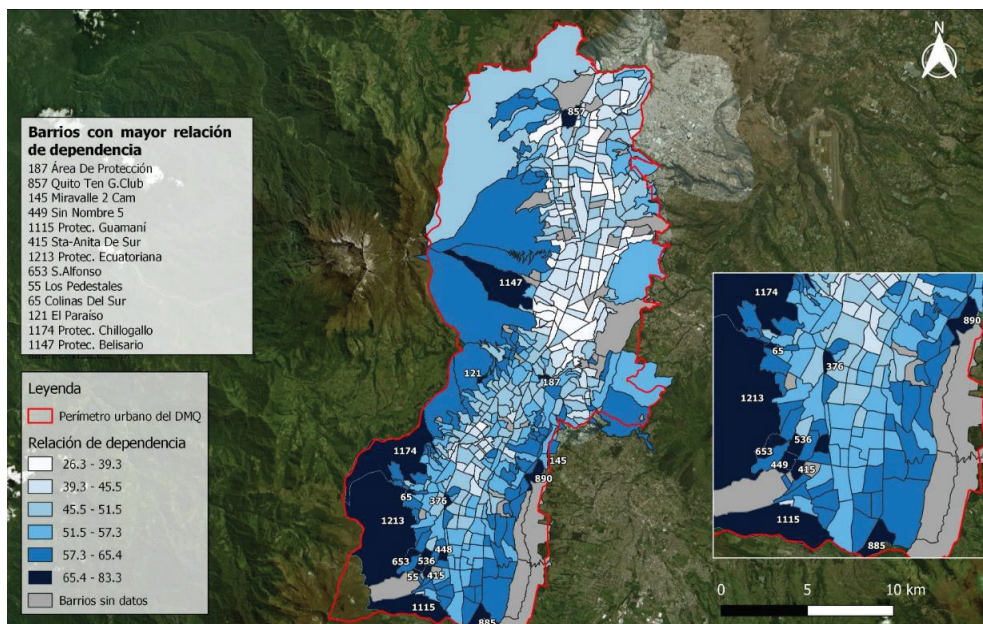
vejecimiento entre 35 y 42%. Barrios como La Ecuatoriana, Chillogallo, Guamaní están cercanos unos a otros y además limitan con bosques protectores o áreas rurales de la ciu-

dad. En cuanto los barrios se expanden hacia las áreas rurales, más alto se vuelve el indicador. Este resultado además de nuestra estimación de que la fecundidad de los sectores rurales es más alta es lo nos lleva a pensar que en el sector rural de la ciudad, los porcentajes de gente joven serán también elevados.

Las relaciones de dependencia por barrio reflejan la importancia de la población joven dentro de este indicador. Es decir, la dependencia tiende a reflejar el comportamiento del indicador de juventud en el es-

pacio. De esta forma, mientras uno se aproxima a la periferia, es mayor número de personas en edades dependientes, por cada 100 personas en edades productivas. Las relaciones de dependencia se vuelven más altas hacia el sur de la ciudad, por el peso de los números elevados de niños y adolescentes, en relación a la población en edad de trabajar. Por otro lado, los sectores más envejecidos, que están en el centro norte de la ciudad, tienden a presentar relaciones de dependencia más bajas en esas localidades.

Gráfico 6 - Relaciones de dependencia, área urbana, Quito, 2010



Fuente: Censo de Población y Vivienda, INEC. 2010

7 Comentarios finales

En instancias internacionales se ha planteado la importancia de las políticas referentes a la atención de las personas mayores. En el año 2015

se aprobó la Convención Interamericana sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores (HUENCHUAN, 2018). En los objetivos de desarrollo sostenible de la Organización de Naciones Uni-

das (ONU), hay metas para promover el bienestar de los adultos mayores, relacionadas con la cobertura de salud, valoración de los cuidados, su inclusión social, económica y política, y, la generación de datos y estadísticas (HUENCHUAN, 2018). En el Ecuador existen instrumentos que buscan garantizar los derechos las personas de las diferentes edades como la Agenda Nacional para la Igualdad Intergeneracional 2017-2021 (CNII, 2018).

La ciudad de Quito, al año 2010, ya había comenzado su transición como lo muestran sus pirámides urbana y rural. El fenómeno del envejecimiento siendo más acentuado en el sector urbano, como se ha encontrado en la literatura, también se evidencia en esta ciudad. Sin embargo, al comparar con otros contextos, como el caso de ciudades en varios países europeos, la parte urbana de Quito es menos envejecida. En Zaragoza, los barrios tanto urbanos como rurales presentan pirámides mucho más envejecidas (ALEGRE VICENTE, 2015) que las de Quito.

Dentro de la parte urbana de la ciudad, como ocurre en otros lugares, existe una clara distribución espacial de la población envejecida. Los lugares con altos porcentajes de población de la tercera edad están localizados en el centro norte de Quito, en sectores con coberturas casi universales de servicios básicos. Además, se trata áreas en las que población presenta mejores indicadores socioeconómicos, comparadas con los de otros sectores más jóvenes. En ese sentido, es posible pensar que, al menos una parte de las necesidades

de la población de personas mayores estarían cubiertas.

Si bien es mayor la proporción de personas mayores en el centro norte de la ciudad, es importante observar las condiciones de vida de esta población en otros barrios, especialmente en zonas periféricas y cercanas a áreas rurales. Aun siendo bajos los porcentajes de adultos mayores en esos sectores, sus características socioeconómicas y de infraestructura básica pueden incrementar la vulnerabilidad de esta población. El Plan Metropolitano de Desarrollo y Ordenamiento Territorial (PMDOT) ha considerado como uno de sus lineamientos, la atención hacia la población de adultos mayores, especialmente de zonas rurales (MDMQ, 2015).

El envejecimiento de la población implica algunos desafíos para los estados y también para los gobiernos locales. La creciente población de adultos mayores demanda tipos de servicios específicos (NOGUEIRA et al., 2008). Por ejemplo, las personas mayores tienen más limitaciones para movilizarse a grandes distancias o hacer viajes complejos, por esta razón, pueden tener menor acceso a servicios que la población joven en una misma área (SOMENAHALLI; SHIPTON, BRUCE, 2010). En ese sentido la planificación urbana debería incorporar las agendas de la población de personas mayores, pues los ambientes urbanos reflejan estar estructurados para las poblaciones en edades productivas (CHANNER, HARTT, BIGLIERI, 2020).

En Canadá, 2016, se ha acuñado el término “envejecer en el lugar”, que hace referencia a “la preferencia

de personas mayores de vivir en su hogar tanto como deseen y les sea posible, contando con los servicios de soporte necesarios” (CHANNER, HARTT, BIGLIERI, 2020, p. 1). El envejecimiento demanda que los espacios públicos y también la arquitectura de las viviendas faciliten la cotidianidad de las personas mayores. Por otro lado, el equipamiento sanitario en zonas con elevadas proporciones de personas mayores es importante. El envejecimiento condiciona mayores inversiones también en el sector salud, pues esta población hace uso de infraestructura sanitaria y asistencial (ALEGRE VICENTE, 2015).

Hallazgos no esperados de este estudio fueron las altas proporciones de niños y adolescentes en ciertos sectores de la ciudad. Al observar que las pirámides etarias, tanto en el área urbana como en la rural, están en transición, se estimaba inicialmente que zonas periféricas tuvieran menores niveles de envejecimiento, pero no que mostraran indicadores de población joven tan altos, inclusive bordeando el 40%. Dentro de nuestro análisis espacial, esto se observó en extremo sur de Quito, al interior del perímetro urbano. Es importante mencionar que parte de estas zonas ya poseen algunas características rurales. Es importante mencionar que las parroquias rurales de la ciudad de Quito tienden a presentar mayores porcentajes de pobreza por consumo que la parte urbana (MOLINA et al., 2015).

A pesar de algunos avances en la cobertura de la educación de la población más joven de la ciudad, los

niños y adolescentes enfrentan algunos problemas como falta de centros de cuidado infantil, bajas probabilidades para acceder a empleo para los jóvenes, falta de transporte, entre otros (MDMQ, 2015). El Municipio del Distrito Metropolitano de Quito se ha planteado algunos lineamientos estratégicos como aumentar la inclusión educativa, mejorar la educación municipal, atender a grupos vulnerables de jóvenes, como las madres adolescentes, dinamizar el desarrollo económico incluyendo a la población de jóvenes, entre otros (MDMQ, 2015). En este sentido, este estudio contribuye con elementos que faciliten a los gobiernos locales, alcanzar la cobertura equitativa territorial de sus programas y servicios, como consta en los planes de desarrollo.

Es importante resaltar que las zonas con altas relaciones de dependencia corresponden a áreas con altas proporciones de niños y adolescentes. El hecho de que el peso de la dependencia se deba a la población de los más jóvenes, tiene una implicancia importante en la prioridad que deben tener programas dirigidos a ellos en esos barrios. Según el PMDOT, las familias vulnerables no cuentan con el tiempo para el cuidado por su dedicación al trabajo o la búsqueda del mismo y la cobertura de centros de cuidado y de educación es limitada (MDMQ, 2015). El indicador calculado nos muestra las zonas en que el problema es más agudo.

Si bien la fuente de datos utilizada para este estudio no es reciente, frente a la falta de un censo poblacional en los últimos años, puede estimarse las algunas tendencias

encontradas se verían en la actualidad e incluso en los años posteriores. En la literatura revisada se indica que, a lo largo del tiempo, en los lugares en los que no hay cambios drásticos en la migración, los lugares con mayor envejecimiento el fenómeno tiende a intensificarse, pero las localidades más jóvenes comienzan a envejecer. En este sentido, se esperaría que en la actualidad se haya acentuado el proceso de envejecimiento en aquellos barrios que ya presentaban una alta proporción de personas mayores. Adicionalmente, es posible que los barrios que en 2010 aparecen como jóvenes, comiencen un proceso de envejecimiento.

A partir de los resultados obtenidos en este estudio se pueden elaborar hipótesis a ser verificadas posteriormente además necesario profundizar en algunos temas. Estudios realizados en otros lugares indican los criterios para identificar con precisión zonas de mayor vulnerabilidad de personas mayores (CHANNER, HARTT, BIGLIERI, 2020). Se puede estudiar los factores que inciden en la decisión sobre el cambio de residencia de personas mayores, al interior de las ciudades, como el análisis hecho en la ciudad australiana de Adelaide (SOMENAHALLI; SHIPTON, BRUCE, 2010). Otro aspecto importante a entender es la medida en la que la migración contribuye al envejecimiento o a la atenuación del mismo en ciertas áreas. A niveles más amplios, esto ha sido realizado por Heleniak (2003), en las diferentes regiones de Rusia. Finalmente, es importante, por un lado,

evaluar los efectos de la mortalidad por Covid-19 sobre los barrios más envejecidos, dada la selectividad por edad de la mortalidad de esta pandemia. Por otro lado, puede estudiarse si la estructura etaria en ciertos barrios se ha modificado, dada la emigración de retorno desde las grandes ciudades, producto del desempleo asociado a la pandemia, aspecto que empieza a ser estudiado en otros contextos.

REFERENCIAS

ALEGRE VICENTE, Enrique. El envejecimiento de la población y sus repercusiones en el espacio urbano de la ciudad de Zaragoza. **Espacio Tiempo y Forma. Serie VI, Año 2011-2012 Geografía**, n. 4-5, p. 27, 2015.

ALVES, Davi da Silveira Barroso et al. Caracterização do envelhecimento populacional no município do Rio de Janeiro: contribuições para políticas públicas sustentáveis. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, p. 63-69, 11 mar. 2016.

CARVALHO, José Alberto Magno; GARCIA, Ricardo Alexandrino. The aging process in the Brazilian population: a demographic approach. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 725-733, 2003.

CHANNER, Natalie S.; HARTT, Maxwell; BIGLIERI, Samantha. Aging-in-place and the spatial distribution of older adult vulnerability in Canada. **Applied Geography**, v. 125, Dec. 2020.

CNII. Consejo Nacional para la Igualdad Intergeneracional. **Agenda Nacional para la Igualdad Intergeneracional 2017-2021**. 2018. Disponível em: https://www.igualdad.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/03/anii2017_2021_1_2_2018.pdf?fbclid=IwAR193E7wsTYXSR_hhJinfBD6QA-SLQ51HEzm_GN-qHfKfa_ocrd1ntHzg. Acesso em: 18 abr. 2020.

ECUADOR. Ministerio de Inclusión Económica y Social (MIES). **Agenda de igualdad para adultos mayores 2012-2013**. Quito: Mies, 2012. v. 2. Disponível em: https://fiapam.org/wp-content/uploads/2013/06/Agendas_ADULTOS.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

HELENIK, Timothy. Geographic aspects of population aging in the Russian Federation. **Eurasian Geography and Economics**, v. 44, n. 5, p. 325-347, 2003.

HUENCHUAN, Sandra (ed). **Envejecimiento, personas mayores y Agenda 2030 para el desarrollo sostenible: perspectiva regional y de derechos humanos**. [s.l.] Libros de la Cepal, n. 154, 2018.

MDMQ. Municipio del Distrito Metropolitano de Quito. **Plan Metropolitano de Desarrollo y Ordenamiento Territorial**. Alcaldía Metropolitana de Quito. 2015. v. II. Disponível em: <https://www.quito.gob.ec/documents/PMDOT.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

MOLINA, Andrea et al. **Mapa de pobreza y desigualdad por consumo**

Ecuador 2014. Quito-Ecuador: Instituto Nacional de Estadística y Censos y Banco Mundial (INEC-BM), 2015.

NOGUEIRA, Silvana Lopes et al. Distribuição espacial e crescimento da população idosa nas capitais brasileiras de 1980 a 2006: urn estudo ecológico. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 195-198, 2008.

ROSETO-BIXBY, Luis. **Ecuador: el bono demográfico y sus implicaciones de política pública Aplicación metodológica de Cuentas Nacionales de Transferencias generacionales**. Quito: Senplades, dec. 2013.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Diego. El proceso de envejecimiento demográfico en Granada y su área metropolitana. **Cuadernos Geográficos**, v. 37, n. 37 2, p. 185-199, 2005.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Diego. Envejecimiento demográfico urbano y sus repercusiones socioespaciales en México. Retos de la planeación gerontológica. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 38, p. 45-61, 2007.

SOMENAHALLI, Sekhar V. C.; SHIPTON, Matthew D.; BRUCE, David. **Investigating the spatial distribution of the elderly and its implications for service provision in Adelaide Metropolitan Area**. Australia: Australasian Transport Research Forum 2010. Proceedings 29 sept.-1 oct. 2010.

WONG, Laura L. Rodríguez.; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento populacio-

nal do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.

XIE, Bo; ZHOU, Jie; LUO, Xiao. Mapping spatial variation of population aging in China's mega cities. **Journal of Maps**, v. 12, n. 1, p. 181-192, 1 ene. 2016.

ZAVALA DE COSÍO, María Eugenia. Dos modelos de transición demográfica en América Latina. *Perfiles Latinoamericanos*: Revista de la Sede Académica de México de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, año 4, núm. 6, México, pp. 29-47, 1995.

*Artigo recebido em junho/2021.
Versão aprovada para publicação em
junho/2021.*





SUMÁRIOS

SUMMARY

Vol. 1, nº 1, p. 2-118
Setembro 2013

Apresentação

Roberto Ramos Santos

Entrevista- Winston Lackin

Sistema político e democracia no Suriname e na Guiana: uma análise comparativa
Jack Menke

La vie pas en Rose: percepções sobre segurança pública e segurança humana na fronteira Brasil - França
Linoberg Barbosa de Almeida

Brasil e Venezuela: as origens de uma geopolítica amazônica
Nelvio Paulo Dutra Santos

Experiencias y retos de la cooperación científica y académica en la frontera de Brasil y Colombia
Carlos G. Zárate Botía

Notas sobre a historiografia das Guianas, uma região caribenha e amazônica
Lodewijk Hulsmán

Vol. 1, nº 2, p. 119-235
Dezembro 2013

Entrevista - Bertha Becker (in memoriam)

Gobierno y movimientos sociales: integración, identidad y derechos
Rosalia Arteaga Serrano

Venezuela: del Bolívar capitalista al "socialismo bolivariano" y su acercamiento al Brasil
Alejandro Mendible

Vol. 1, nº 1, p. 2-118
September 2013

Introduction

Roberto Ramos Santos

Interview- Winston Lackin

Political system and democracy in Suriname and Guyana: a comparative analysis
Jack Menke

La vie pas en Rose: perceptions on public security and human security on the border of Brazil - France
Linoberg Barbosa de Almeida

Brazil and Venezuela: the origins of a geopolitical Amazon
Nelvio Paulo Dutra Santos

Experiencias y retos de la cooperación científica y académica en la frontera de Brasil y Colombia
Carlos G. Zárate Botía

Notes on historiography of Guyana, a Caribbean and Amazon Region
Lodewijk Hulsmán

Vol. 1, nº 2, p. 119-235
December 2013

Interview Bertha Becker (in memoriam)

Gobierno y Movimientos Sociales: integración, identidad y derechos
Rosalia Arteaga Serrano

Venezuela: del Bolívar capitalista al "socialismo bolivariano" y su acercamiento al Brasil
Alejandro Mendible

Política pública de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar amazônico, o caso do Pará
Flávio Corsini

A Amazônia e os desafios para a construção de um plano de desenvolvimento sustentável
Roberto Ramos Santos

Prêmio Professor Samuel Benchimol: análise quantitativa das propostas vencedoras
José Rincon Ferreira
Lillian Alvares

Vol. 2, nº 1, p. 236-361
Junho 2014

Entrevista - Dalmo de Abreu Dallari

Una breve historia dela diplomacia emplumada desde la didáctica de las ciencias sociales y las relaciones internacionales: de Deskahea la Declaración de 2007
Joseba I. Arregi-Orue
Kar Atamaint Wamputsar

Etnicidade e política comparadas na Bolívia contemporânea (2000-2009)
Daniel Chaves

O contexto multiterritorial da garimpage no interior do Suriname: das solidariedades aos conflitos
Rafael da Silva Oliveira

A geopolítica dos governos militares para a Amazônia brasileira
Cleber Batalha Franklin

La biomimésis como eje de la tecnología contemporánea: claves desde la perspectiva epistemológica
Carlos Hugo Sierra Hernando
Hernando Bernal Zamudio
Xabier Gainza Barrenkua
Carlos Augusto Pinto Hernandez

Public policy of confronting sexual violence against children and adolescents: an Amazonian look, the case of Pará
Flávio Corsini

Amazon and the challenges to the building of a sustainable development plan
Roberto Ramos Santos

Professor Samuel Benchimol Award: quantitative analysis of winning proposals
José Rincon Ferreira
Lillian Alvares

Vol. 2, nº 1, p. 236-361
June 2014

Interview - Dalmo de Abreu Dallari

Una breve historia dela diplomacia emplumada desde la didáctica de las ciencias sociales y las relaciones internacionales: de Deskahea la Declaración de 2007
Joseba I. Arregi-Orue
Kar Atamaint Wamputsar

Compared ethnicity and politics in Contemporary Bolivia (2000-2009)
Daniel Chaves

The multi-territorial context of mining in the interior of Suriname: from solidarity to conflicts
Rafael da Silva Oliveira

The geopolitics of military governments for the Brazilian Amazon
Cleber Batalha Franklin

La biomimésis como eje de la tecnología contemporánea: claves desde la perspectiva epistemológica
Carlos Hugo Sierra Hernando
Hernando Bernal Zamudio
Xabier Gainza Barrenkua
Carlos Augusto Pinto Hernandez

Vol. 2, n° 2, p. 362-431
Dezembro 2014

Requirements for the transition from a prison to a correctional center for youth delinquents in suriname (2014)

Sabine M. de Vries
Ellen Jordan

Fortaleciendo y gestionando sinergias en el Escudo Guayanés Colombiano
Mercedes Mejía Leudo

Extensão universitária e universidade no século XXI

Geyza Alves Pimentel
Alfredo Alejandro Gugliano

Um olhar aos desafios do novo PNE
Ângela Portela

Vol. 3, n° 1, p. 432-563
junho 2015

Reescrevendo “E o vento levou...”: a morte do grão-pará e o parto do império do Brasil
Márcio Souza

Securitização da presença indígena no Brasil: uma análise crítica

João Nacker Urt
Tchella Fernandes Maso

Ocupação na amazônia e a ingovernabilidade na região de fronteira

Francisleile Lima Nascimento
Josinaldo Barboza Bezerra
Luís Fernando dos Reis Guterres

Diálogos da ciência com a religião e Amazônia: rupturas e sustentabilidade
Marcílio de Freitas

Varredura de superfície ampla (vsa) para áreas florestadas: uma experiência em Porto Trombetas (PA)

Marcos Pereira Magalhães
Carlos Augusto Palheta Barbosa
Daniel Fróis Lopes

Brasil/Perú: sus fronteras nacionales y su acercamiento historico contemporaneo
Alejandro Mendible Zurita

Vol. 2, n° 2, p. 362-431
December 2014

Requirements for the transition from a prison to a correctional center for youth delinquents in Suriname (2014)

Sabine M. de Vries
Ellen Jordan

Fortaleciendo y gestionando sinergias en el Escudo Guayanés Colombiano
Mercedes Mejía Leudo

University extension and university in the twenty-first century

Geyza Alves Pimentel
Alfredo Alejandro Gugliano

A look on challenges of the new National Plan of Education
Ângela Portela

Vol. 3, n° 1, p. 432-563
June 2015

Rewriting “Gone with the Wind”: death of Grão-Pará and birth of Brazil Empire
Márcio Souza

Securitization of indigenous presence in Brazil: a critical analysis

João Nacker Urt
Tchella Fernandes Maso

Occupation in Amazon and ungovernability on the border region

Francisleile Lima Nascimento
Josinaldo Barboza Bezerra
Luís Fernando dos Reis Guterres

Science dialogues between religion and Amazon: breaks and sustainability
Marcílio de Freitas

Wide surface scan to forested areas: an experience in Porto Trombetas

Marcos Pereira Magalhães
Carlos Augusto Palheta Barbosa
Daniel Fróis Lopes

Brasil/Perú: sus fronteras nacionales y su acercamiento histórico contemporaneo
Alejandro Mendible Zurita

Vol. 3, n° 2, p. 564-676
Dezembro 2015

Brasil y los tres documentos historicos del proceso nacionalista sudamericano: la carta a los españoles americanos, la carta de Jamaica y el tratado constitutivo de UNASUR

Alejandro Mendible Zurita

Integração da América do Sul: a liderança que o Brasil não exerce

Luciano Wexell Severo

Mulheres na pesca - notas reflexivas a partir de trabalhos de campo na Amazônia

Lourdes Gonçalves Furtado

A representação social do Kanaimî, do Piya´ San e do Tarenpokon

Manoel Gomes Rabelo Filho

Jacilda Barreto de Araújo

Competição eleitoral em um município da Amazônia brasileira: uma análise da eleição de 2012 em Boa Vista, capital do estado de Roraima

Roberto Ramos Santos

2015 Elections in Suriname: a historical power shift

Jack Menke

Vol. 4, n° 1, p. 677-786
junho 2016

Ensaio sobre o Ensino

Vítor Manuel Trindade

Desenvolvimento sustentável: algumas linhas de ação para a Amazônia

Luísa Martins

Jorge Bonito

Celso Dal Ré Carneiro

Luis Marques

Servicios ecosistémicos y bienestar humano: el caso de la Amazonía

Nekane Castillo-Eguskitza

Miren Onaindia

Biopiratas, inventores e desbravadores que mudaram a agricultura na Amazônia

Alfredo Kingo Oyama Homma

Vol. 3, n° 2, p. 564-676
December 2015

Brasil y los tres documentos historicos del proceso nacionalista sudamericano: la carta a los españoles americanos, la carta de Jamaica y el tratado constitutivo de UNASUR

Alejandro Mendible Zurita

South american integration: an unexercited brazilian leadership

Luciano Wexell Severo

Women in fishing - reflective notes on field works in Amazon

Lourdes Gonçalves Furtado

The social representation of Kanaimî, do piya´ San and Tarenpokon

Manoel Gomes Rabelo Filho

Jacilda Barreto de Araújo

Electoral competition in a brasilian Amazon municipality: an analysis of the 2012 election in Boa Vista, capital of Roraima state

Roberto Ramos Santos

2015 Elections in Suriname: a historical power shift

Jack Menke

Vol. 4, n° 1, p. 677-786
June 2016

Essay on Teaching

Vítor Manuel Trindade

Sustainable Development: some outlines to the Amazon

Luísa Martins

Jorge Bonito

Celso Dal Ré Carneiro

Luis Marques

Ecosystem services and human welfare: the Amazon case

Nekane Castillo-Eguskitza

Miren Onaindia

Biopirates, inventors and pioneers who changed agriculture in the Amazon

Alfredo Kingo Oyama Homma

O papel do movimento indígena no processo de escolarização do ensino superior na Amazônia

Marcos Antônio Braga de Freitas
Iraildes Caldas Torres

Desi Bouterse: from military leader to civilian president of the Republic Suriname - left, right and now new left, 1980-2015

Eric R. Jagdew

Vol. 4, n° 2, p. 787-899
Dezembro 2016

Entrevista - David Kopenawa

La cooptación de Venezuela por Brasil en Mercosur (2000-2015)

Alejandro Mendible Zurita

Venezuela: un modelo que despertó expectativas y terminó en frustración

Héctor Lucena

Relaciones entre percepción del contexto nacional, clima emocional, bienestar e identidad nacional en estudiantes de una ciudad de la Amazonia Peruana

Ernesto León
Agustín Espinosa

The Jesuits presence among the indigenous people in the Rupununi and North Pakaraimas Mission Guyana, border with Brazil

Felician Andre Abraham

A União Europeia e o Brasil: recursos hídricos na política e legislação ambiental

Christiano German
Alberto Nogueira Virgínio

Vol. 5, n° 1, p. 900-992
junho 2017

Adeus LÔ!

Escravidão indígena na Amazônia caribenha

Reginaldo Gomes de Oliveira
Lodewijk A. H. C. Hulsman

The role of the indigenous movement in the higher education process in the Amazon

Marcos Antônio Braga de Freitas
Iraildes Caldas Torres

Desi Bouterse: from military leader to civilian president of the Republic Suriname - left, right and now new left, 1980-2015

Eric R. Jagdew

Vol. 4, n° 2, p. 787-899
December 2016

Interview - David Kopenawa

The Venezuela's cooptation by Brazil in Mercosur (2000-2015)

Alejandro Mendible Zurita

Venezuela: a model of reawaking expectations that led to frustration

Héctor Lucena

Relations between perception of national context, emotional atmosphere, welfare and national identity of students in a city of the Peruvian Amazon

Ernesto León
Agustín Espinosa

The Jesuits presence among the indigenous people in the Rupununi and North Pakaraimas Mission Guyana, border with Brazil

Felician Andre Abraham

The European Union and Brazil: water resources in environmental policy and legislation

Christiano German
Alberto Nogueira Virgínio

Vol. 5, n° 1, p. 900-992
june 2017

Adeus LÔ!

Indigenous slavery in the caribbean Amazon

Reginaldo Gomes de Oliveira
Lodewijk A. H. C. Hulsman

A ambientalização das políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira
Pedro Rapozo

As primeiras iniciativas de educação no vale do rio Branco, Amazônia setentrional de 1890-1945: o contexto social da época
Sebastião Monteiro Oliveira

Sinais de esgotamento da centralidade paulista na federação brasileira
Marcio Mochmann

Diagnóstico y perspectivas en la eurozona en crisis: de las asimetrías financieras a las productivas
Juan Barredo-zuriarrain

Vol. 5, nº 2, p. 994-1076
Dezembro 2017

Colapso da civilização: a crise ambiental e breves comentários sobre a Amazônia
Marcos Costa Lima
Eduardo Matos Oliveira

A sustentabilidade como ideologia do desenvolvimento no plano internacional e no Brasil: o Fundo Amazônia em Roraima
María Julieta Eula
Haroldo Eurico Amoras dos Santos
Ingrid Cardoso Caldas
Giane Maria Porto de Aguiar

Derrota da diplomacia brasileira na questão do rio Pirara
Argemiro Procópio
Américo Alves de Lyra Junior

Efeitos colaterais da estratégia de "guerra às drogas", a falência das unidades policiais pacificadoras do rio de janeiro e o aprendizado com seus erros
Jailson de Souza e Silva

Tendências - encarte de dados
Josias Nascimento
Marcos Lima
Roberto Ramos Santos

The environmentalization of development policies in the Brazilian Amazon
Pedro Rapozo

The first education initiatives in the rio Branco valley, northern Amazon between 1890-1945: back to the social context.
Sebastião Monteiro Oliveira

Signs of exhaustion of the centrality of São Paulo in the Brazilian Federation
Marcio Mochmann

Diagnosis and perspectives for a Eurozone in crisis: from the financial asymmetries to the productive ones.
Juan Barredo-zuriarrain

Vol. 5, nº 2, p. 994-1076
December 2017

The collapse of civilization: the environmental crisis and brief comments on the Amazon
Marcos Costa Lima
Eduardo Matos Oliveira

The sustainability as an ideology of development in Brazil and around the world: the Amazon Fund in Roraima
María Julieta Eula
Haroldo Eurico Amoras dos Santos
Ingrid Cardoso Caldas
Giane Maria Porto de Aguiar

Defeat of the Brazilian diplomacy in the question of the Pirara river
Argemiro Procópio
Américo Alves de Lyra Junior

Side effects of the "drug war" strategy, the peacemaking Police Units of Rio de Janeiro and their learning from their mistakes.
Jailson de Souza e Silva

Trends - data entry
Josias Nascimento
Marcos Lima
Roberto Ramos Santos

Vol. 6, nº 1, p. 1078-1170
junho 2017

O meio ambiente e seus reflexos na economia do mundo

Christiano German
Alberto Nogueira Virgínio

Lulismo y Estado Nacional brasileño en el siglo XX

Alejandro Mendible Zurita

A Inclusión escolar em contextos de desigualdad y pobreza

Ana M. Corti

Intercâmbio de saberes: vivências Inter-culturais no contexto da conferência dos povos indígenas do Suriname

Eliane Boroponepa Monzilar

O combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual na perspectiva feminista

Júlia de Oliveira Hadad
João Carlos Jarochinski Silva

Vol. 6, nº 2, p. 1171-1314
Dezembro 2018

Explaining youth policy participation in Latin America and the Caribbean through Social Auditing Processes

Gerardo Berthin
Terri-Ann Gilbert-Roberts

Extratativismo estatal e patrimonialismo no Brasil de sempre

Walter Marcos Knaesel Birkner
Rennerys Siqueira Silva
Adrielle Nayara do Nascimento Araújo

Observações recentes na migração de brasileiros da Amazônia brasileira para o Suriname

Hisakhana P. Corbin
Andrea I. Jubithana-Fernand
Diego A. Hayden

Vol. 6, nº 1, p. 1078-1170
june 2017

The environment and its reflections in the economy of the world

Christiano German
Alberto Nogueira Virgínio

Lulism and brasilian National State in the 21st century

Alejandro Mendible Zurita

Inclusión escolar en contextos de desigualdad y pobreza

Ana M. Corti

Interchange of knowledge: intercultural living in the context of the conference of the indigenous peoples of Suriname

Eliane Boroponepa Monzilar

The fight against trafficking of women for sexual exploitation in the feminist perspective

Júlia de Oliveira Hadad
João Carlos Jarochinski Silva

Vol. 6, nº 2, p. 1171-1314
December 2018

Explicando la participación de los jóvenes en América Latina y el Caribe a través de los procesos de auditoría social

Gerardo Berthin
Terri-Ann Gilbert-Roberts]

State extractivism and patrimonialism in Brazil of always

Walter Marcos Knaesel Birkner
Rennerys Siqueira Silva
Adrielle Nayara do Nascimento Araújo

Recent observations on the migration of Amazonian Brazilians to Suriname

Hisakhana P. Corbin
Andrea I. Jubithana-Fernand
Diego A. Hayden

Deslocamento dos Makuxi na Fronteira do Brasil e Guiana para a Comunidade Raimundão I (Terra Indígena Raimundão, município de Alto Alegre) Mary
Jane Barreto de Souza
Giseli Deprá

Acordo Amplo Peruano-Equatoriano de Integração Fronteiriça, Desenvolvimento e Vizinhança e povos indígenas no estado do Amazonas no Peru: o caso dos Huambisa e Aguaruna
Lino Max Santa
Roberto Ramos Santos

Vol. 7, nº 1, p. 1315-1450
junho 2019

Sudamérica y su nuevo rumbo histórico
Alejandro Mendible Zurita

Entre a retórica e a prática nas relações entre China e América Latina: a Cuenca Amazônica no Conselho de Direitos Humanos
Mariana Yante Barrêto Pereira

Sistemas productivos tradicionales y los programas seguridad alimentaria en el resguardo Ticoya de Puerto Nariño (Amazonas): dos visiones en confrontación
Juan José Vieco

How to minimize violence against children in (pre-)detention in Suriname
Sabine M. de Vries

Empoderamento: um debate conceitual sobre desenvolvimento
Antônia Celene Miguel

Os frutos de uma trajetória de formação acadêmica: memórias da construção do conhecimento e do trabalho realizado por um professor
Roberto Ramos Santos

The displacement of the Makuxi from the Brazil-Guyana border to the Raimundão I Community (Alto Alegre, Roraima)
Jane Barreto de Souza
Giseli Deprá

Indigenous communities in Amazonas, Peru and the broad peruvian-ecuadorian agreement on border integration, development, and good neighbor relations: the case of the Huambisa and Aguaruna
Lino Max Santa
Roberto Ramos Santos

Vol. 7, nº 1, p. 1315-1450
june 2019

South America and its new historical course
Alejandro Mendible Zurita

Between rhetoric and practice in relations between China and Latin America: the Amazon Basin at the Human Rights Council
Mariana Yante Barrêto Pereira

Traditional production systems and food security programs in the Ticoya indigenous land of Puerto Nariño (Amazonas): two visions in confrontation
Juan José Vieco

How to minimize violence against children in (pre-)detention in Suriname
Sabine M. de Vries

Empowerment: a conceptual debate on development
Antônia Celene Miguel

The fruits of a trajectory of academic formation: memories of the construction of knowledge and the work done by a teacher
Roberto Ramos Santos

Vol. 7, n° 2, p. 1451-1545
dezembro 2019

Sínodo da Amazônia, Balanço
Frei Betto

La Red Internacional, Interuniversitaria e Interinstitucional de Estudios de Biomimesis (RI³BIOMIMICRY): alianza estratégica para la reconciliación con la naturaleza e implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS)
Hernando Bernal Zamudio

Do Território ao Estado, de Porto Velho à BR-364: a mudança na elite política em Rondônia
João Paulo S. L. Viana

Anos 1990: líderes, partidos e clientelismo no contexto político de Roraima
Roberto Ramos Santos

Vol. 8, n° 1, p. 1546-1664
Junho 2020

Entrevista - Frances Hagopian, por Reed Rasband

Pandemia e Amazônia
Marilene Corrêa da Silva Freitas

Rio Branco, um território em busca de uma identidade
Márcia d'Acampora
Maria Luiza Fernandes

Da história à ficção: a figura histórica de padre Cuthbert Elwes e o padre Napier na ficção de Pauline Melville
Andréia de Fátima Pinsan
Miguel Nenevé

Evangelicals in the Caribbean religious landscape: a case study of Suriname and Guyana, 1950-2014
Kirtie Algae

Distribuição e desigualdade versus produção e desenvolvimento: uma antítese oculta nos manuais de Sociologia
Walter Marcos Knaesel Birkner

Vol. 7, n° 2, p. 1451-1545
December 2019

Amazon Synod, Balance
Frei Betto

The International, Inter-university and Inter-institutional Network of Biomimicry Studies (RI³BIOMIMICRY): a strategic alliance for reconciliation with the nature and implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs)
Hernando Bernal Zamudio

From Territory to State, from Porto Velho to BR-364: the change in the political elite in Rondônia
João Paulo S. L. Viana

The 1990s: leaders, parties and clientelism in the political context of Roraima
Roberto Ramos Santos

Vol. 8, n° 1, p. 1546-1664
june 2020

Entrevista - Frances Hagopian, por Reed Rasband

Pandemic and Amazon
Marilene Corrêa da Silva Freitas

Rio Branco, a territory in search of an identity
Márcia d'Acampora
Maria Luiza Fernandes

From history to fiction: the historical figure of father Cuthbert Elwes and father Napier in Pauline Melville's fiction
Andréia de Fátima Pinsan
Miguel Nenevé

Evangélicos na paisagem religiosa do Caribe: um estudo de caso do Suriname e Guiana, 1950-2014
Kirtie Algae

Distribution and inequality versus production and development: a hidden antithesis in Sociology textbooks
Walter Marcos Knaesel Birkner

Normas para apresentação de artigos

A Revista Olhares Amazônicos, como espaço de reflexão acadêmico contemporâneo, publica trabalhos científicos que tratem das particularidades políticas e das perspectivas de integração socioeconômica dos países que compõem a Pan-Amazônia: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

As citações de documentos no corpo do trabalho devem seguir a forma: (Autor, data) para citação indireta e (Autor, data, página) para citação direta. Exemplos: (Santos, 2010) ou (Santos, 2010, p. 23), de acordo com a ABNT-NBR 10520:2002 – Citações de Documentos. Ou ainda: Conforme Santos (2010) ou Na opinião de Santos (2010, p. 23).

As notas de rodapé devem conter apenas informações complementares não ultrapassando três linhas, não se excedendo o número de notas.

Os artigos devem ser encaminhados à coordenação do NUPE-PA acompanhados de uma carta (disponível no site do Núcleo) assinada pelo autor autorizando a publicação. , enviado para o e-mail nupepa@ufrr.br.

Conforme a NBR 6028:2003 - RESUMO, o artigo deve apresentar o abstract e um resumo em português ou espanhol, em parágrafo único, sem recuo, fonte tamanho 11, com 3 a 4 palavras-chave. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. Ex.: Palavras-chave: Educação. Ensino. Professor.

O corpo do trabalho pode ser redigido em português, espanhol ou inglês O artigo deverá ter até 25.000 caracteres contando o resumo e as referências, em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entrelinhas 1,5 cm.

Ilustrações - os gráficos, as imagens e/ou tabelas devem ser enviados em arquivo separado do texto, em PDF, com a indicação clara onde serão inseridos no texto.

As referências dos artigos a serem submetidos à revista devem obedecer à ABNT-NBR 6023:2002 - REFERÊNCIAS, de acordo com a Resolução n.º 009/2011 - CEPE/UFRR (disponível em <http://www.bc.ufrr.br/index.php/organogramas>) , que fixa as normas para apresentação dos trabalhos técnicos e científicos da UFRR. As referências entram no fim do trabalho em ordem alfabética.

Em folha separada, devem ser apresentados o nome do autor ou dos autores com os dados acadêmicos (formação, instituição e cargo atual), título do artigo e e-mail.

Os textos serão avaliados por pares de especialistas, duplamente cegos quanto à autoria do artigo, num período estimado em 60 dias. A qualidade textual, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação.

Casos excepcionais serão analisados diretamente pelo editor, com os articulistas.

Universidade Federal de Roraima
Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia
www.ufrr/nupepa



<https://ufrr.br/roa/>

NUPEPA
Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia



UFRR